

ADELITA ARAUJO DE SOUZA

**ITAIPU E A URBANIZAÇÃO DA ZONA DE
FRONTEIRA DO IGUAÇU: CIDADE E CONJUNTOS
HABITACIONAIS DA USINA HIDRELÉTRICA**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação na área de Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Professora Doutora Jane Victal Ferreira

PUC-CAMPINAS

2011

ADELITA ARAUJO DE SOUZA

**"ITAIPU E A URBANIZAÇÃO DA ZONA DE
FRONTEIRA DO IGUAÇU: CIDADE E CONJUNTOS
HABITACIONAIS DA USINA HIDRELÉTRICA"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Victal Ferreira

Dissertação defendida e aprovada em 16 de fevereiro de 2012 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

Prof.^a Dr.^a Jane Victal Ferreira
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof.^a Dr.^a Juleusa Maria Theodoro Turra
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof.^a Dr.^a Telma de Barros Correia
Universidade de São Paulo

Ao meu marido Paulo
exemplo de vida e profissão,
parceiro e amigo de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Fazer os agradecimentos deste trabalho não é uma tarefa fácil e possivelmente não será justa. Penso nesta pesquisa como uma caminhada, que por dois anos me apresentou pessoas, me presenteou com novos amigos e me ofereceu grandes mestres do ensino e da pesquisa. Assim, logo de antemão, gostaria de agradecer a todos que estiveram presentes em minha vida sendo certo que todos contribuíram para a construção deste trabalho.

Particularmente gostaria de agradecer:

A Deus, por direcionar minha vida e mostrar-me o caminho do conhecimento, do saber e da pesquisa.

À minha mãe Alda, meu marido Paulo, meus filhos Isabela e Guilherme, minhas irmãs Andreia e Aline, que com paciência aceitaram minhas escolhas e compreenderam a necessidade de algumas ausências em prol da conquista deste resultado.

À minha orientadora Dra. Jane Victal Ferreira, que com grande paciência e dedicação me conduziu pelos caminhos da investigação, sempre questionando, apoiando e inspirando o amadurecimento da pesquisa, incentivando novas descobertas e novos resultados.

À professora Dra. Juleusa Turra, pela contribuição na discussão geográfica, como também, por ter me conduzido por quatro meses no estágio de docência, sendo exemplo de dedicação e interesse no aprendizado dos alunos.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação em Urbanismo, em especial ao professor Caracol, professora Ivone, professor Denio e professor Jonathas, com os quais desenvolvi e compartilhei minha pesquisa.

Aos colegas do mestrado, em especial aos amigos, Dirceu, Patricia, Thiago, Lais, Daniela e Marina, sempre companheiros nesta jornada.

À Katia Cristina Lino, que além da franca amizade me apresentou as pessoas certas na busca dos documentos da pesquisa.

Por fim, agradeço à pessoa que nunca me deixou perder os prazos, a secretária da pós graduação em urbanismo Paula Cristina de Almeida Cambiaghi, sempre acompanhando com grande competência a vida acadêmica de todos os alunos.

Iniciativas

Faça o que lhe digo. Solte primeiro uma borboleta.
Se não amanhecer depressa, solte outras de cores diferentes.
De vez em quando, faça partir um barco. Veja aonde vai.
Se for difícil, suprima o mar e lance uma planície.
Mande um esboço de rochedo, o resto de uma floresta.
Jogue as iniciais do lenço. Faça descer algumas ilhas.
Mande a fotografia do lugar, com as curvas capitais e a cópia dos seios.
Atire um planisfério. Um zodíaco. Uma fachada de igreja. E os livros fundamentais.
Sirva-se do vento, se achar difícil.
Eles estão perdidos. Mas nem tudo o que fizeram está perdido.
Separe o que possa ser aproveitado e mande. Sobretudo, as formas em que o sonho
de alguns se cristalizou.
Remeta a relação dos encontros, se possível. E o horário dos ventos.
Mande uma manhã de sol, na íntegra.
Faça subir a caixa de música, com o barulho dos canaviais e o apito da locomotiva.
Veja se consegue o mapa dos caminhos.
Mande o resumo dos melhores momentos.
As amostras de outra raça.
Com urgência, o projeto de uma nova cidade!

Aníbal Machado *Cadernos
de João*

RESUMO

ARAUJO, Adelita Souza. Relações urbanas na Zona de Fronteira do Iguaçu. Estudo de caso dos conjuntos habitacionais produzidos pela Itaipu Binacional. 2011, 192f. Dissertação em Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas 2012.

Esta pesquisa realiza uma reflexão sobre os fenômenos urbanos e sócio-espaciais na fronteira do Iguaçu, onde se encontram as cidades formadas nos territórios da Argentina, Brasil e Paraguai. Para isso, utiliza o conceito de fronteira adotado pela geografia e o conceito de fenômeno urbano adotado pelo urbanista Bernardo Secchi. Para a investigação, delimitamos a década de 1970 como o recorte temporal, período representado pela construção da Usina de Itaipu Binacional, que promoveu um plano global de urbanização para as cidades paraguaias e brasileiras, se baseado principalmente na construção de conjuntos habitacionais e na estruturação do sistema viário, articulando as malhas urbanas das cidades da zona de fronteira. A análise é realizada pontuando os aspectos políticos, econômicos e sociais que envolveram a construção da usina, bem como dos projetos urbanos e arquitetônicos implantados pela empresa que, por fim, contribuíram para os processos atuais de expansão urbana e interação entre estas cidades. Analisamos primeiramente as lógicas naturais que configuraram as relações urbanas ao longo do tempo, como vínculos comerciais e turísticos, mobilidade e estrutura urbana, imigração e processos de territorialização, trocas culturais e identitárias para, em seguida, refletir sobre os documentos e projetos da época da construção da usina que revelam os interesses dos governos militares do Brasil e do Paraguai. A análise dos projetos urbanos demonstra que o partido adotado foi concebido para o controle e a vigilância da população, além de organizar hierarquias sociais e culturais, ao mesmo tempo em que, para a classe militar, observam-se projetos urbanos orientados para a socialização, a valorização do espaço público e do meio ambiente. Finalmente, concluiu-se que as consequências imediatas conduziram à segregação, ao esgarçamento da malha urbana e ao inchaço das cidades, culminando em conflitos sociais e identitários.

Termos de indexação: Cidades de fronteira. Itaipu Binacional. Eletricidade. Governo militar. Conjuntos habitacionais. Expansão urbana.

ABSTRACT

ARAUJO, Adelita Souza. Urban Relations in the Iguassu Border Zone. Case study of housing developments built by Itaipu Binacional. 2011, 192f. Urbanism Dissertation - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Center for Exact Sciences, Environment and Technology, Undergraduate Program in Urbanism, Campinas 2012.

This research makes a consideration on urban and socio-spatial phenomena in the Iguassu border, where there are the cities formed in Argentine, Brazilian and Paraguayan territories. In this regard, it uses the border concept adopted by geography and the urban phenomenon adopted by urban planner Bernardo Secchi. For this investigation, we highlight the 70s as the time frame, period represented by the construction of Itaipu Binacional Power Plant, which promoted a global plan for housing, structuring the road system and articulating the urban grid plan concerning Brazilian and Paraguayan cities. This analysis has been carried out pointing political, economical and social aspects which involved the construction of the dam, as well as urban and architectural projects deployed by the company which eventually contributed to the current processes of urban expansion and interaction between these cities. First of all, we analyzed the natural logics which set up the urban relations over time such as commercial and touristic links, mobility and urban structure, immigration and territorialization processes, cultural and identity changes, for then reflecting on documents and projects dated of the construction of the dam, which reveal the interest of both Brazilian and Paraguayan military governments. The analysis of the urban projects shows that the adopted party was conceived to the population control and surveillance, besides of organizing socio-cultural hierarchies, while that, to the military class, urban projects were observed the same oriented for socialization, enhancement of public space and environment. Finally, it was concluded that the immediate consequences led to segregation, urban grid plan fraying and overcrowded cities culminating in social and identity conflicts.

Index terms: border cities. Itaipu Binacional. Electricity. Military Government. Housing developments. Urban expansion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Marco de Limite entre Espanha e Portugal	24
Figura 2. Marco de Referência entre Argentina, Brasil e Paraguai	24
Figura 3. Foto aérea do limite entre Brasil, Paraguai e Argentina.....	25
Figura 4. Marco Argentino.....	26
Figura 5. Marco Brasileiro	26
Figura 6. Marco Paraguaio.....	26
Figura 7. Avenida da Amizade, cidade de Tabatinga Brasil e Letícia Colômbia.....	26
Figura 8. Cidades Gêmeas e os Tipos de Articulação	36
Figura 9. Ponte Ayrton Senna.....	37
Figura 10. Disposição das cidades na fronteira entre o estado do Paraná (Brasil) e o Paraguai.....	38
Figura 11. Municípios na Faixa de Fronteira.....	42
Figura 12. Municípios paranaenses em relação ao limite territorial do Brasil.....	43
Figura 13. População dos municípios paranaenses ao longo das principais rodovias do Estado.....	44
Figura 14. Conceito de zona de fronteira	46
Figura 15. Mancha urbana na zona de fronteira do Iguaçu.....	49
Figura 16. Infraestrutura urbana - Localização de aeroportos e principais portos.....	50
Figura 17. Corredor viário entre Assunção e os portos brasileiros.....	50

Figura 18. Cidades do departamento de Alto Paraná - Paraguai.....	55
Figura 19. Comércio de Cidade de Leste.....	56
Figura 20. Centro de comercial de importados de Cidade de Leste e a Ponte da Amizade	57
Figura 21. Foto Ponte da Amizade.....	59
Figura 22. Mesquita Omar Ibnal-Khatab em Foz do Iguaçu, 2011.....	61
Figura 23. Estátua de Chiang Kai Chek em Cidade de Leste, 2011	64
Figura 24. Templo Budista - estátua do Buda, 2011	64
Figura 25. Templo Budista em Foz do Iguaçu, 2011.....	64
Figura 26. Mapa da fronteira com a localização do Jardim Jupira e Vila Portes	68
Figura 27. Fotos do bairro Jardim Jupira - segunda feira, 10:00hs	70
Figura 28. Fotos do viaduto na Br 277 que dá acesso a ponte da Amizade.....	71
Figura 29. Foto do Jardim Jupira, em frente a BR 277	71
Figura 30. Comércio de roupas usadas na Vila Portes	72
Figura 31. Lista de residentes na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.....	86
Figura 32. Foto de Sete Quedas, em 1980.	102
Figura 33. Localização da Usina de Itaipu Binacional.....	112
Figura 34. Mapa com a Implantação da barragem e as áreas de vizinhança.....	115
Figura 35 Mapa brasileiro de distribuição de energia elétrica - ano 2000.	118
Figura 36. Mapa com as vias asfaltadas em 1974 no município de Foz do Iguaçu.....	120

Figura 37. Restituição aerofotogramétrica da Zona de Fronteira do Iguaçu no ano de 1974	124
Figura 38. Restituição aerofotogramétrica da cidade de Foz do Iguaçu no ano de 1974	125
Figura 39. Restituição aerofotogramétrica de Cidade de Leste no ano de 1974.....	126
Figura 40. Restituição aerofotogramétrica da Cidade de Porto Franco no ano de 1974.....	127
Figura 41. Restituição aerofotogramétrica da Cidade de Hernandárias no ano de 1974.....	128
Figura 42. Mapa com a posição dos Conjuntos habitacionais de Itaipu Binacional	130
Figura 43. Setores da Vila A conforme tipologia das unidades habitacionais.....	136
Figura 44. Mapa da topografia e implantação do conjunto habitacional Vila A, setor A1	137
Figura 45. Estudos para a implantação da Vila A	138
Figura 46. Planta baixa e fachada da casa tipo 4'MI em madeira.	139
Figura 47. Fotografia da fachada da casa tipo 4' MI em Madeira	140
Figura 48. Planta baixa e fachada da casa tipo 09 em alvenaria.....	141
Figura 49. Fotografia da fachada de casa de alvenaria tipo 09	142
Figura 50. Vila B com desenho da implantação do conjunto habitacional, e no detalhe ao lado, sua localização na zona de fronteira do Iguaçu.....	144
Figura 51. Topografia e paisagismo da Vila B.....	145
Figura 52. Planta baixa da casa do tipo "unidade 1 C1", contendo área construída de 263m ²	146

Figura 53. Implantação da Vila C, contendo o traçado das linhas de transmissão de energia elétrica; detalhe ao lado, com a localização da vila na zona de fronteira do Iguaçu.	148
Figura 54. Planta baixa do tipo de casa geminada construída na Vila C.	149
Figura 55. Fachada transversal da casa geminada construída na Vila C.	150
Figura 56 - Fachada frontal	151
Figura 57. Implantação do conjunto habitacional “Área 1” com detalhe da localização junto à zona de Fronteira	155
Figura 58. Planta baixa e fachada da casa tipo “unidade 1 A1” com 340 m ²	156
Figura 59. Planta baixa e fachada da casa tipo “unidade 2 A1” contendo 310 m ²	157
Figura 60. Implantação do conjunto habitacional “Área 2” com detalhe da localização junto à zona de Fronteira	159
Figura 61. Planta baixa da casa "unidade 6 A1"	160
Figura 62. Detalhe da Planta de locação "Área 2"	160
Figura 63. Implantação do conjunto habitacional “Área 3”, e detalhe da sua localização junto à zona de fronteira.	162
Figura 64. Planta da unidade habitacional tipo “7 A1”, contendo uma área útil de 66m ²	163
Figura 65. Implantação do conjunto habitacional “Área 4” e detalhe da sua localização na zona de fronteira	165
Figura 66. Planta baixa e fachada da unidade habitacional “5 A3” contendo área de 85m ²	166
Figura 67. Implantação do conjunto habitacional "Área 5" com detalhe da localização na zona de fronteira	168
Figura 68. Planta baixa e fachada da "unidade 9 A2", contendo 65m ²	169

Figura 69.	Implantação do conjunto habitacional “Área 6”, e detalhe da localização junto à Zona de Fronteira.	171
Figura 70.	Vivendas multifamiliares do conjunto habitacional “Área 6”.	172
Figura 71.	Implantação do conjunto habitacional “Área 7” com detalhe da sua localização junto à Zona de Fronteira.	174
Figura 72.	Planta baixa e fachada da unidade habitacional "unidade 9 B1"	175
Figura 73.	Implantação do conjunto habitacional “Área 8” com detalhe contendo a sua localização na Zona de Fronteira do Iguaçu	177
Figura 74.	Planta baixa da unidade habitacional "unidade 3' A2" com 110m ²	178
Figura 75.	Evolução da malha urbana de Foz do Iguaçu	180
Figura 76.	Localização das vilas de Itaipu Binacional.	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Aumento da população urbana de Foz do Iguaçu de 1953/1974.....	116
Tabela 2. Aumento Populacional do Estado de Alto Paraná - PY.....	123
Tabela 3. População residente os conjuntos habitacionais de Itaipu Binacional	123
Tabela 4. Tipologia dos conjuntos habitacionais brasileiros e paraguaios	132
Tabela 5. Tipologia habitacional da Vila A	134
Tabela 6. Tipologias de casas executadas no território Paraguuaio	153
Tabela 7. Aumento populacional do município de Foz do Iguaçu	179
Tabela 8. Aumento Populacional das cidades da fronteira Paraguuaia	181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A FRONTEIRA.....	21
1.1 Considerações e definições sobre o território da fronteira	21
1.1.1 Diferenças entre o termo Fronteira e Limite	21
1.1.3 A faixa de fronteira brasileira e as cidades gêmeas.....	30
1.1.5 Conceito de zona de fronteira	45
1.2 A zona de fronteira do Iguaçu	47
1.2.1 Localização e população.....	47
1.2.2 A vida urbana na zona de fronteira do Iguaçu.....	51
1.2.2.1 O comércio de Cidade de Leste	51
1.2.2.2 O limite e a dinâmica social.....	58
1.2.2.3 Dinâmicas globais e dinâmicas locais	65
1.2.2.4 O turismo.....	73
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO URBANA DAS CIDADES DA ZONA DE FRONTEIRA DO IGUAÇU	75
2.1 Os primeiros habitantes e sua formação urbana.....	75
2.2 Políticas Energéticas e a Itaipu Binacional	89
2.2.2 Políticas para um Brasil moderno	93
2.2.3 Políticas brasileiras de desenvolvimento no contexto internacional.....	95
2.2.4 O Regime militar no Brasil e a Itaipu	97
2.2.5 Os estudos para a implantação da usina	101
2.2.6 A Constituição de Itaipu Binacional e os conflitos históricos da guerra do Paraguai	104
2.2.7 Itaipu como estratégia geopolítica.....	106
3. A URBANIZAÇÃO PRODUZIDA PELA ITAIPU BINACIONAL NA ZONA DE FRONTEIRA DO IGUAÇU.....	113
3.1 As cidades em 1974.....	116
3.2 A construção dos conjuntos habitacionais de Itaipu Binacional	129
3.2.1 Conjuntos habitacionais construídos no território brasileiro	132
3.2.1.1 Vila A.....	133
3.2.1.2 Vila B.....	143
3.2.1.3 Vila C.....	147
3.2.2 Os Conjuntos habitacionais no território paraguaio.....	152
3.2.2.1 Área 1.....	153
3.2.2.2 Área 2.....	158

3.2.2.3 Área 3.....	161
3.2.2.4 Área 4.....	164
3.2.2.5 Área 5.....	167
3.2.2.6 Área 6.....	170
3.2.2.7 Área 7.....	173
3.3 A evolução da malha urbana nas cidades do Brasil e Paraguai	179
CONCLUSÃO	184
BIBLIOGRAFIA	187

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, realizada por meio de uma pesquisa teórica, documental e empírica, resulta de uma investigação e reflexão sobre as relações urbanas produzidas nas cidades da zona de fronteira do Iguazu, buscando compreender os processos que culminaram na realidade social deste espaço. A pesquisa se inicia com a descrição do fenômeno urbano e dos contextos econômicos, sociais e políticos que envolvem estas cidades. Sob este enfoque e considerando que toda realidade social é historicamente constituída, a investigação se conduz pelos processos históricos de urbanização, tendo como recorte temporal a década entre 1974 e 1984, período em que se construiu a usina de Itaipu Binacional e se produziu uma urbanização conjunta entre as cidades brasileiras e paraguaias.

O primeiro capítulo, produzido a partir de pesquisas bibliográficas, se inicia a partir de uma abordagem a respeito das teorias e dos conceitos que caracterizam os espaços de fronteira, tais como zona de fronteira, cidades gêmeas, faixa de fronteira, diferenças entre o limite e a fronteira, além das legislações específicas que são inerentes a todas as cidades localizadas nesta área.

Os estudos em relação às cidades de fronteira ainda são escassos, principalmente àqueles vinculados a área do urbanismo como desenho urbano, via ou espaço público. Observa-se, no entanto, que o campo da geografia apresenta uma expressiva produção científica, onde os estudos tendem a focalizar análises regionais ou nacionais, que descrevem e pontuam os principais problemas das cidades, normalmente abordados a partir da sua posição geográfica e sua proximidade com o limite territorial.

Em 2005 o Ministério da Integração Nacional produziu uma Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, tendo como base os estudos geográficos do Grupo Retis de pesquisa, vinculado ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como líder do grupo a pesquisadora Dr^a. Lia Osório Machado, contando também com a participação de outros importantes pesquisadores

dedicados ao estudo dos conflitos territoriais de fronteira como Rogério Haesbaert da Costa.

A proposta, além de traçar um perfil contemporâneo das fronteiras brasileiras, inverte o paradigma das cidades de fronteira estruturadas como mecanismo de defesa nacional e propõe uma nova política em benefício das relações de integração e desenvolvimento regional destes espaços.

Ainda no programa de pós-graduação em geografia da UFRJ, encontramos diversos trabalhos, tanto da Prof^a Dr^a Lia Osório, que produziu diversas reflexões sobre os conceitos e o tráfico de drogas da fronteira, quanto de seus orientandos como Rebeca Steiman que produziu o trabalho “A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)”.

O geógrafo Rogério Haesbaert, também tem contribuído nessa discussão; além dos trabalhos específicos sobre o assunto, possui uma vasta bibliografia teorizando as concepções e conceitos do Território. Seus trabalhos abordam as relações em rede e os processos de desterritorialização que são típicos das cidades de fronteira.

Após a análise das principais teorias e conceitos sobre a fronteira, o texto descreve as relações urbanas que são observadas entre as cidades da zona de fronteira do Iguaçu. Para isso observa a extensão da mancha urbana das principais vias de acesso, a localização dos aeroportos e portos, a dinâmica do comércio, a configuração do turismo, os contatos inter-étnicos e a vida urbana fronteiriça.

Para a caracterização desta realidade urbana utilizou-se pesquisas como a de Rabossi (2004), argentino, que estudou o cotidiano dos trabalhadores que praticam o comércio de rua em Cidade de Leste, Arruda (2007), que analisou a presença libanesa nas cidades de Foz do Iguaçu e Cidade de Leste e também teóricos como Jaquet, argentino e Alfonso, dominicano, (2008) que teorizam temas referentes aos espaços urbanos de fronteira.

Como na maioria das cidades brasileiras, a história urbana das cidades de fronteira está em fase de coleta de documentos. O acesso a estes documentos, que poderiam reproduzir a história dos aglomerados urbanos de fronteira, é ainda dificultado por se referir ao território de dois ou mais países. Na tríplice fronteira do Iguaçu os documentos sobre a formação urbana, quando

existentes, possuem acesso restrito, principalmente aqueles referentes à colonização ou ao governo militar, cuja política de expansão e defesa das fronteiras somente agora começa a receber tratamento científico adequado.

A escolha de fatos históricos que conduzem ao desenvolvimento destas urbanizações também se mostra complexo, visto que, ora estão relacionados à integração das cidades e ora estão relacionados às políticas de desenvolvimento de cada país.

O recorte temporal escolhido neste trabalho, diz respeito ao período de 1974 e 1984, período da construção da barragem de Usina de Itaipu Binacional que se caracterizou por promover modificações imediatas no tecido urbano das cidades do lado brasileiro e do lado paraguaio. O período não demonstra grande desenvolvimento ao espaço urbano da cidade argentina de Porto Iguazu, o que não representa uma desconexão aos contextos vividos nas outras cidades da fronteira, mas uma resposta às políticas internacionais que envolveram a construção da Usina e restringiram o desenvolvimento de todo o estado argentino de Misiones, onde se localiza a cidade de Porto Iguazu.

A partir disto, o segundo capítulo faz uma abordagem histórica, que relata primeiramente os principais momentos e fatos que contribuíram para a formação urbana das cidades na zona de fronteira do Iguazu, analisando os primeiros habitantes da região, as primeiras formas de urbanização e os contextos políticos e econômicos a que estavam inseridos.

Para esta análise utiliza-se trabalhos que abordam a colonização militar de Foz do Iguazu, como a qualificação de doutorado em História Social de Miskiw (2008), que faz um apanhado sobre os relatos de viagem e os documentos militares a respeito desse período. Como também o trabalho do historiador Silva (2007), que descreve a história da formação das cidades e do estado de Alto Paraná no Paraguai.

A pesquisa mostra que até a década de 1970 estas cidades se conduziram por um lento crescimento urbano, com baixos níveis de adensamento e uma economia vinculada às relações fronteiriças. A partir desta década a malha passou a se desenvolver rapidamente, primeiro em virtude da construção da ponte da Amizade (Ligando o Brasil e o Paraguai), e depois pela construção da Usina de Itaipu Binacional.

O segundo capítulo ainda apresenta uma reflexão sobre os principais acontecimentos e fatos históricos que antecederam a construção da Usina de Itaipu Binacional, abordando o papel da eletricidade nas políticas de desenvolvimento do Brasil e do Paraguai, expondo as razões e motivações que conduziram a construção da usina e sua implantação sobre o território da fronteira.

Para esta abordagem utilizamos a pesquisa de Lima (2006), que publicou o livro intitulado "ITAIPU, as faces de um mega projeto de desenvolvimento", onde além de descrever as questões históricas e internacionais produzidas em virtude da usina, também relatou a revolta e a comoção social dos agricultores desapropriados pelo alagamento. Outras bibliografias a respeito da história da eletricidade e das políticas militares foram utilizadas, como o livro de Mendonça e Fontes (1996), a História do Brasil Recente: 1964 - 1980.

O terceiro capítulo direciona-se na descrição dos acontecimentos locais na época da implantação da usina de Itaipu Binacional, e se inicia pela condição urbana das cidades, no lado brasileiro e paraguaio, identificando as vias de acesso, os dados populacionais e infra-estrutura geral. Apresenta posteriormente as decisões a respeito da estruturação urbana para receber o contingente populacional que trabalharia na construção da barragem e na administração da Usina.

A Usina de Itaipu comandou os projetos e a construção de 11 conjuntos habitacionais, sendo 3 no Brasil e 8 no Paraguai. A pesquisa descreve cada um dos onze conjuntos habitacionais, expondo os projetos urbanos, os equipamentos e os tipos de casa, como também pontua questões como o critério de distribuição das casas, de desenho urbano e localização dos conjuntos.

Para isso utiliza primeiramente uma pesquisa bibliográfica, que envolve dados censitários a respeito das condições locais e regionais das cidades e o plano de desenvolvimento urbano produzido para Foz do Iguaçu, que a partir de diversos indicadores sócio-econômicos, pretendia traçar diretrizes para a futura expansão urbana da cidade.

O terceiro capítulo também expõe documentos produzidos pela Itaipu Binacional que tanto se referem aos conjuntos habitacionais, brasileiros e paraguaios, como projetos urbanos, casas e equipamentos como fotos aéreas da época da construção da usina; reconstituições aerofotogramétricas e mapas com

a área de influência da Usina. Os documentos apresentados são uma pequena amostra de um acervo composto por mais de 8.500 arquivos, digitais e impressos.

Por fim o terceiro capítulo traz uma breve exposição da expansão da malha urbana de Foz do Iguaçu, produzida através de uma pesquisa que relacionou a data de aprovação dos loteamentos no município. Apresenta também a situação atual dos conjuntos habitacionais de Itaipu dentro da malha urbana, bem como sua relação e com as cidades.

O período proposto é apenas uma peça no quebra cabeça da história urbana destas cidades e não alcança as dimensões necessárias para explicar e interpretar as diversas realidades e relações produzidas neste espaço. Contudo, o entendimento dos interesses e das motivações urbanas deste período, cumulados aos contextos geográficos da fronteira, pode contribuir para esclarecer parte dos atuais fenômenos ou ainda para compreender outros períodos da história sejam eles anteriores ou posteriores.

1 A FRONTEIRA

1.1 Considerações e definições sobre o território da fronteira

1.1.1 Diferenças entre o termo Fronteira e Limite

Os conceitos a respeito dos termos limite e fronteira foram moldados através dos tempos e apesar de serem ligados, não são sinônimos. Os termos são etimologicamente diferentes; a origem da palavra fronteira deriva do latim *frons tis*, indicando o terreno que se situava *in fronte*, na frente ou na margem; enquanto a palavra limite provém do latim *limes* designando o fim da unidade político-territorial. (BORGES, 2008). Nesse sentido, o limite define o limiar de um território, enquanto a fronteira acrescenta a ideia de um espaço, do contato com o outro, da transposição daquilo que está além do limite. Apesar de não serem termos sinônimos, as definições que envolvem os dois conceitos inter-relacionam-se; destacando-se a riqueza e complexidade do conceito de fronteira, muito mais amplo do que o conceito de limite.

As primeiras formas de *delimitação*¹ do território surgem na Europa, onde, sem muita preocupação com a estabilidade das fronteiras, os limites do Estado eram simplesmente os limites do reino. No período pós-colonial, onde novos Estados formaram-se ou tornaram-se independentes, verifica-se o mesmo critério; os primeiros limites definiram-se a partir do domínio das antigas coroas. (MACHADO, 2010)

A expansão e defesa do Império Romano também é um bom exemplo para compreender a evolução do conceito de fronteira. Os romanos não tinham interesse em estabelecer limites em seus domínios; entretanto, organizaram um sistema defensivo das fronteiras, que dificultava a expansão dos povos bárbaros sobre seus domínios. Posteriormente, para reduzir os custos militares e defender o território, os romanos passaram a colonizar as áreas de fronteira, situando os

¹*Delimitação* – O verbo delimitar pressupõe o ato de traçar limites, no entanto, o limite territorial é um conceito abstrato, o qual não pode ser demarcado fisicamente.

povoados imediatamente na retaguarda das linhas de defesa, denominando esses lugares de terras limitaneas (MACHADO, 2010).

Somente no século XVIII, os limites entre os Estados da Europa começaram a ser estabelecidos pela aplicação dos estudos da topografia e do conhecimento técnico dos engenheiros. No século XX, com a *delimitação* de muitos limites internacionais, não apenas na Europa, mas em diversas partes do mundo os limites tornaram-se precisos, concretizando o conceito de Estado moderno onde a soberania depende do processo de territorialização (MACHADO, 2010).

Na base da evolução dos estudos e técnicas, que garantiram maior definição aos limites territoriais, surge o Estado Moderno. A capacidade de controlar com exatidão, a dimensão do espaço territorial, criou um novo modelo de organização política, onde o Estado conseguia, de maneira uniforme e homogênea, aplicar suas normas e leis (MARTIN, 1992).

O limite passa a ser aplicado como algo que divide, como uma linha imaginária que separa dois poderes distintos, que demarca o fim de uma unidade territorial e o começo de outra. No entanto, em contrapartida às forças intrínsecas do limite, que orientam o Estado para dentro do território, temos as fronteiras; que surgem a partir da linha limite, como espaços habitáveis que se traduzem em *lugares de comunicação*, que naturalmente se relacionam com as estruturas políticas, sociais e culturais que se encontram do outro lado da linha limite (MACHADO, 1998).

A identificação entre limite e fronteira internacional decorre provavelmente da mobilidade e imprecisão cartográfica que na maior parte do tempo acompanhou o desenvolvimento das sociedades. Mas os Estados modernos necessitam de limites precisos onde possam exercer sua soberania, não sendo suficientes as mais ou menos largas faixas de fronteira. Assim, hoje o limite é reconhecido como linha, e não pode, portanto ser habitada, ao contrário da fronteira, que, ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sob a forma de contrabando (MARTIN, 1992, p 47).

Assim, a fronteira é produzida e estruturada por seus habitantes, que a todo tempo cruzam o limite territorial. Esse contato habitual, entre indivíduos de soberanias diferentes, pode provocar interesses que divergem daqueles praticados pelo poder central de cada país, já que os interesses na fronteira estão sempre orientados para fora, para além do limite territorial. O limite, ao contrário, tem a função de manter coesa a unidade político territorial, sendo esse originado e produzido apenas pelo poder central do Estado, não sendo modificado ou alterado pelos contatos produzidos na fronteira (MACHADO, 1998).

O conceito de limite está vinculado a uma lei do mundo jurídico e não tem vida própria ou existência material, configurando-se apenas como uma abstração, uma linha imaginária que cruza os territórios e que não pertence a nenhum dos dois lados. A imaterialidade da linha limite sempre foi uma questão preocupante aos Estados, que de outras formas passaram a promover sua visibilidade e assegurar seu poder (KRUKOSKI, 2010).

Em alguns pontos do território a linha é convencionalizada ao longo de barreiras geográficas, como cordilheiras, rios, montanhas, lagos, entre outros; o que facilita a percepção dos habitantes ao limite territorial. Em outros pontos, em lugares sem barreiras geográficas, chamadas de fronteiras secas, os limites são imperceptíveis e não podem ser notados na paisagem. No intuito de dar visão aos limites e materializar o poder do Estado sobre o território, erguem-se os chamados "Marcos de Fronteira", que demarcam visualmente o território e podem carregar diversos significados, como a cisão ou a harmonia entre os países.

O limite de um Estado aparece como uma linha puramente imaginária, maçada na superfície terrestre por objetos naturais ou artificiais. Pode-se, portanto acrescentar outro elemento, ao mesmo tempo distinto tanto do limite quanto da fronteira: trata-se da divisa, isto é, o aspecto visível do limite. Assim, o marco, a baliza aparecerá como pontos fixos, erguidos pelo homem, os quais, alinhavados, expressam o limite da jurisdição dos Estados (MARTIN, 1992, p 48).

Segundo Krukoski (2010), os Marcos de Fronteira podem ser divididos em dois tipos: "Marcos de Limite, colocados exatamente por onde corre a linha ou Marcos de Referência, colocados próximos a linha de limite". Os Marcos de Limite, utilizados nas fronteiras secas, permitem a visualização da divisão dos

Estados na paisagem, os Marcos de Referência, utilizados para limites localizados em barreiras geográficas, como os rios; não podem alcançar a linha limite e apenas fazem referência à sua presença. As figuras 1 e 2 são exemplos de Marcos de Limite e Marcos de Referência.

Figura 1. Marco de Limite entre Espanha e Portugal



Fonte: Ibéricos, 2010

Figura 2. Marco de Referência entre Argentina, Brasil e Paraguai



Fonte: Foz do Iguaçu, 2011

O Marco das Três Fronteiras, localizado na divisa entre a Argentina, Brasil e Paraguai é um exemplo de Marco de Referência. A Figura 3 mostra a uma foto aérea onde é possível visualizar o encontro dos três países e o limite (imaginário) que cruza algum ponto no meio do rio Paraná e rio Iguaçu². Esse limite, dado pelos rios, é referenciado pelo Marco das Três Fronteiras, com a obra do Arquiteto Domingos Bongestab, que está localizada às margens dos dois rios, no território brasileiro.

² A Diretoria de Portos e Costa da Marinha brasileira, tem regido instruções à Capitania dos Portos do rio Paraná - em Foz do Iguaçu - para que siga a linha do "talvegue", como definidora do limite territorial. O Talvegue é o canal mais profundo da corrente, sua localização pode variar, e pode não corresponder ao centro do rio, sendo constantemente alterado pelos deslocamentos dos bancos de areia.

Figura 3. Foto aérea do limite entre Brasil, Paraguai e Argentina



Fonte: Foz do Iguaçu, 2011

Os marcos são elementos habituais na paisagem das fronteiras e carregam consigo diversos significados e simbolismos. Ainda na tríplice fronteira do Iguaçu, é possível encontrar outros três Marcos de Referência, dois deles de 1903, construídos no território da Argentina e do Brasil, para celebrar a demarcação definitiva dos limites e o fim do litígio entre os dois países³. Como pode se observar nas fotos, Figura 4 e Figura 5, esses dois marcos possuem formato triangular, com três faces, simbolizando os limites impostos pelo rio

³ A questão da fronteira com a Argentina começou a ser negociada no segundo reinado. Como nenhuma das partes cedia aos interesses da outra, em 7 de setembro de 1889 foi assinado o tratado que, ratificado em 4 de novembro seguinte, no qual Brasil e Argentina concordavam em submeter sua contenda à decisão arbitral do Presidente dos Estados Unidos se dentro de 90 dias, contados da conclusão do reconhecimento e exploração dos rios litigiosos, os dois governos não tivessem chegado a um acordo amigável. Em seguida, a República foi proclamada no Brasil (15 de novembro do mesmo ano) e o ministro das relações exteriores, Quintino Bocaiúva, concordou na divisão do território contestado, inspirado num espírito de "fraternidade americana", assinando o Tratado de Montevidéu em 1890 o que causou uma mobilização da opinião pública no Brasil e em 1891 o Congresso Nacional aprovou a rejeição ao tratado. Assim Argentina e Brasil concordaram em submeter novamente o litígio à decisão do presidente dos EUA, que em 1895 assinou o laudo arbitral que em sua maior parte favorecia o Brasil em suas reivindicações e finalmente em 1898 é assinado o tratado de limites, conferindo ao Brasil a posse de boa parte do oeste do que hoje é o Estado de Santa Catarina.

Iguaçu e pelo rio Paraná. O outro marco, localizado no Paraguai e construído em 1961, possui apenas duas faces e faz referência ao limite do Paraguai que é estabelecido exclusivamente pelo rio Paraná (Figura 6).

Figura 4. Marco Argentino



Fonte: Porto Iguaçu, 2011

Figura 5. Marco Brasileiro



Fonte: Foz do Iguaçu, 2011

Figura 6. Marco Paraguai



Fonte: Foz do Iguaçu, 2011

Além dos marcos que dão visibilidade aos limites, são encontrados nas fronteiras secas outros exemplos que tentam materializar os limites na paisagem, a exemplo disso há o muro construído para dividir o território dos Estados Unidos e do México, ou ainda, conforme a figura 7, a Avenida da Amizade, nas cidades de Tabatinga e Letícia na fronteira entre o Brasil e Colômbia, que divide os dois países e configura-se como um marco visual do limite territorial.

Figura 7. Avenida da Amizade, cidade de Tabatinga Brasil e Letícia Colômbia



Fonte: Cidade, 2011

No Estado moderno, a materialização dos limites territoriais, por meio dos Marcos de Fronteira, parece gerar fenômenos positivos, na medida em que cria ordem aos espaços e delimita visualmente o perímetro de abrangência de cada soberania. Contudo, quando nos referimos aos conceitos que se baseia o Estado pós-moderno, esse padrão ordenado, parece perder força na produção dos espaços.

A produção do espaço no Estado pós-moderno está fortemente ligada aos contextos da globalização, onde os territórios se organizam e se comunicam com lugares distantes do limite territorial, criando redes de contato que independem dos limites físicos territoriais.

1.1.2 O Limite no Estado pós-moderno

A construção do conceito de Estado Moderno apoia-se na precisa demarcação das fronteiras e limites territoriais. Nas últimas décadas percebe-se uma nova realidade, não mais pautada pelos antigos conceitos de demarcação e soberania dos Estados, mas nos que exprimem os conteúdos do espaço globalizado, que manifesta uma realidade muito mais fragmentada e difusa. Essa realidade traz consigo uma renovação na forma com que o Estado organiza-se e relaciona-se com seus limites e fronteiras, proporcionando o surgimento de novas territorialidades, produzidas pelo próprio Estado ou pelos deslocamentos de diversos grupos humanos.

Há pouco tempo parecia elementar que cada Estado possuísse uma delimitação precisa e ocupasse uma porção na superfície terrestre. Nesse sentido, a primeira questão que se colocava era aonde chegava territorialmente cada nação e quais eram ou deveriam ser seus limites. A partir da precisa definição dos limites, surgiam os questionamentos em relação à defesa das fronteiras e de como manter a soberania em toda a unidade político territorial.

Nas últimas décadas, percebe-se uma nova realidade, apoiada não mais nos conceitos de demarcação e separação dos Estados, mas nos que exprimem os conteúdos do espaço globalizado. Essa realidade traz consigo uma

renovação na forma com que o Estado organiza-se e relaciona-se com seus limites e fronteiras (MACHADO, 1998).

Segundo Moreira (2007), quando os geógrafos da década de 1950 olhavam o mundo, eles identificavam uma paisagem que mal mudara no trânsito entre os séculos XIX e XX. Observavam a sombra das antigas civilizações e paisagens que permaneciam relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas. As paisagens modificavam-se, entretanto o ritmo era muito lento. O crescimento das cidades, a expansão da malha urbana e a mudanças entre cheios e vazios⁴, ocorriam com lentidão. Os limites territoriais permaneciam quase que imutáveis por longos anos.

Em virtude disso, o autor afirma que havia uma sensação de "imobilidade dos espaços", sendo a paisagem construída por uma história de longa duração. Essa sensação direcionava a leitura geográfica dos espaços por um caminho diferente do que se apresenta hoje, a forma matricial de organização terrestre baseava-se na categoria de região, cuja característica básica era a demarcação precisa dos limites territoriais.

O século XX foi o momento da formação dos espaços a partir do conceito de redes e da ideia de movimento dos espaços⁵, corrompendo o preciso conceito de limite territorial. Na nova percepção dos espaços, as sociedades, passaram a ser constituídas por redes e a mobilidade territorial é sua principal característica. Produzindo um processo contínuo de desterritorialização de homens, (HASBAERT, 2007) de bens e objetos que manipulam os conceitos de limite territorial. Segundo Moreira (2007), diante dessa nova realidade, conceitos velhos aparecem sob forma nova e conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos.

⁴ A expressão "cheios e vazios" é utilizada pelo geógrafo francês Jean Brunhes, em 1962, apud Moreira, 2001, que atribui ao espaço um caráter de movimento, definindo-o como uma alternância entre cheios e vazios. O que é vazio pode rapidamente tornar-se cheio e vice versa.

⁵ Neste sentido, Milton Santos fala de fixos e fluxos, referindo-se ao movimento do capital sobre o espaço.

A rede global é a forma nova do espaço. E a fluidez – indicativa do efeito da reestruturação sobre as fronteiras – a sua principal característica (MOREIRA, 2007, p.56).

O Estado, que antes necessitava dos limites para impor as leis e organizar os espaços, passa a incentivar a fluidez de seus limites, reunindo-se e organizando-se em outros Estados. A exemplo disso, observa-se a formação dos grandes blocos internacionais, como o MERCOSUL (União dos países do cone sul da América do Sul), a UE (União Européia), o Nafta (União dos Países da América do Norte), (MOREIRA, 2007).

A nova forma de organização do Estado, que não considera os limites territoriais e estrutura-se a partir das dinâmicas globais, provoca rupturas à unidade político territorial, já que, o próprio Estado passa a criar territorialidades, de legislação diferenciada, para conseguir inserir os espaços nas dinâmicas globais – como as zonas francas, os paraísos fiscais e as faixas de fronteira (MACHADO, 1998).

Essas novas territorialidades, produzidas pelo Estado e desprendidas dos contextos regionais, organizam-se e conectam-se a outros lugares, de territórios não contíguos, e que, na maioria das vezes, estão fora do próprio território do poder central.

"Fruto da rede, o lugar é o ponto de referência da inclusão-exclusão dos entes na trama da nodosidade" (MOREIRA, 2007, p. 60). O conceito de lugar passa a ser uma das chaves para a compreensão das tensões do mundo contemporâneo. Segundo Ferreira (2000), o lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e unifica-se em velocidades cada vez maiores.

Estar inserido nas dinâmicas globais, pressupõe estar conectado a uma rede de lugares, ou seja, a um sistema de redes que se organiza e desenvolve-se a partir de outras lógicas dentro do território (MACHADO, 1998). Na nova configuração do espaço em rede, o limite territorial compartilha suas funções com outros pontos do território.

As funções próprias aos portos de entrada do país, em geral associadas aos limites internacionais terrestres e marítimos, estão

presentes nos aeroportos e portos secos, ou seja, as linhas poligonais e costeiras que representavam os limites internacionais estão sendo complementadas por pontos-nóculo de redes que atuam como limite internacional para os fluxos de passageiros e mercadorias (MACHADO, 2010b s/p.).

1.1.3 A faixa de fronteira brasileira e as cidades gêmeas.

A fronteira é por natureza um lugar de diversas culturas e identidades. Localizada em área de transição entre espaços territoriais diferentes; sua dimensão é variável, sendo determinadas conceitualmente pela presença ou percepção do outro.

Alguns Estados, na tentativa de defender seus territórios, fixam por lei a extensão da fronteira, criando as chamadas faixas de fronteira. O Brasil, adepto a esse pensamento, também instituiu uma faixa de fronteira, que pode ser observada pela leitura do artigo 20 parágrafo 2º da Constituição Federal de 1988:

A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei (BRASIL, 1988).

A discussão sobre a extensão da faixa de fronteira no Brasil não é recente. Desde o Segundo Império, o Brasil tenta aprimorar as medidas de defesa do território nacional, criando legislações que constantemente modificavam a faixa de fronteira. A primeira lei que definiu uma faixa de fronteira no Brasil surgiu no final do século XIX. A Lei 601 de 18 de setembro de 1890 delimitava uma faixa de 66 km ao longo de todo o limite territorial (BRASIL, 2005), estabelecendo esse espaço como indispensável à defesa do país.

Ao longo dos anos, essas leis foram se modificando e alterando a extensão da faixa de fronteira. Atualmente, os principais instrumentos legais que definem e regulamentam a ocupação dessas áreas são: a Lei 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, que determinam uma legislação especial com restrições ao uso da terra e a realização de uma série de atividades na extensão de 150 km.

Um fato que vem sendo verificado nos últimos anos é o importante crescimento das aglomerações urbanas, que ultrapassam os limites territoriais nacionais em áreas fronteiriças. Essas cidades implantadas exatamente sobre a linha limite possuem papel fundamental na organização e conexão dos espaços de fronteira e podem se comunicar com cidades do outro lado do limite territorial, criando espaços contínuos, na forma de conurbações internacionais.

Como esclarece Alfonso (2008), o fenômeno da urbanização transfronteiriça tem dado lugar ao uso de algumas terminologias, dentre elas “cidades gêmeas” (ARREOLA, 1996,), “cidades binacionais” (EHELERS y BUURSINK y BOEKETNA, 2001), “metropolis transfronteiriças” (HERZOG, 1992), “sistemas metropolitanos binacionais” (UNDANETA, 2002), “cidades transfronteiriças” (VALERO, 2004) e “complexos urbanos Transfronteiriços” (ALFONSO, 2007).

No entanto, Alfonso afirma que a maioria dessas terminologias é utilizada sem implicações conceituais. Nesse sentido destacam-se três terminologias, consideradas pelo autor, como de maior rigor científico: “cidades binacionais”, “metrópoles transfronteiriças” e “complexos urbanos transfronteiriços”.

A terminologia "cidades binacionais" foi elaborada em 2001, pelo centro de estudos fronteiriços - Center for BorderResearch - da Universidade de Nijmegen, na Holanda. Para os pesquisadores dessa escola, a existência de uma cidade binacional resulta de um mútuo sentimento de pertencimento e é o resultado de uma sequência de ações integrativas – físicas, comportamentais, organizacionais e político-administrativas – que conduzem ao reconhecimento das autoridades locais para uma agenda comum, embora certos interesses possam ter perfis opostos impedindo tais negociações (ALFONSO, 2008).

Nessa terminologia, a definição prévia, assim como o processo de evolução do conceito, está severamente ligada à experiência europeia. Os processos que estudam a fusão das cidades europeias, sobretudo da Alemanha e Holanda, são considerados como paradigmáticos e referem-se a enclaves urbanos com níveis de bem estar muito similares. A fusão dessas cidades tem

sido motivada mais por políticas e programas financeiros, que marcam a política da União Europeia, do que por sentimentos de pertencimento abordados conceitualmente (ALFONSO, 2008).

O conceito de “metrópoles transfronteiriças” formulado por Herzog (1992), foi intensamente empregado por estudos norte-americanos e implicam em um grau maior de complexidade. Esse conceito, ao contrário do conceito anterior que destacava o sentimento de pertencimento, indica um domínio espacial funcional, materializado por atividades cotidianas que compartilham o meio ambiente e os recursos naturais, criando um mercado laboral, que ultrapassa os limites políticos. Para Herzog (1992), as cidades fronteiriças apresentam uma conexão funcional tão intensa, que seus futuros estão inevitavelmente ligados, independentemente dos governos nacionais terem condições de estabelecer procedimentos formais para tratar dos problemas fronteiriços (ALFONSO, 2008).

Ainda segundo Alfonso, essa formulação conceitual possui uma forte influência dos estudos fronteiriços urbanos da fronteira norte americana-mexicana e contém, no entanto, limitantes teóricas que conduzem boa parte dos estudos. Para o autor, trata-se de uma abordagem muito superficial dos reais vínculos entre ambos os lados dessa fronteira, com contradições e diferenças estruturais nas duas partes, que os estudos referem-se simplesmente como diferenças emanadas das relações entre: um norte industrializado, e, um sul, em processo de industrialização. Dessa maneira, o conceito omite o conteúdo de dominação e subordinação, intrínseco a estes contatos na fronteira mexicana (ALFONSO, 2008).

Frente à essa corrente de análise, outros autores como Alegria (2008) criticam o termo “Metrópole Transfronteiriça”, utilizado nos estudos americanos. O autor argumenta que a falta de mecanismos comuns de regulação e as fraturas culturais, sociais e mercantis entre essas cidades, impedem o uso da palavra metrópole, já que o termo sugere um espaço homogêneo e coordenado. Conclui afirmando ser impossível reconhecer a existência de um sistema transfronteiriço sem que se mudem as condições de inequidade característica das fronteiras norte-americanas e mexicanas.

O último conceito abordado é o de “complexos urbanos transfronteiriços”, proposto por Alfonso (2007). Esse conceito diz respeito não apenas às cidades na linha limite, mas a toda uma região e corredores viários que, por conseguinte, formam um subsistema inserido dentro de um sistema de redes urbanas mais amplo, cumprindo papéis específicos de acordo com cada tipo de região e assumindo as desigualdades das relações transfronteiriças.

No Brasil, nenhuma dessas três terminologias foi adotada, o único termo que é observado na bibliografia nacional, principalmente naquelas produzidas pelo grupo Retis de Pesquisa, foi aquele proposto por Arreola, em 1996, “Cidades Gêmeas”. O governo brasileiro também adotou tal expressão, e utiliza em algumas normas e sites oficiais, como o do Ministério da Integração Nacional.

A partir de alguns estudos sobre as cidades na linha de fronteira brasileira, é possível obter algumas definições e entendimentos sobre estes aglomerados urbanos. Diversos trabalhos da pesquisadora Lia Osório, líder do Grupo Retis de Pesquisa, propõe-se a definir e a conceituar o termo “Cidades Gêmeas”.

Cidades-gêmeas são núcleos urbanos localizados de um lado e de outro do limite internacional, cuja interdependência é, muitas vezes, maior do que de cada cidade com sua região ou com o próprio território nacional, sem que estejam necessariamente em condição de fronteira seca, formando uma conurbação ou ocupando posições simétricas à linha divisória (MACHADO, 2005, p. 12).

Para os estudos brasileiros, as cidades gêmeas podem se formar a partir de fronteira seca e configurar um espaço urbano conurbado, ou ainda, estar divididas por um rio, conectando-se através de pontes, balsas ou barcos. Os estudos demonstram que essas cidades, assim como concentram as manifestações mais acentuadas das problemáticas características da fronteira, como: tráficos de armas e drogas, comércio ilegal e homicídios, também possuem grande potencial de integração internacional (BRASIL, 2005).

A proximidade ao país vizinho é um atributo que confere a essas aglomerações forte potencial para atuarem como nódulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais (MACHADO, 2010b, s/p.).

A importância do estudo das cidades gêmeas pode ser ressaltada por diversos fatores: a) pelas perspectivas de desenvolvimento econômico-social, melhorando a condição de vida das populações fronteiriças, b) pela abertura dos mercados e o aumento dos fluxos comerciais na América do Sul. c) pela necessidade de cooperação entre os países, para dirimir os problemas comuns entre eles, tais como: epidemias; preservação do meio ambiente; comércio ilegal, tráfico de drogas e animais d) pelas questões de cidadania que envolvem as migrações transfronteiriças (STEIMAN, 2002).

A história e as realidades dos diversos aglomerados transfronteiriços são muito heterogêneos, variando conforme sua localização e ligação com os grandes centros de decisões. Muitas cidades gêmeas têm formação histórica militar em consonância com o antigo conceito de defesa do território, enquanto outras se constituíram a partir das dinâmicas econômicas locais e das múltiplas relações sociais.

O que se evidencia claramente em todos esses aglomerados urbanos é a precariedade de coordenação e planejamento binacional para dirimir e solucionar os problemas locais. A gestão das cidades de fronteira apoia-se basicamente em acordos informais ditados pelos usos e costumes locais, contudo, esse mecanismo torna-se eficiente apenas para as cidades de populações reduzidas e com pouca movimentação comercial (ALFONSO, 2008).

Na Figura 8, organizada pelo grupo Retis de Pesquisa, pode-se visualizar a extensão da faixa de fronteira brasileira, bem como as cidades gêmeas que se encontram no limite territorial do país.

O mapa também identifica a forma como as cidades gêmeas comunicam-se; seja por via terrestre, ou por via fluvial, sendo essas, articuladas ou não por ponte. Conforme se observa, onze cidades estão sinalizadas em amarelo, e indicam aglomerados urbanos conectados, com ligações terrestres, que podem se traduzir em espaços urbanos conurbados.

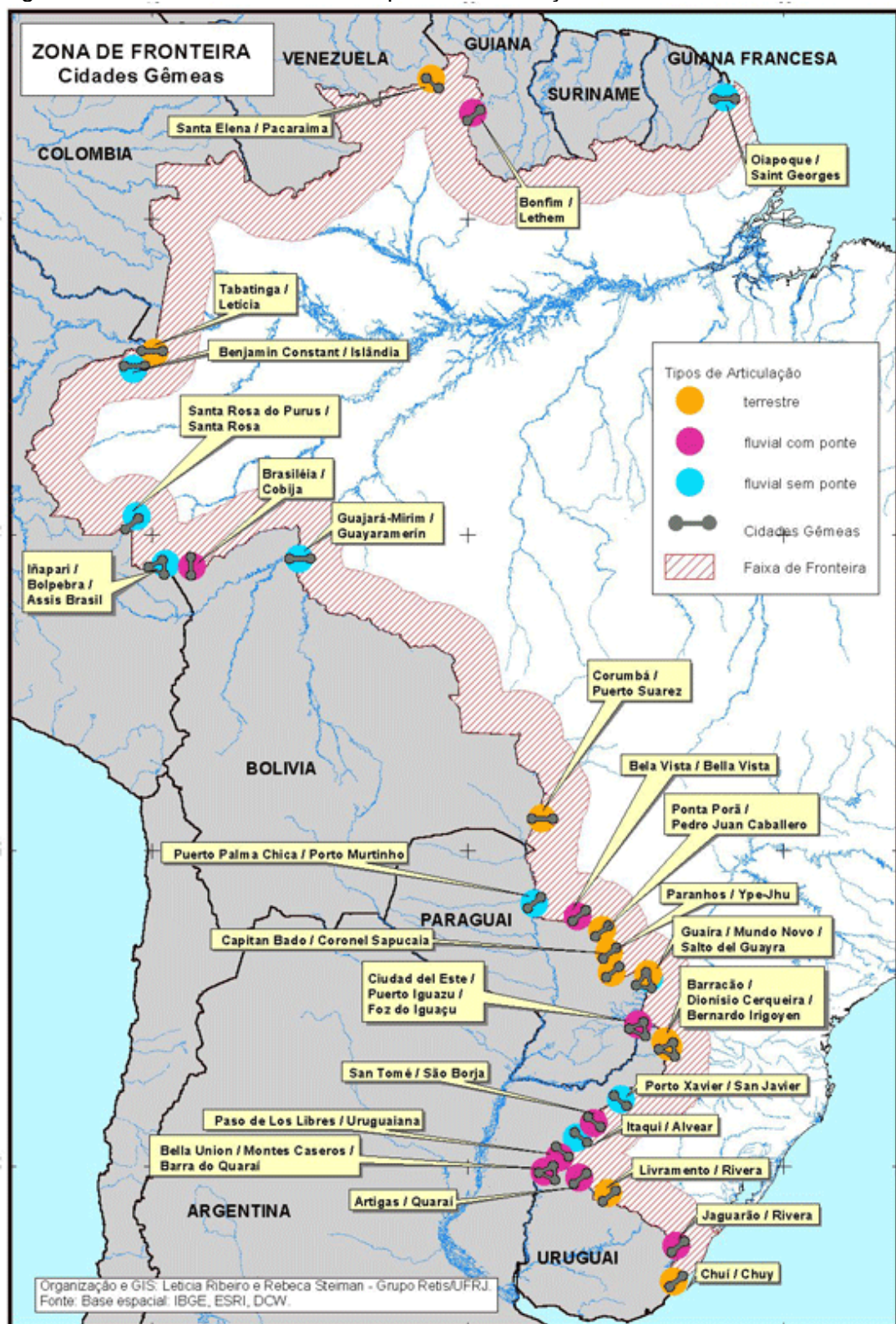
Ainda na Figura 8, encontram-se outros dezessete casos de cidades gêmeas separadas por rios, sendo nove articuladas por ponte e sinalizadas na cor

magenta, e oito, sinalizadas pela cor azul, que ainda permanecem com contatos apenas por balsa ou barco.

Na tríplice fronteira paranaense, entre Mundo Novo, Salto Del Guairá e Guaira, apresentada pelo mapa como uma ligação terrestre, temos na verdade duas formas de conexão, uma terrestre, entre Mundo Novo e Salto Del Guairá e outra fluvial, articulada por ponte e balsa, ligando a cidade de Guaíra as cidades de Mundo Novo e Salto Del Guairá. A ponte Ayrton Senna, inaugurada em 1998, possui 3.598,60 metros de extensão, e pode ser visualizada pela Figura 9.

No estado do Paraná, apenas três cidades são consideradas como cidades gêmeas; duas dessas, Foz do Iguaçu e Guaíra, fazem fronteira com o Paraguai, e a outra, Barracão, faz fronteira com a Argentina. Além das três cidades gêmeas, o Paraná possui diversos municípios na área de fronteira, que produzem diversos contatos sociais, econômicos e culturais, com as cidades dos países vizinhos. Ao longo do rio Paraná e Iguaçu é possível observar uma proliferação de pequenos portos que habitualmente fazem travessias entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. A Figura 10 mostra a disposição das cidades na fronteira entre o estado do Paraná (Brasil) e o Paraguai. No detalhe um exemplo do município paraguaio de Nueva Esperanza com a localização dos portos e vilas.

Figura 8. Cidades Gêmeas e os Tipos de Articulação



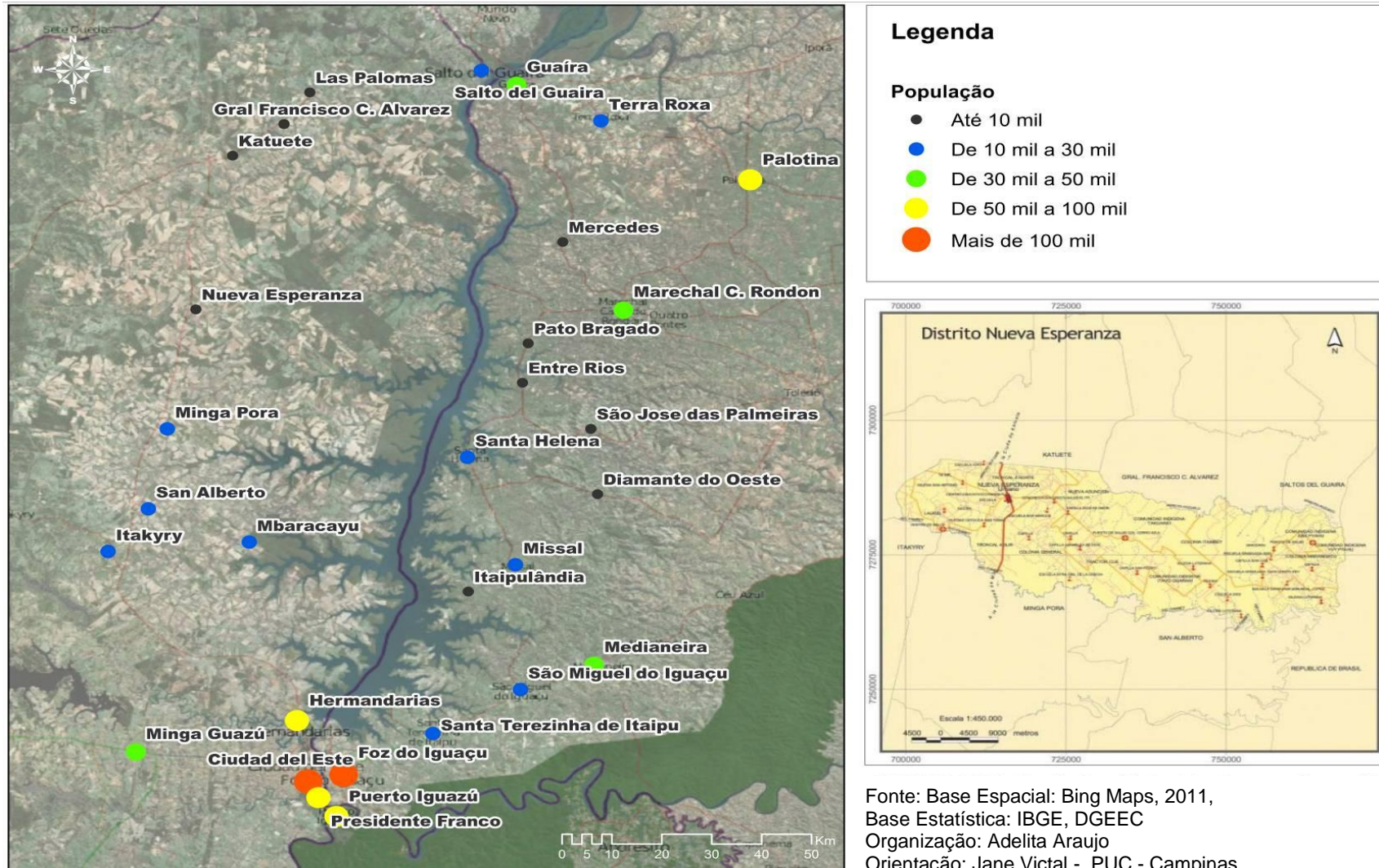
Fonte: Grupo Retis, 2005

Figura 9. Ponte Ayrton Senna



Fonte: Guáira, 2011

Figura 10. Disposição das cidades na fronteira entre o estado do Paraná (Brasil) e o Paraguai



1.1.4 Municípios na faixa de fronteira

Na extensão da faixa de fronteira são encontrados outros municípios, além das cidades gêmeas, que também são considerados como fronteiriças. Isso porque, para efeito das políticas de desenvolvimento e organização do território, são considerados como municípios de fronteira todos aqueles que possuem suas sedes dentro da faixa de fronteira de 150 km.

Na Figura 11 pode-se visualizar 588 municípios dentro da faixa de fronteira, bem como a localização de suas sedes em relação ao limite territorial. Observa-se também um grande contraste entre a fronteira do sul e do norte do Brasil. Em relação à fronteira norte, os municípios do sul são pequenos e adensados, alguns municípios da fronteira norte chegam a ser maiores que todo o estado de Santa Catarina.

No caso específico do Paraná, dos seus 399 municípios, 139 estão localizados na faixa de fronteira, dezessete estão sobre a linha de limite internacional e, desses, três são considerados como cidades gêmeas, indicando a ampla interação internacional que o estado possui. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2011). Na Figura 12 é possível visualizar os municípios da fronteira paranaense, bem como aqueles localizados na faixa de fronteira e na linha de fronteira.

No Brasil, os municípios localizados em áreas de fronteiras sempre foram sinônimos de lugares longínquos e marginalizados, sendo afetados profundamente pela desvantagem econômica que sua posição geográfica estabelecia, certamente, devido à grande extensão do território brasileiro e do sentido da urbanização a partir do litoral.

Nas últimas décadas, percebe-se uma mudança nesse paradigma, diversos municípios de fronteira foram incorporados às dinâmicas do país, produzindo um “arranjo espacial” muito particular, que valoriza esses territórios e regiões. Algumas políticas de integração latino-americanas também contribuíram para esse fenômeno, é o caso, por exemplo, da aproximação do Brasil com o Paraguai na década de 1960, que estruturou a fronteira oeste paranaense,

interligada pela construção de rodovias como a BR 277. A Figura 13 apresenta a população dos municípios paranaenses ao longo das principais rodovias do Estado.

Essa nova dinâmica tem produzido o rápido crescimento das cidades de fronteira, principalmente aquelas localizadas no sul e centro-oeste brasileiro, e está ligada, não exclusivamente, a um processo de “redimensionamento econômico” (ALFONSO, 2008), em consequência da nova funcionalização das fronteiras, que passam a ser incluídas no processo de produção de capital.

Em geral, as áreas de fronteira possuem uma qualidade singular, pois oferecem vantagens diferentes em cada lado da fronteira. Os usos combinados dessas vantagens podem gerar cenários particularmente proveitosos aos seus habitantes; é o caso, por exemplo, das diferenças fiscais que articulam uma gama de negócios comerciais nas cidades gêmeas.

Segundo Alfonso (2008), os aglomerados urbanos, formados por cidades gêmeas, estão sempre inseridos dentro de corredores viários, onde se encontra uma região de igual importância, sendo estes lugares, eixos de produção e circulação de mercadorias, cujo funcionamento é fundamentalmente dependente das relações transfronteiriças binacionais.

Essa grande mobilidade também proporciona efeitos negativos aos espaços de fronteira, deixando as cidades vulneráveis à ação de milícias e do crime organizado, que se articulam sobre este espaço, criando redes de contrabando, tráfico de drogas e armas.

Grande parte dos governos desloca para as cidades de fronteira, principalmente para as cidades-gêmeas, a responsabilidade pela ação dessas redes, ou seja, faz uso do antigo recurso de distanciar e marginalizar inclusive geograficamente questões que perpassam o conjunto social. (MACHADO, 2010a, p.68)

Enquanto alguns municípios de fronteira estão plenamente incorporados aos arranjos espaciais da produção capitalista, é necessário frisar a existência de cidades de fronteira distantes das dinâmicas do país, organizando-se de forma regional. Contudo, estão longe da imagem de estagnação conferidas

a eles, e encontram-se inseridos em redes horizontais que criam subespaços estruturados de múltiplos contatos transfronteiriços.

Apesar das diversas tentativas de constituir uma legislação especial de proteção às fronteiras nacionais, as políticas públicas sempre foram pouco direcionadas para o desenvolvimento dessas regiões. As legislações aconteceram de forma desconexa às realidades locais e regionais, desconsiderando sobretudo as diversidades econômicas, sociais e culturais produzidas ao longo dos mais de 15 mil km de divisas internacionais (BRASIL, 2005).

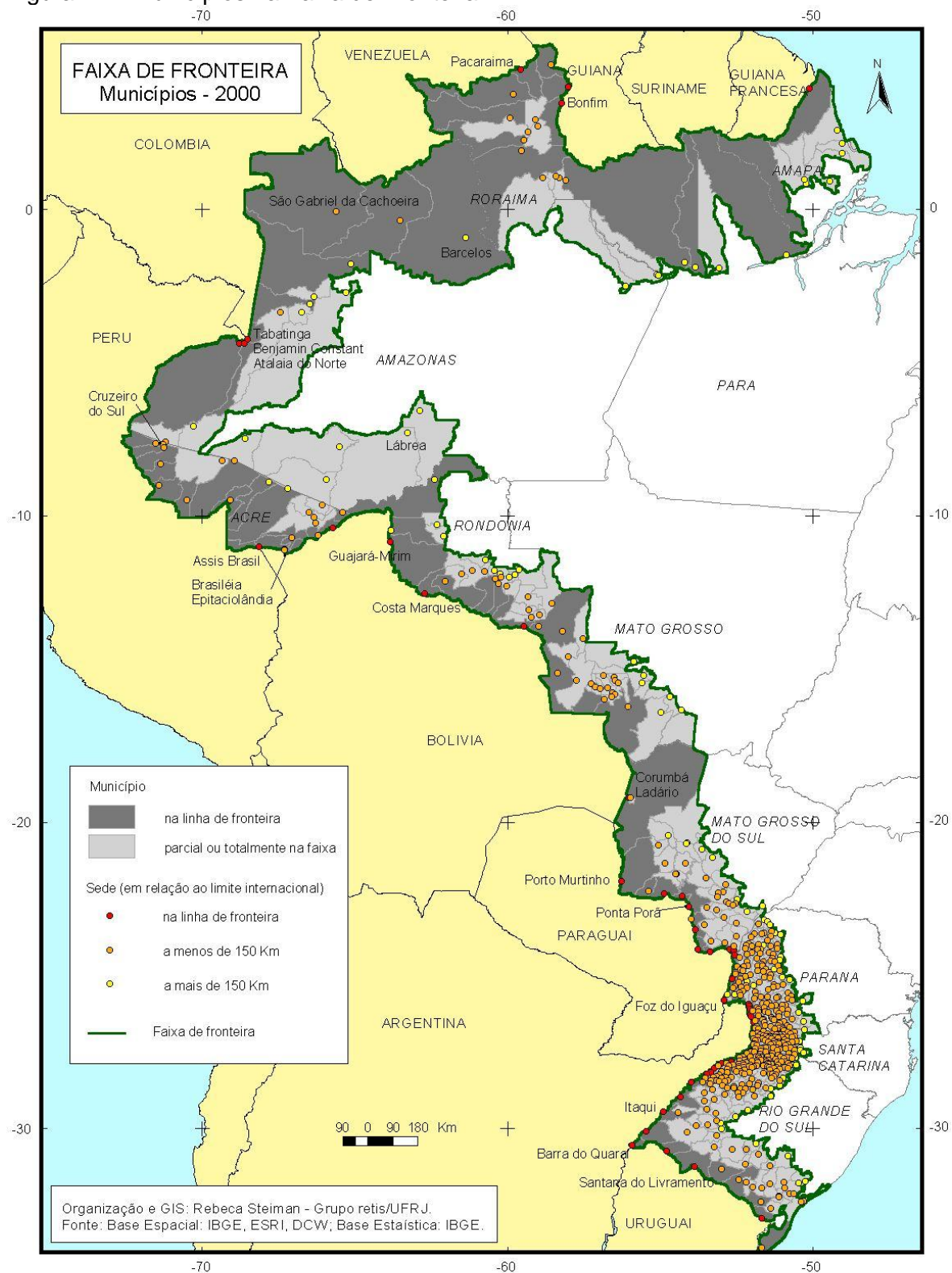
Só recentemente passou-se a pensar a zona de fronteira como espaço de integração econômica e política entre as nações sul-americanas, fato este, provavelmente ligado à recuperação do regime democrático no continente, após longo período de ditaduras (BRASIL, 2005 p. 174).

O momento atual se encontra sobre a égide de transição entre a concepção de fronteiras dedicadas à defesa nacional – rígidas e isoladas – para uma concepção de integração com os países vizinhos. A nova visão possibilita a implantação de estratégias e ações de desenvolvimento que contemplam as relações fronteiriças na organização desses espaços.

No entanto, a questão ainda permanece incipiente devido à ausência de legislação que se volte especificamente para a integração dessas áreas. “Sem instituições para instrumentá-la, as cooperações entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feitas informalmente e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços” (MACHADO, 2005 s/p).

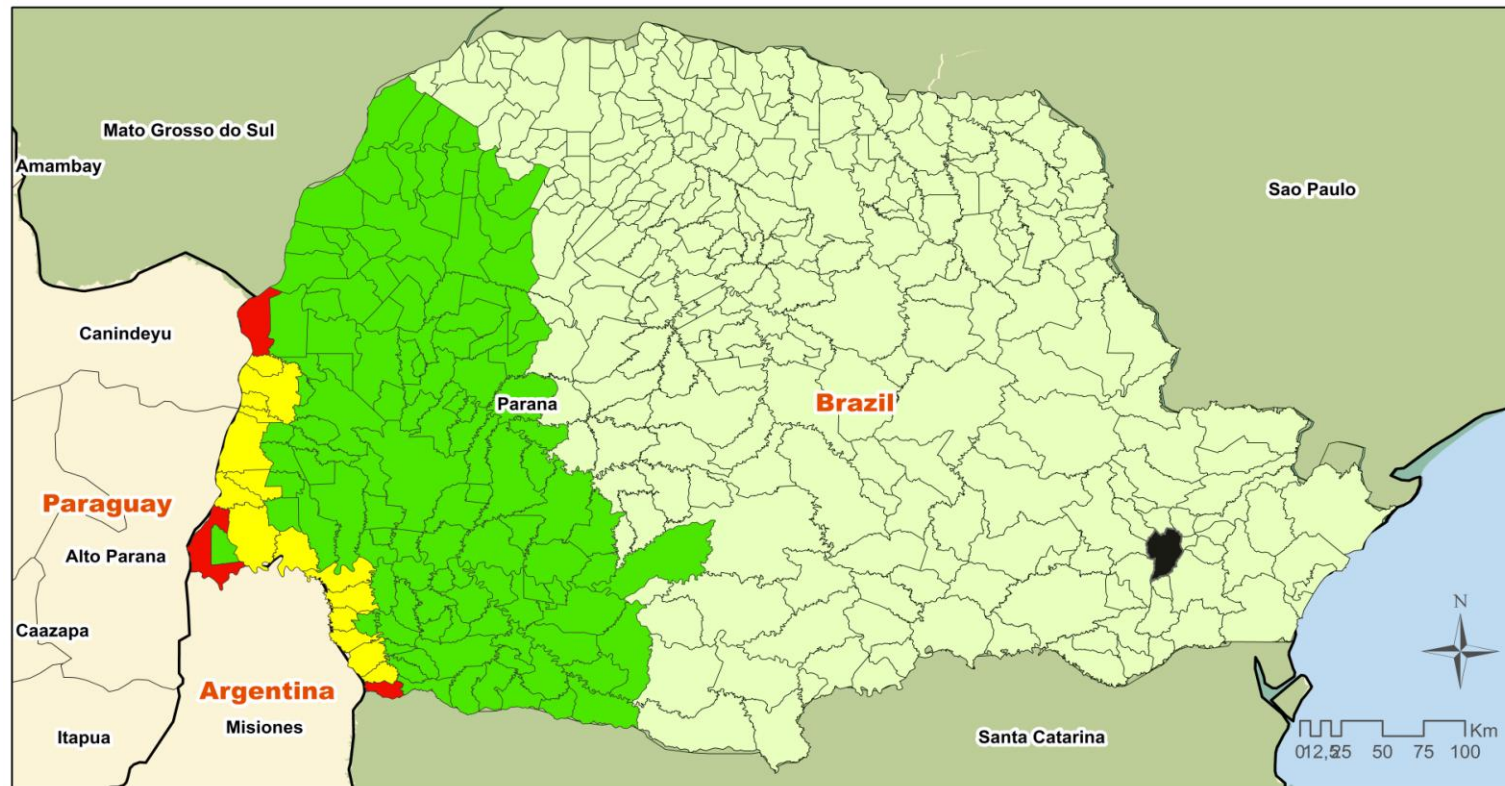
Conflitos locais entre países vizinhos podem ser atenuados pela presença de um sistema de cooperação, mesmo que incompleta, entre as aglomerações; ajuda mútua para a resolução de problemas comuns existe de forma espontânea em muitas cidades-gêmeas, porém são precárias na medida em que dependem de normas estabelecidas pelos respectivos (e distantes) governos centrais (MACHADO, 2010a, p. 68).

Figura 11. Municípios na Faixa de Fronteira



Fonte: Grupo Retis, 2005

Figura 12. Municípios paranaenses em relação ao limite territorial do Brasil



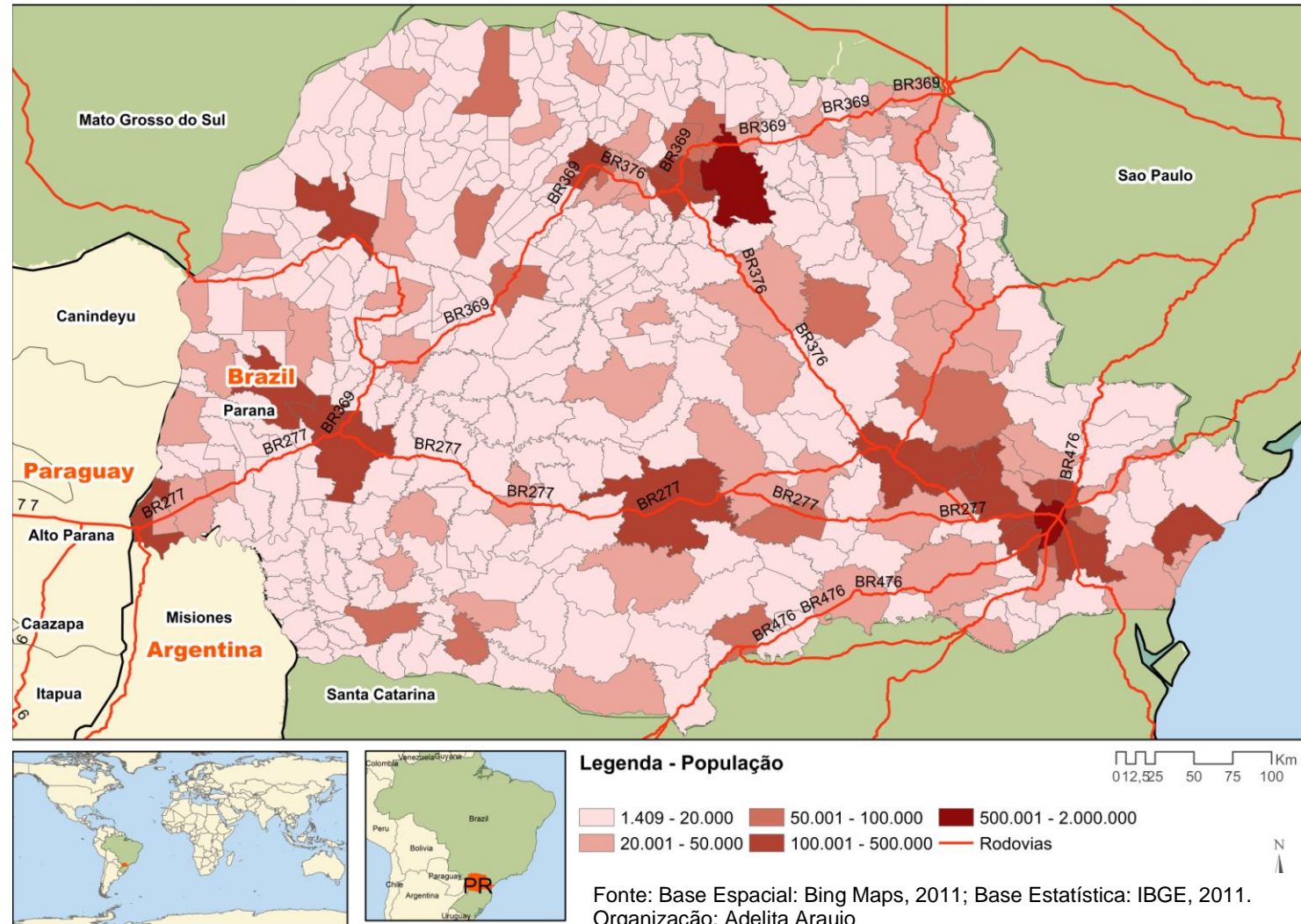
	Municípios	População
Cidades Gêmeas	3	296.527
Linha Fronteira	15	201.121
Faixa Fronteira	119	1.829.282
Total	137	2.326.930
Curitiba	1	1.751.90
Paraná	399	10.444.52

Legenda

- Cidades Gêmeas
- Municípios na Linha Fronteira
- Municípios na Faixa Fronteira
- Curitiba - Capital do Estado

Fonte: Base Espacial: Bing Maps, 2011,
Base Estatística: IBGE, 2011 Minist. Int. Nacional
Organização: Adelita Araujo
Orientação: Jane Victal - PUC - Campinas

Figura 13. População dos municípios paranaenses ao longo das principais rodovias do Estado



1.1.5 Conceito de zona de fronteira

A zona de fronteira é um conceito utilizado para denominar espaços que, embora divididos pelos limites internacionais, formam um único aglomerado urbano, podendo conter duas ou mais cidades, que se mantêm conectadas pelas interações urbanas, sociais, econômicas ou culturais próprias da fronteira. Assim a zona de fronteira diz respeito a toda mancha urbana ou faixa territorial dos dois lados da fronteira internacional, que de alguma forma estão se articulando e se comunicando.

No conceito visto anteriormente, sobre faixa de fronteira, apenas o território nacional configura a discussão. A faixa de fronteira é utilizada para ressaltar o domínio e o poder do Estado sobre o território de fronteira, articulando medidas para impor a soberania e controlar as atividades produzidas na faixa de fronteira.

Por outro lado, o conceito de zona de fronteira é mais amplo e possui uma visão integradora, abrangendo não apenas o território nacional que se pretende defender, mas todos os territórios internacionais que, contíguos à linha limite, relacionam-se entre si.

A zona de fronteira do Iguazu é constituída pela união dos territórios do Paraguai, Argentina e Brasil. A Figura 14, traz um esquema que define o conceito de zona de fronteira, onde o limite internacional encontra-se no centro da zona de fronteira, e as cidades, próximas ao limite, promovem interações que conectam os espaços internacionais.

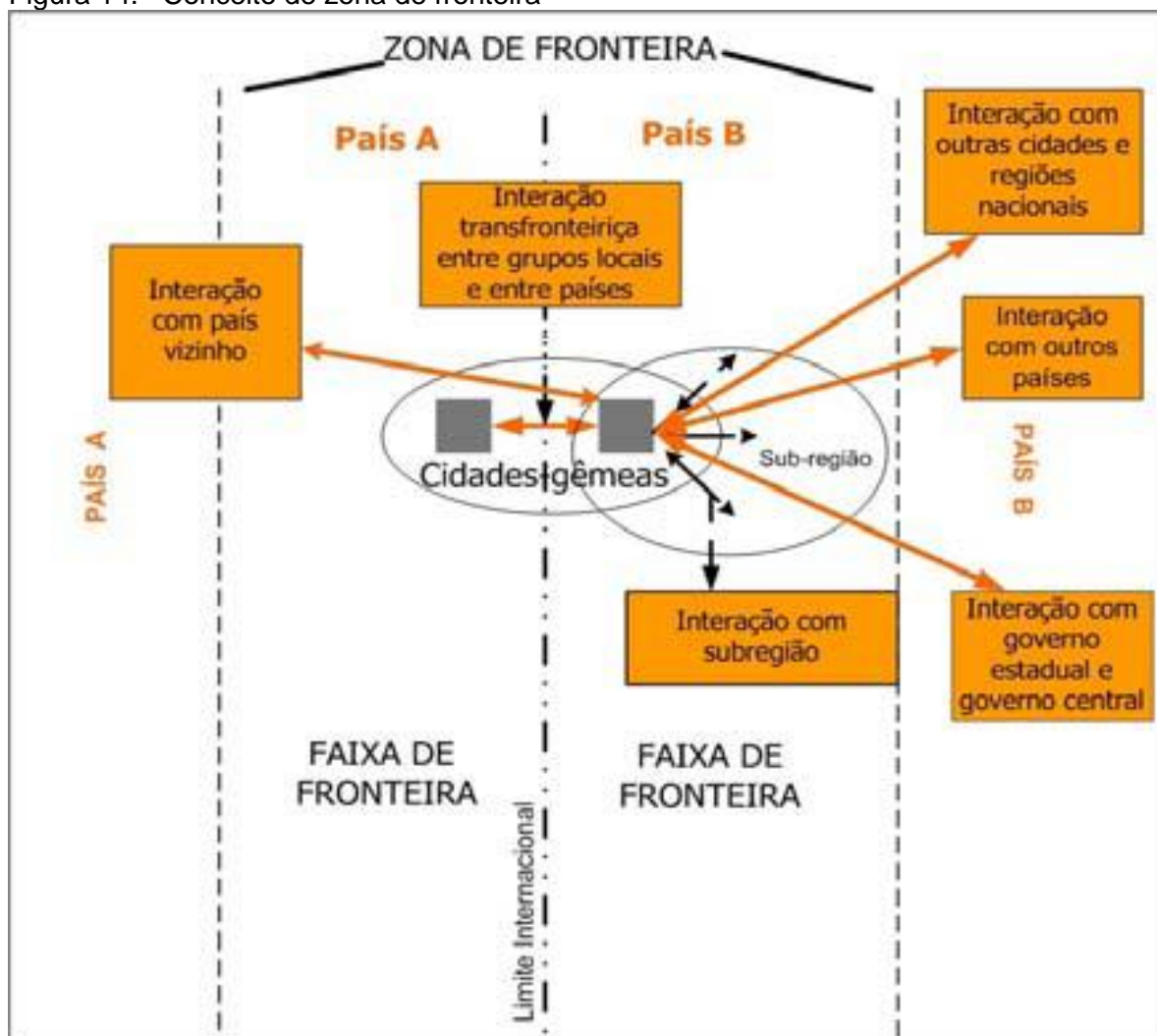
A complexidade em se compreender as dinâmicas que envolvem os espaços de fronteira faz-se pela mistura de interesses, elementos e legislações internacionais. A análise dessas áreas, a partir do conceito de zona de fronteira, possibilita entender melhor o fluxo de bens, capitais e pessoas que produzem uma vida peculiar sobre esses espaços.

Grosso modo, a zona de fronteira é composta pelas 'faixas' territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico

próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças (BRASIL, 2005, p.152).

As cidades gêmeas são os espaços que melhor caracterizam a zona de fronteira, por apresentarem espaços capazes de sintetizar todos os tipos de manifestações peculiares das zonas de fronteira, por possuírem uma grande mobilidade populacional, o que permite uma interpenetração de fluxos humanos e a estruturação dessa sociedade, a partir da pluralidade das identidades étnicas (BRASIL, 2005).

Figura 14. Conceito de zona de fronteira



Fonte: Grupo Retis, 2005

1.2 A zona de fronteira do Iguaçu

1.2.1 Localização e população

No Estado do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, encontram-se os limites internacionais entre Argentina, Brasil e Paraguai. Nesse local, diversas cidades formam um aglomerado urbano denominado zona de fronteira do Iguaçu ou tríplice fronteira do Iguaçu.

Trata-se de núcleos urbanos recentes com crescimento acelerado nos últimos 40 anos. Entre elas são observadas quatro cidades paraguaias: Cidade de Leste, Porto Franco, Minga Guaçu e Hernandárias; uma cidade brasileira: Foz do Iguaçu; e uma cidade argentina: Porto Iguaçu. Na Figura 15 é possível visualizar a mancha urbana dessa zona de fronteira.

Ligando estas cidades há duas pontes: a Ponte da Amizade (Cidade de Leste – Foz do Iguaçu) e a ponte Tancredo Neves (Foz do Iguaçu – Puerto Iguaçu), habitualmente chamada de Ponte da Fraternidade. Outras ligações podem ser observadas, como a balsa que transporta passageiros e mercadorias, entre Porto Iguaçu e Cidade de Leste, ou ainda, pelos diversos portos ao longo dos rios Paraná e Iguaçu, que criam uma rede de contatos entre os três países. Na Figura 16 é possível observar a infraestrutura urbana das cidades, com as duas pontes, a principal via de acesso, a localização dos aeroportos e dos principais portos.

A localização dessa fronteira tornou-se historicamente estratégica para as relações internacionais, principalmente para as relações entre Brasil e Paraguai. Durante a década de 1950 e 1960 um grande corredor viário foi construído para interligar a Capital Paraguaia Assunção aos Portos Brasileiros de Paranaguá e Santos, sendo Cidade de Leste fundada em 1957, para intermediar tais contatos. As palavras do Ministro do Interior paraguaio, durante o ato de fundação de Cidade de Leste, expressam claramente as intenções daquele país:

Señores, las razones que han impulsado al Superior Gobierno, em ejercicio de atribuciones que le confiere la Constitución Nacional,

para disponer la fundación de una ciudad, que será em el futuro una etapa intermedia em la nueva arteria vial, que partiendo de nuestra histórica ciudad capital llevará el aliento paraguayo a las costas del Océano Atlántico. (YNSFRAN, 1990, apud RABOSSI, 2004 p.105).

A Figura 17 mostra o corredor viário criado entre o Brasil e o Paraguai, ligando Assunção aos portos brasileiros.

Segundo o censo paraguaio de 2002, o município de Cidade de Leste possuía uma população de aproximadamente 222.274 habitantes, sendo este a capital do Departamento de Alto Paraná⁶. A periferia de Cidade de Leste apresentam-se conurbada com outras três cidades paraguaias, Porto Franco com 52.826 habitantes, Hernandárias com 63.248 habitantes e Minga Guaçu com 48.006 Habitantes, totalizando 386.354 habitantes⁷. A prefeitura municipal de Cidade de Leste, considerando a expansão urbana e a abertura de novos loteamentos, estima que no ano de 2011 a Cidade já alcance aproximadamente 300 mil habitantes, e que as cidades vizinhas conurbadas tenham pelo menos dobrado sua população.

A cidade brasileira de Foz do Iguaçu, ao contrário das expectativas para Cidade de Leste, teve um decréscimo populacional. Segundo os dados do último censo do IBGE de 2010, onde se esperavam encontrar quase 350 mil pessoas, a população da cidade decaiu para 256.081 habitantes.

Também contrastando com a realidade observada em Foz do Iguaçu, para a cidade de Porto Iguaçu, no território argentino, o INDEC⁸ contabilizou no censo de 2010 uma grande explosão demográfica, passando em 10 anos de 32.038 habitantes para 81.215 habitantes. Esse dado estatístico era esperado pela comunidade local, que nos últimos anos promoveu uma grande mudança na estrutura urbana da cidade, estruturando-a com hotéis, bares, restaurantes e feiras artesanais para atender aos turistas que chegam às cataratas do Iguaçu, especialmente aqueles vindos pelo lado brasileiro.

⁶ Departamento de Alto Paraná: Divisão Política do Paraguai, equivale a um Estado Brasileiro, como Paraná ou São Paulo.

⁷ A fonte dos dados utilizados são do DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos do ano de 2002.

⁸ Instituto Nacional de Estadística y Censos da Argentina.

Figura 15. Mancha urbana na zona de fronteira do Iguaçu



Figura 16. Infraestrutura urbana - Localização de aeroportos e principais portos.



Figura 17. Corredor viário entre Assunção e os portos brasileiros



1.2.2 A vida urbana na zona de fronteira do Iguaçu

1.2.2.1 O comércio de Cidade de Leste

Do ponto de vista político, a zona de fronteira do Iguaçu remete-se ao encontro espacial de soberanias políticas diferentes. Do ponto de vista dos habitantes da fronteira, a denominação sugere um espaço além dos limites jurídicos dos três países, uma zona de intersecção onde cada cidade participa e tem função específica na produção do espaço, criando uma entidade, que ultrapassa as jurisdições e legislações nacionais. (JAQUET, 2008)

Considerando a ideia de que a zona do Iguaçu é um espaço de fluidez das dinâmicas de circulação transnacional de bens, significados e pessoas, é possível caracterizá-la como um espaço transnacional singular (JAQUET, 2008). A formação desse espaço deve-se às diversas formas de interação internacional, as quais foram produzidas historicamente e que atualmente, início do século XXI, ainda operam sobre as cidades.

A partir de 1994, logo após os atentados contra a embaixada de Israel e a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em Buenos Aires, a zona começou a receber dupla atenção dos três países e dos Estados Unidos. Dessa maneira, os países estabeleceram um acordo conjunto para investigar e controlar as atividades na zona, a partir dessa data, a região passa a ser constantemente monitorada e a ser chamada de tríplice fronteira⁹ (JAQUET, 2008).

Os meios de comunicação passaram a apresentar a fronteira como um lugar de caos e perigo, livros e trabalhos foram produzidos a partir de especulações de que a máfia chinesa e árabe dominava a região, além das células terroristas acobertadas pela comunidade árabe, configurando-se como um lugar por onde circulava indiscriminadamente o contrabando e o tráfico de drogas e armas. Algumas especulações mais ousadas afirmavam que o Hezbollah

⁹ Antes de 1994 o local era conhecido pelos habitantes como três fronteiras.

atuava na região e que Osama Bin Laden poderia estar escondido em algum ponto de Cidade de Leste (JAQUET, 2008).

Deixando as especulações à parte, o que será discutido neste trabalho, são o modo e a forma com que os contatos interétnicos acontecem na fronteira e de que maneira eles estão produzindo e moldando os espaços urbanos nas cidades. Verifica-se que essas cidades não tiveram a devida atenção política nos momentos de grande desenvolvimento e migração, ficando as autoridades despreparadas para receber e perceber os reais motivos da imigração de árabes, chineses e coreanos, que dentre outros, trouxeram línguas, culturas e costumes extremamente diferentes dos praticados na zona de fronteira.

O comércio com certeza é a causa da vinda desses imigrantes para a região. Em todos os estudos sobre cidades de fronteira identifica-se um habitual comércio, alguns de grande intensidade com desdobramentos regionais; outros de menor porte, restritos apenas à escala local.

Na zona de fronteira do Iguazu, os imigrantes contribuíram para criar um grande pólo comercial, que se desenvolveu produzindo reflexos na economia regional e nacional, concentrando atividades legais e ilegais, que se irradiam para as capitais dos três países e para os grandes centros urbanos brasileiros.

A cidade de Cidade de Leste fundada a princípio para defender a fronteira e articular a comunicação entre o Brasil e Paraguai, tem, desde sua fundação, uma economia vinculada ao enorme dinamismo do comércio fronteiriço. A distância entre a capital Assunção nunca foi obstáculo para seu notável desenvolvimento, a posição geográfica de fronteira tornou-se estratégica para o desenvolvimento desse comércio, que desde cedo se mostrou como uma vocação, tirando proveito das diferenças fiscais e cambiais existentes entre o Paraguai, o Brasil e a Argentina.

Essa condição possibilitou a formação de um circuito internacional de mercadorias, intermediada por esta comunidade estrangeira, que abastece os mercados latino-americanos, principalmente o Brasil, com produtos importados dos Estados Unidos e de países do oriente, como a China (RABOSSI, 2004).

A economia do aglomerado de cidades conurbadas à Cidade de Leste e também de boa parte da região brasileira e argentina, é movimentada a partir desse comércio, que produz renda e empregos para boa parte dessa população.

Nem todas as cidades cuja atividade comercial está direcionada à venda de produtos para aqueles que vêm do outro lado da fronteira alcançaram as proporções de Ciudad del Este. Sua peculiaridade está vinculada à sua incorporação em circuitos comerciais transnacionais que articulam dito espaço com distantes lugares de produção e com centros comerciais localizados noutras partes do mundo, e por onde fluem pessoas de diversas origens e mercadorias das mais variadas procedências. Isto, por sua vez, permitiu ampliar as vantagens obtidas do outro lado do limite internacional para além do horizonte dos habitantes da fronteira, expandindo-se através de inúmeros circuitos comerciais por todo Brasil e outras partes de América Latina. Através destes circuitos, também, a cidade argentina de Puerto Iguazú incorporou-se intermitentemente, dependendo das conjunturas econômicas, na mencionada dinâmica comercial (RABOSSI, 2004 p.09 e 10).

Incentivado por esse comércio, a população fronteiriça paraguaia cresceu rapidamente nas últimas décadas, recebendo imigrantes de diversas áreas do Paraguai, especialmente camponeses que abandonaram uma cultura de pequenas lavouras de subsistência. Essa população recém-chegada, não possuía qualificação para atender os turistas brasileiros acostumados aos hábitos da cultura capitalista, a maioria não falava o português e comunicava-se apenas pelo idioma Guaraní.

A falta de qualificação acabou condicionando essa população a funções paralelas e menos rentáveis no comércio de Cidade de Leste, como: carregadores, ambulantes, camelôs, etc. Uma atividade importante ressaltada no trabalho de Rabossi (2004) é aquela produzida pelos cambistas autônomos paraguaios, que, organizados por associações, envolvem aproximadamente 600 pessoas. A atividade consiste em ficar sentado em cadeiras pelas ruas de Cidade de Leste, portando bolsas cheias de dinheiro, e aguardando os clientes que queiram comprar reais, dólares ou guaranis.

Com a inauguração da Ponte da Amizade e o início de um tráfego regular de um lado a outro da fronteira, começaram a aparecer os cambistas; pessoas que trocavam dinheiro para aqueles que queriam dispor de moeda local ou de dólares para realizar compras ou então, para trocá-los ao regressar a seu país. Segundo a memória dos mais antigos que continuam no ramo, os

primeiros cambistas começaram a trabalhar a partir de 1966, localizados perto da ponte (RABOSSI, 2004, p. 61).

No final da década de 1990, na tentativa de aumentar as ofertas de empregos para paraguaios nas lojas de comércio, a prefeitura de Cidade de Leste passou a restringir e regular a contratação de vendedores brasileiros, impondo, inclusive, pesadas multas àqueles comerciantes que desrespeitam as leis.

Cidade de Leste configura-se atualmente como a segunda maior cidade do Paraguai, tanto em dados demográficos, quanto em dados econômicos, sendo constituída por uma grande população migrante, formada por paraguaios e estrangeiros. Comparando Cidade de Leste, de aproximadamente 300 mil habitantes, às dimensões de cidades brasileiras, onde muitas possuem mais de um milhão de habitantes, ela não passaria de uma cidade de médio porte. Contudo, em relação ao Paraguai, que tem uma população total de pouco mais de cinco milhões de habitantes, Cidade de Leste alcança um status de extrema importância, ficando atrás apenas de sua capital, Assunção, com 512.112 habitantes.

O Figura 18 apresenta o departamento de Alto Paraná no Paraguai, onde é possível visualizar a grande diferença entre o espaço urbano de Cidade de Leste e as outras cidades do departamento.

O auge do comércio internacional de Cidade de Leste ocorre a partir da década de 1980, com o chamado turismo de compras. Artigos eletrônicos e todo o tipo de produtos importados atraíam pessoas interessadas em obter preços baixos para consumo próprio ou revenda. Ao longo dos anos, esses fluxos comerciais mostraram-se instáveis, aumentando e reduzindo conforme as mudanças cambiais.

Figura 18. Cidades do departamento de Alto Paraná - Paraguai



10

Fonte: DGEEC, 2002

¹⁰ Cabeceras Distritales - Área urbana do município.

Juntamente com as imigrações, surgindo como conseqüência desse grande movimento comercial, produziu-se um grande e ainda contínuo crescimento urbano. É notável a quantidade de pedestres e veículos circulando pelas ruas do centro comercial de Cidade de Leste, bem como a vida urbana que se produz nos inúmeros bairros residenciais da cidade.

Figura 19. Comércio de Cidade de Leste

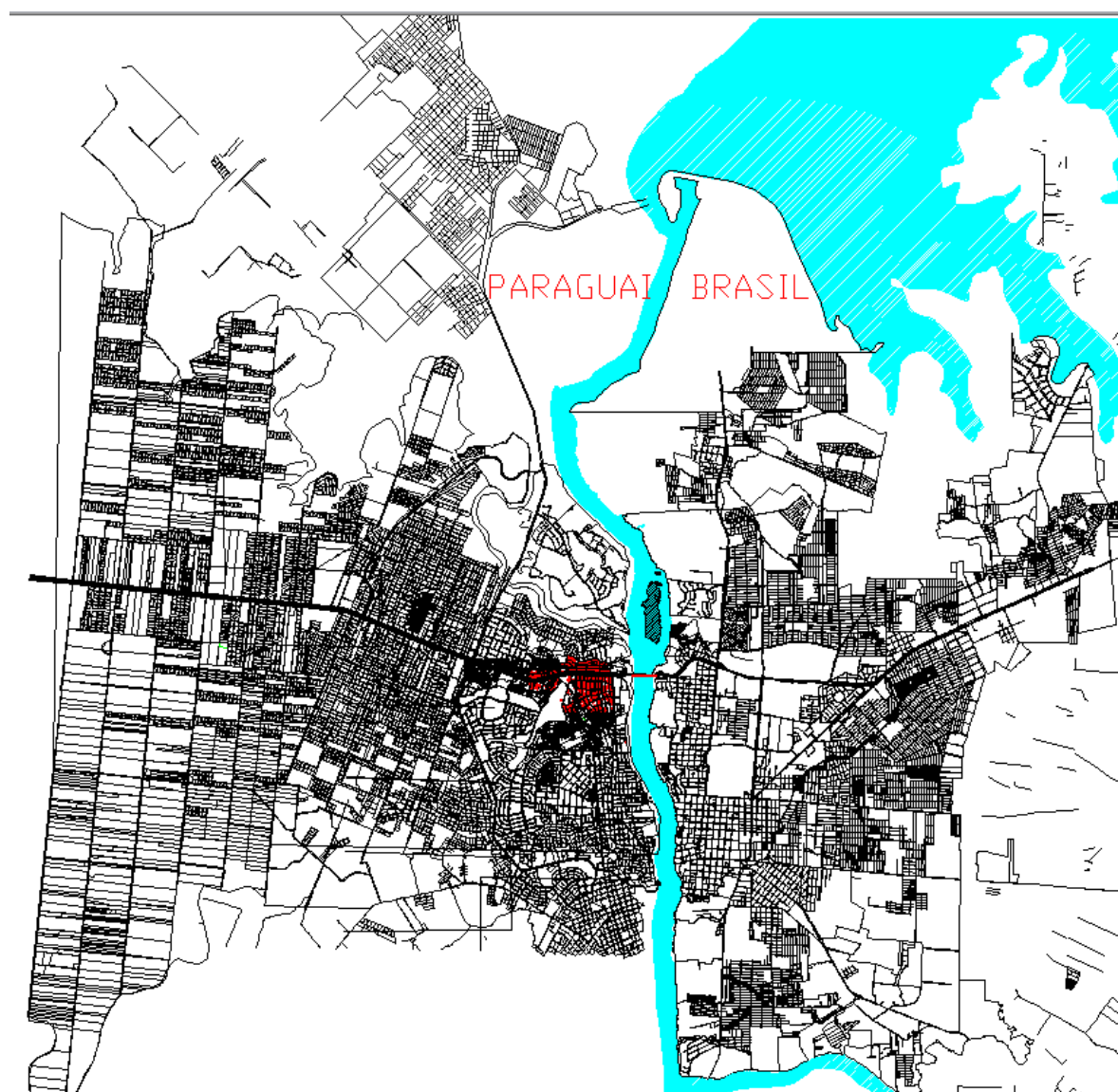


Fonte: Pesquisa de campo 2011 (Adelita Araujo)

Especialmente, o centro comercial de Cidade de Leste, repleto de shoppings, galerias e estabelecimentos comerciais, está localizado logo após o término da ponte da amizade. Local onde a cidade foi estrategicamente fundada para facilitar o contato com o Brasil, e que hoje facilita o acesso dos estrangeiros, principalmente brasileiros que procuram o comércio de importados. Esse microcentro, como também é conhecido, não ultrapassa poucas quadras da cidade, estruturando-se em um grande adensamento de edifícios e lojas, que disputam os melhores pontos nas proximidades da ponte da Amizade. A figura 20 apresenta a malha urbana das cidades de Foz do Iguaçu no Brasil e de Cidade de Leste, Hernandárias e Presidente Porto Franco, no Paraguai. Em destaque, na cor vermelha, o centro comercial de Cidade de Leste e a Ponte da Amizade.

Essas lojas, a maioria com proprietários estrangeiros: - árabes, chineses, coreanos e brasileiros – revendem uma diversidade de produtos: - eletrônicos, cosméticos, farmacêuticos, automobilísticos, artigos de vestuário, armarinhos, entre outros, buscando atender todas as demandas provenientes do

Figura 20. Centro de comercial de importados de Cidade de Leste e a Ponte da Amizade



Legenda

■ Centro Comercial de Importados de Cidade de Leste

Fonte: Base Espacial: Mapas Municipais
Organização: Adelita Araujo Orientação: Jane Victal
Dep. Urbanismo - PUC - Campinas

turismo de negócios. Esses produtos, muitos de qualidade duvidosa, possuem preços vantajosos frente aos mercados latino-americanos e movimentaram, segundo declarações de funcionários paraguaios, um montante de US\$ 15 bilhões de dólares no, ano de 1995¹¹, o que colocou a cidade como a terceira

¹¹ A década de 1990 foi o auge do comércio em Cidade de Leste, por isso diversos textos abordam a movimentação comercial desta época. Bibliografias com dados atuais não foram localizadas.

maior em movimentação comercial do mundo, atrás apenas de Miami e Hong Kong (RABOSSI, 2004). Ainda segundo Rabossi, a cifra oficial calculada pela Receita Federal brasileira era de US\$ 5 bilhões de dólares, sendo sensivelmente menor, mas não por isso menos importante. Os dados a respeito da movimentação comercial são incertos, outras cifras, podem ser encontradas em artigos e trabalhos sobre a região, como a da revista Forbes de 1994 de US\$ 12 bilhões de dólares.

1.2.2.2 O limite e a dinâmica social

Do mesmo modo que o comércio de Cidade de Leste não reconhece os limites internacionais, produzindo circuitos comerciais transnacionais, também a dinâmica social do espaço não os reconhece. Na rotina urbana das cidades é possível identificar uma intensa mistura de idiomas: árabe, chinês, português, espanhol, guarani, além de todo tipo de combinações e vocabulários, produzidos a partir do contato entre os grupos nacionais e estrangeiros. (JAQUET, 2008).

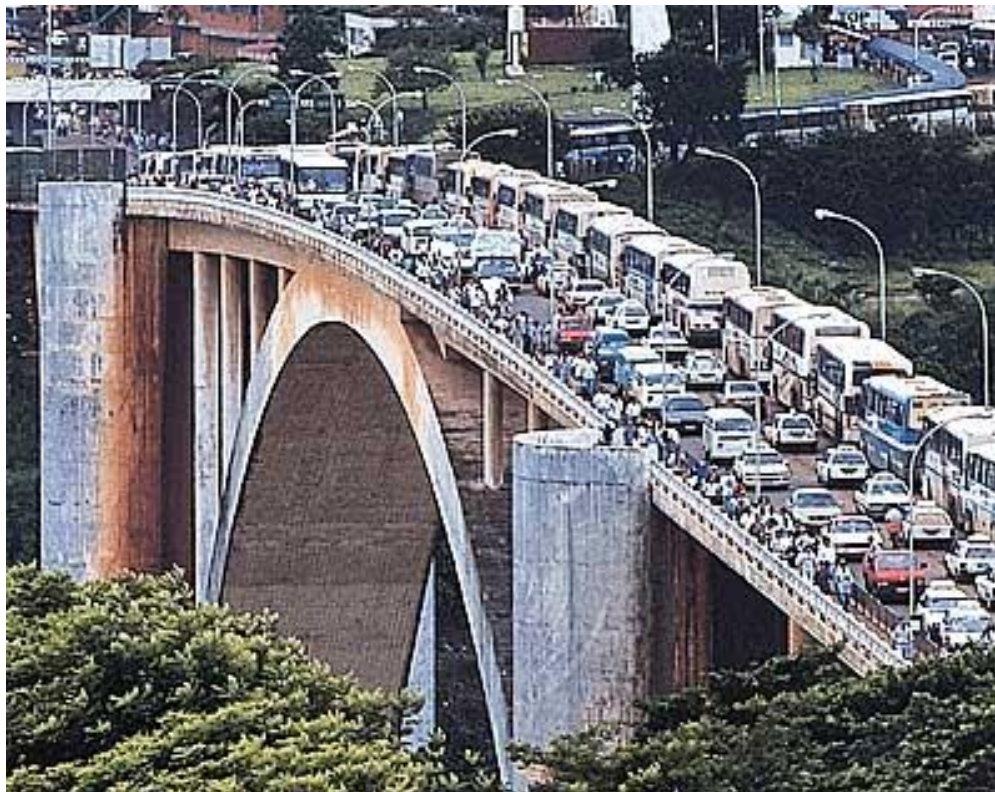
Em relação ao binômio trabalho e moradia, os limites internacionais também são constantemente manipulados; muitos comerciantes estrangeiros, especialmente os árabes, possuem residência em Foz do Iguaçu e atravessam a ponte todos os dias para trabalhar. Esse padrão também é observado no que se refere a uma parte dos empregados do comércio, que são brasileiros e trabalham em Cidade de Leste, ou pelas chamadas mulas¹², que ganham a vida trabalhando do outro lado da fronteira.

Muito paraguaios também acompanham esse ritmo e encontraram do outro lado da fronteira oportunidades para trabalhar, seja por importadores que possuem negócios no Brasil, seja atuando como trabalhadores informais, moto

12 São chamados de “mulas” os brasileiros que cruzam a fronteira esperando ser contratados pelos sacoleiros para passar mercadorias pela aduana.

táxis, kombis, *paseros*¹³ ou empregadas domésticas que trabalham durante o dia na cidade de Foz do Iguaçu.

Figura 21. Foto Ponte da Amizade



Fonte: Foz do Iguaçu, 2011

As inter-relações entre as cidades são tantas, que, às vezes, o limite territorial mostra-se confuso para determinados grupos fronteiriços, cujas práticas urbanas que congregam o trabalho, o lazer, a moradia e o culto religioso, acabam por comunicar os espaços que são politicamente divididos.

No entanto, as realidades sociais de cada cidade ainda são muito diversas e é impossível não perceber a discrepância entre a estrutura urbana de Foz do Iguaçu e o caos urbano produzido no centro comercial de Cidade de Leste, além das contradições entre a extrema riqueza e a miséria, a que parte da população da cidade está submetida. Apesar da linha limite não pertencer a nenhum dos dois lados e, configurar-se como uma abstração, o limite territorial não pode ser ignorado. Sua demarcação produz diversas realidades e

13 *Paseros* – termo usado pela população fronteiriça para denominar pessoas que se destinam a trazer mercadorias do Brasil para o Paraguai

conseqüências, e é precisamente por sua existência, que os movimentos e comunicações acontecem tão intensamente.

Ao observar a cartografia do espaço urbano das cidades na zona de fronteira do Iguaçu, não é difícil perceber os limites territoriais estabelecidos por cada Estado Nação, sobretudo, por utilizar os rios Paraná e Iguaçu como limitadores do território. No entanto, as relações e a coabitação dos diversos grupos étnicos nestes territórios acabam por confundir a percepção da soberania imposta pelo limite. Isso porque, a apropriação cultural e simbólica dos agentes no território, não coincide com o controle jurídico/político dos Estados.

A partir da premissa de que o território é produto de processos de controle, dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes estatais e não estatais, (BRASIL, 2005) tem-se na fronteira um conflito entre o agente estatal e o não estatal, visto que a apropriação dos espaços pelos grupos sociais nem sempre corresponde ao mesmo ordenamento jurídico dos Estados.

As territorialidades formadas por brasileiros, que vivem no território paraguaio, de árabes naturalizados paraguaios vivendo no território brasileiro, de argentinos vivendo no território paraguaio, de paraguaios - ditos brasiguaios - vivendo ora no território brasileiro e ora no território paraguaio, desarticulam as ações de controle e dominação das cidades pelo Estado Nação, isso porque, o domínio social e cultural dos espaços é produzido e controlado por agentes que não são nacionais.

Os processos relacionados ao poder sobre territórios - o poder de afetar, influenciar, controlar o uso social do espaço físico - não criam homogeneidade ou uma qualidade única do território, nem mesmo, obrigatoriamente, geram um território, pois podem se "empilhar" tanto quanto articular-se em tensão constante ou gerar conflitos abertos. Ao contrário do território, que de alguma forma define "nós" e os "outros", o "próprio" e o "não-próprio", ou seja, carrega um sentido de exclusividade, a territorialidade é um processo de caráter "inclusivo", incorporando novos e velhos espaços de forma oportunista e/ou seletiva, não separando quem está "dentro" de quem está "fora". Por isso mesmo, a territorialidade de algum elemento geográfico dificilmente coincide com os limites de um território, embora possa justificar a formação de novos territórios. (BRASIL, 2005)

A cultura muçulmana na zona de fronteira do Iguaçu é um bom exemplo de como sociedades não nacionais podem criar territorialidades nos espaços. As características deste grupo étnico - vestuário, música, culto e arquitetura - estão fortemente presentes na estrutura urbana destas cidades. Templos religiosos mulçumanos podem ser observados em Foz do Iguaçu, como as mesquitas de Omar Ibnal-Khatab ou ainda em Cidade de Leste, pela mesquita do Profeta Maomé (Figura 22).

Figura 22. Mesquita Omar Ibnal-Khatab em Foz do Iguaçu, 2011.



Fonte: Prefeitura de Foz do Iguaçu, 2011

Não é possível afirmar precisamente o número de estrangeiros residentes em Foz do Iguaçu e Cidade de Leste, principalmente por se tratar de uma população flutuante, que ora vive no oriente, ora vive no ocidente. Segundo Arruda (2007), que pesquisou a presença libanesa no local, os estrangeiros na fronteira do lado brasileiro, provenientes dos países do Oriente, somam em torno de 12.000 a 15.000 pessoas. Quanto aos libaneses, a prefeitura de Foz do Iguaçu estima que residam na cidade 2.353 pessoas. Esse número cresce muito quando se consideram os descendentes e os naturalizados brasileiros e paraguaios. Segundo autoridades da Mesquita Omar Ibnal-Khatabem, de Foz do Iguaçu, o número de fiéis, apenas nesse templo, é de mais de 20.000 pessoas.

Tal qual o comércio transnacional, as residências árabes estão concentradas próximas à ponte da Amizade. Em Foz do Iguaçu elas se estendem da ponte até o centro da cidade e em Cidade de Leste localizam-se em prédios no centro comercial. Em Foz do Iguaçu, tais residências já se traduzem em grandes bairros ou em edifícios privados, que pelos ornamentos e cores revelam a origem étnica de seus residentes.

A formação destas territorialidades nunca encontrou barreiras no espaço urbano da fronteira, ainda, segundo Arruda (2007), a relação social e cultural entre a população fronteiriça, brasileiros e paraguaios, com a comunidade árabe, sempre ocorreu de forma pacífica, sobressaindo apenas os conflitos nas relações de gênero, visto que na cultura muçumana os contatos entre homens e mulheres são altamente regulados. As mulheres muçulmanas do local, especialmente as xiitas, preservam a vestimenta tradicional de sua cultura, que inclui não apenas o lenço, mas também camisas folgadas que cobrem os punhos e os quadris, e saias compridas, abaixo do tornozelo; sendo seu relacionamento com o sexo oposto quase inexistente.

Em contrapartida, as mulheres brasileiras são altamente assediadas pelos homens árabes, e não é difícil encontrar casais onde a mulher é brasileira. Contudo, nem sempre esses relacionamentos concretizam-se em casamentos, já que a cultura da mulher ocidental, não é aceita pela comunidade muçulmana, o que leva muitos homens a retornarem ao Líbano para se casarem com suas prometidas. O relato abaixo, de um homem solteiro libanês de 24 anos morador de Foz do Iguaçu, apresentado pela National Geographic, em novembro de 2005, mostra um pouco esse conflito:

No Líbano não existe esse negócio de menina sair com amigos. Diz Dabaja. Mas para seu amigo Mehedin esse é um dos grandes prazeres de ser brasileiro. Quase todas as noites ele e seus amigos, todos descendentes, saem para paquerar na noite de Foz....Mehedin sempre namorou brasileiras mas nenhuma delas até hoje pôs os pés em sua casa, "por respeito à minha irmã". Ele diz não se importar com a nacionalidade da mulher com quem vier a casar, mas sabe que uma brasileira não seria a primeira escolha de sua mãe. (apud. ARRUDA, 2007, p.74)

Como disse o próprio repórter, os casamentos interétnicos não estão entre as primeiras opções das famílias, que preferem resguardar suas culturas e

proteger suas tradições. Mas logicamente, esses casamentos estão presentes na fronteira, e aumentam com o passar dos tempos e das gerações, produzindo o que Haesbaert (2001 p. 5), chama de indivíduos híbridos, que surgem na vertente das identidades globalizadas, sendo esses, resultado do "cruzamento de culturas diferentes, composto por elementos de origens diversas; um indivíduo mesclado".

Outras territorialidades orientais podem ser observadas na fronteira, como coreanos, chineses, sírios, palestinos e hindus (Rabossi, 2004), que, como a comunidade árabe, desenvolvem-se sem grandes conflitos. Os estrangeiros da fronteira costumam dizer que os brasileiros e paraguaios são muito amistosos, o que faz com que se sintam acolhidos e reconheçam esse lugar como sua segunda casa. Talvez a alteridade do povo fronteiriço, habituado a conviver com as diferenças típicas de seu espaço, tenha contribuído para o processo de consolidação dessas identidades, visto que como esclarece MARTINS (1997, p. 133), a fronteira "é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si".

As manifestações dessa identidade oriental podem ser percebidas no espaço urbano, seja pela estátua do político chinês Chiang Kai Chek, disposta diante da prefeitura de Cidade de Leste, ou pelo templo budista em Foz do Iguaçu, com uma estátua do Buda de sete metros de altura, conforme se pode observar nas Figura 23, 24 e 25.

A zona de fronteira do Iguaçu apresenta diversas manifestações físicas em relação aos seus estrangeiros, como restaurantes, escolas e comércios que se formam como territórios ocupados por públicos étnicos específicos. Entre essas se apresentam as padarias árabes de Foz do Iguaçu, os salões de beleza que atendem apenas as mulheres árabes, os restaurantes e escolas chinesas em Cidade de Leste, cujo funcionamento destina-se apenas à comunidade chinesa local.

Figura 23. Estátua de Chiang Kai Chek em Cidade de Leste, 2011



Figura 25. Templo Budista em Foz do Iguaçu, 2011



Figura 24. Templo Budista - estátua do Buda, 2011



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011 (Adelita Araujo)

1.2.2.3 Dinâmicas globais e dinâmicas locais

Viver na Zona de Fronteira do Iguaçu é habitar um espaço global, não apenas pela presença de diversos grupos estrangeiros ou pelo contato com diversas economias, mas também pela relação direta que esse espaço possui com as políticas, legislações e acordos internacionais, que rapidamente podem modificar toda a estrutura urbana das cidades.

As políticas internacionais, especialmente as de cunho econômico, que alteram as relações de comércio entre os países, constantemente, geram tensões na Zona de Fronteira do Iguaçu. Isso se deve, primeiramente, pelo fato de que essas cidades estão intrinsecamente ligadas por uma rede de atividades no setor do comércio, não apenas àquele comércio de importados de Cidade de Leste, mas uma estrutura ainda maior, de um tipo de comércio de exportação informal, produzido no interior dessas cidades, que cria um elo importante na cadeia produtiva das mesmas.

Uma comerciante do centro da cidade de Foz do Iguaçu, que possui uma loja revendedora de cosméticos por catálogo, como as marcas Avon e Natura, relatou que setenta por cento de toda a sua venda é composta por pedidos de paraguaias que revendem as mercadorias no seu país. Segundo a comerciante, seu faturamento é tão expressivo que diversas vezes recebeu prêmios por ser a maior revendedora do Avon na América Latina. Esse relato é um exemplo típico do comércio de exportação informal, que acontece na fronteira, caracterizando-se como um dos principais pilares na organização social e econômica das cidades na zona de fronteira do Iguaçu.

Em Porto Iguaçu, na Argentina, o vínculo é ainda maior, os fronteiriços e turistas brasileiros, incentivados pela baixa cotação da moeda argentina e pela estrutura turística da cidade, cruzam a fronteira para comprar gasolina e produtos alimentícios como queijos, vinhos, farinha, ou ainda, para frequentar os bares e restaurantes da cidade, o que condiciona grande parte do comércio às relações produzidas na fronteira.

Todas as vezes que a aduana argentina dificulta a entrada de brasileiros e turistas no país, os comerciantes de Porto Iguazu reúnem-se em protesto alegando graves prejuízos ao comércio da cidade. Uma das medidas que costuma provocar a redução de turistas e fronteiriços na cidade é a cobrança, por parte da aduana argentina, do seguro internacional de veículos, a chamada Carta Verde. Esse seguro, criado a partir dos acordos do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL – entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – tem a finalidade de garantir um seguro internacional para os carros dos países membros. Dessa forma, quando um veículo brasileiro entra no território argentino, ou vice versa, deve pagar a carta verde¹⁴, que podem ser encontradas em casas de turismo das cidades de fronteira. O fronteiriço não recepcionou bem tal medida, já que sempre esteve acostumado a circular livremente entre as cidades. Entre as cidades de Foz do Iguazu e Cidade de Leste o seguro nunca foi exigido, contudo, a Argentina de tempo em tempo costuma exigí-lo, mas nunca conseguiu implantá-lo por definitivo.

No interior do espaço urbano de Cidade de Leste também se pode identificar outras áreas comerciais, além do microcentro de importados, que se estruturam a partir das relações transfronteiriças, criando intersecções entre os três países. Essas áreas possuem uma estrutura peculiar, além de produzir um comércio de consumo local como mercados, farmácias, lojas de roupas e franquias internacionais, como Burger King e McDonalds, são compostas por diversas empresas brasileiras e argentinas que comercializam produtos para os paraguaios, especializando-se em oferecer bens de consumo para paraguaios, brasileiros e brasiguaios, que vivem em outros municípios do interior¹⁵ do Paraguai.

A Avenida Carretera ou, como é mais conhecida, “Quilômetro Quatro” - que como o próprio nome sugere, fica a quatro quilômetros da ponte da Amizade -

¹⁴ No ano de 2011 o valor da carta verde é 48 reais para 3 dias ou 216,00 reais para 30 dias de permanência no país.

¹⁵ Considerando a relação espacial do Paraguai com o Brasil e Argentina, considera-se, nesse momento do texto, que Cidade de Leste demarca o início do território paraguaio. Por isso, faz-se referência aos municípios que estão localizadas após Cidade de Leste, como municípios do interior do Paraguai e não como forma pejorativa de desenvolvimento ou importância econômica.

comercializa produtos específicos para essa clientela vinda de outros municípios do Paraguai, como máquinas agrícolas, automóveis, insumos, materiais de construção, entre outros.

A exportação de produtos brasileiros para o Paraguai tem crescido nos últimos anos, incentivada principalmente pelos acordos firmados pelo MERCOSUL, onde as mercadorias produzidas pelos países membros podem ser comercializadas sem tarifas. A implantação do MERCOSUL, entre 1991-1994, teve grande impacto para o comércio das cidades da fronteira do Iguaçu, reconfigurando diversos espaços urbanos, tanto em processos de desertificação, quanto de revitalização. A princípio, o acordo acompanhava uma retórica que postulava eliminar as fronteiras aduaneiras e promover a união dos povos, a partir da reivindicação de uma cultura em comum (JAQUET, 2008). O acordo parecia favorável às cidades de fronteira, que habitualmente mantinham diversas relações e buscavam um grau maior de integração.

Contudo, a integração comercial desenhada nas altas esferas políticas e econômicas dos países, não alcançou as dimensões locais e as realidades das cidades de fronteira, que comumente produziam um tipo de comércio de exportação e, que, imediatamente sofreram as consequências dos novos acordos.

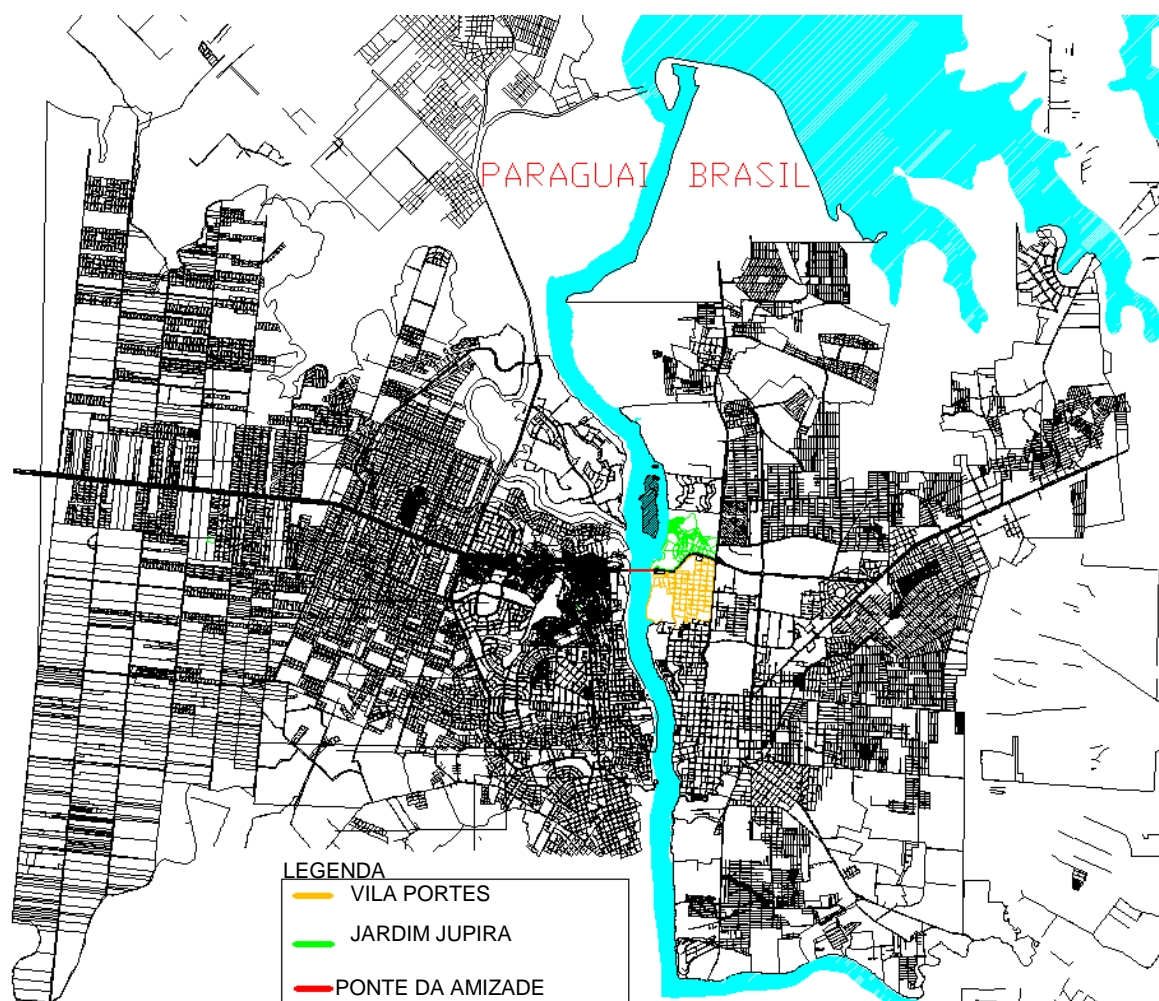
Estas áreas comerciais de Cidade de Leste, com empresas brasileiras e argentinas, são um reflexo direto da política de integração econômica implantada pelo MERCOSUL. A nova política promoveu um redesenho nos espaços comerciais das cidades, onde as empresas brasileiras e argentinas, que antes ficavam instaladas em Foz do Iguaçu e Porto Iguaçu, avançaram o limite territorial e, agora, podem comercializar seus produtos diretamente dentro do Paraguai.

O acordo do MERCOSUL é um bom exemplo para ilustrar a intensidade da influência das legislações globais sobre as realidades urbanas de fronteira. O primeiro ponto na complexidade da organização das cidades de fronteira é justamente a influência dessas legislações, que distorcem e desestruturam as políticas locais de zoneamento e uso e ocupação do solo.

Para Jaket (2008), os acordos implantados pelo MERCOSUL têm tratado de uma política de integração - de "primeira" - em benefício dos grandes empresários e dos circuitos transnacionais e - de "segunda" - para as relações sociais e as práticas tradicionais das cidades de fronteira, afetando notavelmente as populações locais fronteiriças.

Exemplificando o assunto, antes do MERCOSUL, Foz do Iguaçu possuía, nas imediações da ponte da Amizade, uma grande área comercial de exportação para o Paraguai. Essa área envolvia dois bairros da cidade, a Vila Portes e Jardim Jupira, que foram urbanizados conjuntamente com a Ponte da Amizade, em 1965, e especializaram-se no comércio de roupas, produtos alimentícios, artigos de bazar, produtos agropecuários, agrícolas e outros, que abasteciam grande parte do mercado paraguaio.

Figura 26. Mapa da fronteira com a localização do Jardim Jupira e Vila Portes



Fonte: Base Espacial: Mapas Municipais
 Organização: Adelita Araujo Orientação: Jane Victal
 Dep. Urbanismo - PUC - Campinas

Com os acordos do MERCOSUL, os produtos brasileiros, que antes eram intermediados pelo comércio de fronteira, passaram a ser encaminhados diretamente das indústrias brasileiras para Cidade de Leste e para os grandes centros de consumo do Paraguai, modificando assim, toda a ordem urbana nas cidades.

Outras medidas acordadas pelo MERCOSUL também contribuíram para mudanças na rotina urbana das cidades como a implantação de novas Aduanas, de cotas de compra de mercadoria e o maior rigor na fiscalização da circulação da população fronteiriça, o que notoriamente alterou a economia do comércio em ambos os lados da fronteira. Em mais de 28 oportunidades, a população fronteiriça - *paseros*, taxistas, pequenos comerciantes e ambulantes -, bloqueou a ponte da Amizade em protesto às novas regras alfandegárias (JAKET, 2008 e RABOSSI, 2004).

Assim, a partir das novas medidas implantadas pelo MERCOSUL, Foz do Iguaçu notou desaparecer, quase que instantaneamente, e sem nenhuma compensação, o tradicional e cotidiano comércio de exportação, que informalmente vendia toneladas de mercadorias aos *paseros*, que cruzavam a fronteira para vender as mercadorias brasileiras. Para se ter uma idéia, em 1995, primeiro ano da efetiva vigência das normas do MERCOSUL, apenas a Vila Portes possuía 349 empresas exportadoras, com 7000 empregados diretos. Um ano depois, em 1996, mais da metade das lojas do bairro havia fechado suas portas, tirando a renda de uma considerável parcela da população fronteiriça (RABOSSI, 2004).

Observa-se, portanto, que as novas regras implantadas pelo MERCOSUL não foram acompanhadas de medidas ou planejamentos para estas cidades de fronteira, como também não se formulou uma política especial de compensação de renda para a população fronteiriça, a qual se viu forçada a cumprir normativas nacionais e internacionais que não refletiam a rotina do comércio de "formiga" produzido por elas (JAKET, 2008).

Atualmente, após 16 anos da implantação do MERCOSUL, os bairros da Vila Portes e Jardim Jupira, ainda permanecem com um aspecto desértico,

contabilizando diversas lojas e grandes galerias fechadas. O Jardim Jupira parece ter sido o mais afetado e tornou-se o retrato do abandono. Além do fechamento das lojas, o bairro sofreu processos de favelização e marginalização, possivelmente estimulado pela brusca queda na renda da população local. As fotos da figura 27 dizem respeito ao bairro, e foram tiradas em uma pesquisa de campo realizada em uma segunda-feira no horário comercial. Todas estas lojas estão localizadas a 100m da BR 277 que dá acesso a ponte da Amizade.

Figura 27. Fotos do bairro Jardim Jupira - segunda-feira, 10:00hs



Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011 (Adelita Araujo)

A construção de um viaduto em 1998 na BR 277, para facilitar o acesso à ponte da amizade, reduziu as possibilidades de restabelecer-se o bairro, que,

sem passarelas de acesso, ficou totalmente isolado da ponte da Amizade e do centro de Foz do Iguaçu.

Figura 28. Fotos do viaduto na Br 277 que dá acesso a ponte da Amizade



Figura 29. Foto do Jardim Jupira, em frente a BR 277



Fonte: pesquisa de campo, 2011 (Adelita Araujo)

Algumas empresas da Vila Portes, que comercializam produtos fora do interesse dos grandes exportadores, conseguiram resistir às transformações do comércio de exportação. É o caso, por exemplo, das empresas que

comercializam roupas e sapatos usados, ainda consumidos por paraguaios e brasiguaios que trabalham no campo, contudo, a entrada desses produtos no Paraguai também passou a ser altamente regulada.

Figura 30. Comércio de roupas usadas na Vila Portes



Fonte: pesquisa de campo, 2011 (Adelita Araujo)

Quase todos os estabelecimentos comerciais que funcionam na Vila Portes têm hoje outros ramos de atividade. A rede Destro, por exemplo, com loja estabelecida no local, além de outras atividades, importa produtos alimentícios da indústria argentina. Outras empresas, próximas à ponte, trabalham com estacionamentos ou pequenos hotéis para sacoleiros e turistas, ou ainda, revendem roupas e produtos populares, consumidos especialmente por brasileiros.

Os grandes edifícios da Vila Portes, deixados pelos antigos comércios de exportação, parecem também propícios para a atividade atacadista, que começa a surgir timidamente no bairro, atendendo à necessidade e ao consumo interno dos brasileiros, no entanto, a atividade ainda é modesta, e não se aproxima da vitalidade outrora experimentada.

1.2.2.4 O turismo

O turismo na zona de fronteira do Iguaçu se divide em duas vertentes; o turismo de compras em Cidade de Leste e o turismo ecológico nas Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu e Porto Iguaçu. Apesar de serem atividades distintas, ambas costumam ser inseparáveis na hora de atrair os turistas e vender os pacotes de viagem, que envolvem atividades nas três cidades da zona de fronteira.

Os dados referentes ao turismo são expressivos. O parque nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, contabilizou 1.265.765 turistas no ano de 2010 (FOZ DO IGUAÇU, 2011). E segundo o estudo da Demanda Turística Internacional do Brasil, realizado periodicamente pelo Ministério do Turismo, a cidade de Foz do Iguaçu é o segundo destino mais visitado por estrangeiros motivados para o lazer no Brasil, perdendo apenas para a cidade do Rio de Janeiro. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011).

Em estudos brasileiros a infraestrutura turística de Foz do Iguaçu é uma das melhores do país. Nos resultados publicados pelo Relatório Brasil 2009 de Competitividade, dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico no Brasil, as cidades de São Paulo e Foz do Iguaçu lideram o ranking como os municípios melhores estruturados para receber turistas no país. Dos quesitos avaliados, Foz do Iguaçu teve os melhores resultados para acesso, serviços, equipamentos turísticos, marketing, promoção do destino, capacidade empresarial e aspectos ambientais, perdendo pontos quanto à infraestrutura geral da cidade, ao monitoramento, à economia local, a aspectos sociais e aspectos culturais. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011).

A cidade de Foz do Iguaçu está dotada de um dos maiores parques hoteleiros do Brasil, e segundo a prefeitura municipal, a cidade possui 110 hotéis com 19.900 leitos, muitos dos quais são de alta qualidade. Reforçando esse dado, tem-se ainda uma expressiva quantidade de pensões, motéis, pousadas, albergues e campings.

Na última década as políticas públicas de desenvolvimento para Foz do Iguaçu e região, tanto estaduais quanto federais, voltam-se para atividades que

envolvem o turismo. Contudo, muitas mudanças ainda precisam ser produzidas para distribuir a economia gerada pelo turismo para a população local.

Segundo dados do instituto IPARDES (2008), o turismo de Foz do Iguaçu gera 7.372 empregos formais, número considerado pequeno perante uma população total de 250 mil habitantes. O número de empregos não atinge maiores índices, nem promove grande circulação de renda no município, porque a atividade turística encontra-se restrita à visita nas cataratas do Iguaçu, deixando de envolver a comunidade local e concentrando a maior parte da renda nas classes sociais mais altas e nos grandes circuitos hoteleiros.

Em contrapartida, a cidade de Porto Iguaçu, na Argentina, vem há alguns anos preparando-se para oferecer, a esses turistas, entretenimentos e atividades vinculadas à estrutura cultura e social da cidade. A cidade também possui um grande parque para visitação às cataratas e está dotada de alguns hotéis internacionais, embora, a maior parcela de turistas chegue pelo lado brasileiro, ficando hospedados na rede hoteleira de Foz do Iguaçu.

Como citado anteriormente, a cidade de Porto Iguaçu teve nos últimos anos um grande aumento populacional, mas se organizou rapidamente promovendo uma requalificação de toda a sua área central, tendo como foco os espaços públicos e o atendimento ao turista. O projeto procurou vincular a cultura local à atividade turística, passando a oferecer comidas típicas, feiras de artesanato e produtos alimentícios. Outra parte do projeto envolveu a implantação de intervenção urbana nas margens do rio Paraná, com a construção de casas noturnas, restaurantes e espaços públicos, que proporcionam contatos entre a população local e os turistas.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO URBANA DAS CIDADES DA ZONA DE FRONTEIRA DO IGUAÇU

Somente a história nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o Tempo que passa e tudo muda.
(Milton Santos, 1998, p.15).

Este capítulo propõe-se a descrever sobre as primeiras formas de ocupação na zona de fronteira do Iguaçu, apresentando os principais fatos históricos, os primeiros habitantes e as primeiras formas de urbanização. Propõe-se também, observar o papel da eletricidade, frente às políticas brasileiras e paraguaias, visando entender as razões da construção da usina de Itaipu Binacional, bem como sua forma de implantação sobre o território.

2.1 Os primeiros habitantes e sua formação urbana

Historiar a formação urbana e os primeiros habitantes da zona de fronteira do Iguaçu não é uma tarefa simples. A trajetória do início da chegada dos primeiros habitantes remonta a civilizações muito antigas, presentes no território em tempos anteriores ao descobrimento da América, com estilos de vida, exigências e desejos distantes dos atuais, com povos que passaram por diversos processos de dominação, cristianizações, colonização e ocidentalização pela aculturação europeia..

A produção e o desenvolvimento dessas cidades, mesmo aquelas com planejamentos urbanos de colonização como Foz do Iguaçu, não se isolam de seus respectivos contextos históricos, pois suas formações foram sobrepostas a estas antigas realidades. A produção destas novas cidades imprimia uma nova

ideia de civilização, que desconsiderava a população local, a posse do território e sua forma de se organização.

Segundo Bernardo Secchi, (2006, p.15 e p.16) “Os territórios e as cidades que observamos são os resultados de um longo processo de seleção cumulativa ainda agora em curso”, sendo “A superfície terrestre um imenso depósito de signos conscientemente deixados por quem nos precedeu”. O ambiente, seja urbano ou outro, manifesta as diversas camadas de acumulação sucessiva, num continuo construir e reconstruir por adições e subtrações do conjunto ou de partes dele.

A partir desses conceitos, investigar os agentes e as histórias que produziram o espaço urbano da zona de fronteira do Iguaçu requer métodos e conhecimentos mais aproximados aos da arqueologia. Onde, vestígios aparentes, de métodos construtivos, costumes e culturas nem sempre se explicam por civilizações recentes, ao mesmo tempo em que, documentos e histórias, ainda ocultas, nem sempre, dizem respeito a civilizações antigas.

Um lugar formado por um conjunto de histórias heterogêneas, sobrepostas, justapostas e misturadas entre si, mas que habitualmente são analisados e historiados apenas pelo que é considerado ser a cidade da sociedade contemporânea, impedindo a interpretação e a explicação de elementos na forma de vestígios concretos que constituem estas cidades.

Para Secchi, o urbanismo deve ocupar-se não apenas dos conjuntos de obras, projetos, teorias e normas produzidas pelos especialistas, mas por todos os fenômenos culturais e sociais que produziram e ainda produzem o espaço urbano, dos indivíduos que as promovem, de suas intenções e técnicas, dos resultados esperados e obtidos, dos problemas ocorridos e das novas soluções propostas (SECCHI, 2006, p. 18).

No caso específico da urbanização na zona de fronteira do Iguaçu, além da densa e antiga história cultural, o lugar está marcado por diversas políticas e estratégias de povoamento, ainda no século XIX, que se estenderam por todo século XX. Por tratar-se de área de fronteira, as políticas tinham o objetivo não apenas de povoar e desenvolver regiões, mas de formar cidades que

pudessem demarcar e assegurar a soberania dos países por meio de estratégias de controle da população fronteiriça.

No século XIX, a tríplice fronteira formada pelo Rio Paraná e o Rio Iguaçu era pulverizada por pequenos portos. Do lado paraguaio, às margens do Rio Paraná, havia um porto conhecido como Tacurupucú, onde atualmente se localiza a cidade de Hernandárias. A historiografia da cidade aponta as origens da colonização como sido uma das primeiras reduções jesuíticas do Paraguai, conhecida como redução de Nossa Señora Natividad del Acaray, fundada em torno do ano de 1600.

Esse povoado suportou diversas lutas e confrontos, primeiro pelos ataques bandeirantes para escravizar os índios guaranis e, em épocas mais recentes, pela guerra da tríplice aliança ou guerra do Paraguai, embora formalmente sua ascensão como cidade tenha ocorrido apenas recentemente, em 1980, quando foi elevada à primeira categoria de cidade¹⁶ (SILVA, 2007, p. 20).

A cidade também possui uma história de colonização militar. Em 1850, o Presidente do Paraguai, Carlos A. López, ordenou que se construísse uma colônia militar no porto de Tacurupucú, dois anos depois de decretar o fim das missões jesuíticas e conceder aos índios o direito à cidadania. A medida pretendia primeiramente defender a fronteira paraguaia e, além disso, fazia parte de um plano maior de colonização do leste do país, com a abertura de diversos caminhos por onde seria possível conduzir a população a uma economia extrativista de madeira e erva-mate (SILVA, 2007, p. 31).

Quinze anos depois, em 1865, começa a guerra do Paraguai contra os países da tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai, conduzida no Paraguai por Solano López, filho de Carlos López, estendendo-se por cinco anos até 1870. Depois da guerra, o Paraguai ficou submerso em uma grave crise econômica, política e demográfica. Entre a morte de Solano López, em 1870, e a ascensão do ditador Stroessner, em 1954, o país teve 44 presidentes, apresentando uma média abaixo de dois anos para cada governante (SILVA, 2007)

¹⁶ No Paraguai, as cidades são divididas pelo estado em primeira, segunda e terceira categoria, dependendo de sua população e produção.

A população paraguaia reduziu-se de um milhão e duzentas mil pessoas para pouco mais de 200.000 mil. A tarefa de reconstruir o país tornou-se quase impossível em consequência do fato da população sobrevivente ser, em sua maioria, constituída por mulheres, crianças e idosos que se reuniram em áreas próximas à capital Assunção, organizando-se a partir de culturas agrícolas de subsistência (CARRON e SILVA, 2008).

Para financiar a economia do pós-guerra, o governo paraguaio autorizou, por meio de um decreto, a privatização da exploração da madeira e dos ervais nativos do país, localizados principalmente no Leste e na fronteira com o Brasil e Argentina. Em 1879, o governo paraguaio concedeu a "Patricio Escobar Y Companhia" a exploração das terras no Estado de Alto Paraná (fronteira entre Brasil e Argentina), pelo período de 10 anos, mas que se prolongaram por quase cem anos (SILVA, 2007, p. 33).

Em 1985, por meio da lei de venda de terras públicas, a empresa passou definitivamente a vender as áreas a investidores estrangeiros, como a baronesa de Londres Adela Frederking e o espanhol Manuel Ordóñez, que exploravam os recursos naturais e os encaminhavam à Europa, por meio de jangadas pelo Rio Paraná, rumo ao porto de Buenos Aires (SILVA, 2007, p. 34).

Com las ventas de tierras del Paraguay, comenzó a aparecer los latifundistas. Los duenos de la tierras, la mayor parte eran extranjeros, no había necesidad de residir en el país. Era suficiente enviar dinero desde el exterior. La enajenación masiva de las tierras públicas, com la aparición de capitales extranjeros, marcó el inicio del nacimiento de los senores feudales en el Paraguay. Esto representaba el progreso del nuevo paraguay de la post guerra de 1870 (SILVA, 2007, p. 38).

Com o aparecimento das empresas privadas de extrativismo no leste do país, começou lentamente no Paraguai, uma migração voluntária, e às vezes forçosa, de trabalhadores em direção à fronteira. Esses trabalhadores passaram a ser conhecidos como "mensú", em analogia a forma de contratação mensal, em espanhol "mensual". O trabalho era muito penoso e dividia-se entre a função de "obrajero", destinado à extração de madeira, e a função de "minero" destinado à extração de erva mate (SILVA, 2007, p. 38).

Silva (2007) esclarece que o termo “mensú” não fazia referência ao pagamento dos trabalhadores, mas à produtividade que os mesmos deveriam alcançar mensalmente. O trabalho era acertado por meio de contratos, realizados na barranca do Rio Paraná ou na cidade de Encarnacion, onde o “mensú” era levado para distantes fazendas por períodos de 10 meses, conhecido como “tempo da safra”. Para conseguir trabalhadores, dispostos a passar longos períodos no interior das matas, “as obrages”¹⁷ pagavam grandes adiantamentos no ato da contratação, acordando sempre o restante do pagamento para o final da safra. Esse contrato baseava-se em uma forma de trabalho escravo, onde os “mensús” eram pressionados a cumprir grandes metas de extração, com início da jornada de trabalho às 3 horas da manhã, sendo constantemente ameaçados e sujeitos a não receber o restante do pagamento.

Esses trabalhadores ficavam vinculados a um regime de escravidão, não podiam desistir do trabalho devido aos adiantamentos salariais, não podiam fugir, pois não havia transporte desses lugares e, adentrar na mata, fatalmente levaria à morte, pela fome ou pelo ataque de animais. Como o trabalho era muito árduo, muitos “mensús” não resistiam e morriam no interior das matas e das fazendas, as *obrages* por sua vez, ficavam desobrigadas a pagar o restante dos contratos, gerando uma sociedade de grandes latifúndios a custo da miséria e escravidão da população, especialmente a paraguaia, a maioria descendente dos índios guaranis (SILVA, 2007).

Grandes empresas extrativistas, a maioria argentina, desenvolveram-se na fronteira entre o território argentino e paraguaio, passando a ser detentoras de poderes regionais, penetrando também no território brasileiro através da fronteira e por meio da navegação pelos rios, sem enfrentar nenhuma fiscalização ou presença brasileira (WACHOWICZ, 2002, p.233).

O obragero argentino descobria satisfeito que seus navios tinham direito de navegar até as Sete Quedas pelo rio Paraná. Organizava então uma firma. Algumas vezes comprava do governo paranaense uma extensa porção de terras e organizava uma expedição. Entretanto, na maioria das vezes penetrava em território paranaense de forma ilegal. Dezenas de peões, os chamados mensus, todos os índios paraguaios (guaranis

¹⁷ Obrages é o nome dado às empresas de extração da região.

modernos), acompanhavam a expedição. Levavam consigo alimentos e ferramentas para a colheita da erva-mate. Desembarcavam o vapor na margem do rio Paraná e subiam as barrancas, típicas das margens dos rios da região. Eram barrancas de 50, 80, e até 100 metros de altura, cavadas pelas águas revoltas e barrentas do rio Paraná. Assim nascia um povoado que era o porto, pelo qual se escoava o mate e posteriormente a madeira, extraídos dos sertões do oeste paranaense. Desta forma, toda a margem paranaense, desde Foz do Iguaçu até os Saltos de Sete Quedas, encheu-se de portos, muitas vezes de vida efêmera, outros de maior durabilidade. Em poucas décadas, a costa paranaense foi ocupada por dezenas de obrages, e povoada por milhares de guaranis modernos, ou mensus. Essa frente extrativa de erva-mate era, pois de capital argentino, mão de obra paraguaia e matéria-prima brasileira (WACHOWICZ, 2002, p.234).

Nesta época, o Brasil passava por uma grande crise política, atrelada às questões abolicionistas, militares e religiosas, que conduziram à queda do Império e a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Um pouco antes da Proclamação da República, em 15 de julho de 1888, chega à foz do Rio Iguaçu uma expedição de militares preocupados com a ocupação territorial da fronteira e com a garantia das terras após a guerra do Paraguai. A expedição partiu da cidade de Guarapuava em um árduo trabalho para abrir 40 léguas (264 km) de estradas de terra batida, transpondo florestas, rios, serras e vales, abrindo uma trilha de acesso com aproximadamente 3 metros de largura (MYSKIW, 2008).

Essa expedição foi produzida, a partir das ordens, do então ministro da guerra, João Alfredo, que criou a “Comissão Estratégica do Paraná”, com a missão de fundar uma colônia Militar na foz do Rio Iguaçu e construir estradas para a colonização daquela área (MYSKIW, 2008).

A direção foi confiada ao engenheiro militar Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, que estabeleceu como centro a cidade de Guarapuava. Daí partiu o destacamento organizado para explorar o caminho da foz do rio Iguaçu, comandado pelo Tenente e engenheiro José Joaquim Firmino, que tinha como auxiliar o Sargento José Maria de Brito. Sua marcha através da floresta virgem, transpondo cursos d'água e enfrentando a hostilidade dos silvícolas, foi uma epopéia digna de heróis, mas em 15 de julho de 1888 José Joaquim Firmino chegou a Foz do Iguaçu, tomando de imediato posse para o Brasil de toda a região fronteira até as Sete Quedas. Após os trabalhos preliminares de organização, foi oficialmente instalada a Colônia Militar do Iguaçu em 23 de novembro de 1888 (CURVO, 1965, p. 12 e 13).

A expedição, que se iniciou em 1888, durou 7 meses e 20 dias, constatou que o limite entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina já era habitado e contabilizava uma população não apenas de índios guaranis, mas de outros brasileiros e de diversos estrangeiros (MYSKIW, 2008). Segundo a historiografia, a contagem oficial dos militares foi de: 5 franceses, 2 espanhóis, 95 argentinos, 212 paraguaios, 1 inglês e apenas 9 brasileiros.

Para o governo brasileiro as terras a oeste do território eram devolutas, ou seja, pertenciam ao governo e este era o responsável de colonizá-la, pois acreditava-se que nessa região não havia a presença humana. A noção de “vazio” ignorava a presença de índios, caboclos e no caso da região oeste do Paraná dos obrageros e dos mensús, donos e trabalhadores nas fazendas de erva mate e de extração de madeira (MOTA, 1994, apud. MYSKIW, 2008 p.112).

A presença acentuada de estrangeiros na fronteira, explorando erva mate e madeira, fez com que os militares brasileiros tomassem algumas providências, coibindo possíveis abusos no território recém-apossado. As duas primeiras imposições, voltadas ao controle da demarcação territorial foram dividir o território em dois distritos e nomear dois inspetores coloniais, para garantir a ordem e a posse do local. Após essas providências, os militares retornaram a Guarapuava, informando as descobertas e providenciando outra expedição com o fim de fundar a colônia militar brasileira (MYSKIW, 2008).

Nesse mesmo ano, no dia 22 de novembro de 1889, militares e civis voltaram à foz do Rio Iguaçu para iniciar as obras de infraestrutura da nova colônia militar. Na data da chegada, passavam-se sete dias da proclamação da República no Brasil, vindo os militares e habitantes locais tomar ciência dos acontecimentos apenas duas semanas após o “golpe”, quando argentinos, a bordo de um barco-vapor, procedente da cidade de Posadas, trouxeram a notícia aos militares recém-chegados (MYSKIW, 2008).

No livro chamado “Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar”, escrito em 1938, pelo sargento José Maria de Brito, que integrou a Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná e acompanhou os trabalhos de abertura da picada e a fundação da colônia militar, o sargento relata o lugar exato onde deveria ser locada a colônia militar. As ordens foram passadas pelo

engenheiro militar capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo em uma reunião na cidade de Guarapuava:

Deveria ser traçada uma linha a partir do ângulo formado pelos dois grandes rios, para o centro 4 quilômetros de distância fundada a Colônia, sítio este em que assentaria a futura cidade da Foz do Iguaçu; no quilômetro quatro seria considerado centro da população; aí construído um edifício com 4 metros de altura e as faces voltadas para os 4 pontos cardeais, com mirante de modo a facilitar observações a grandes distâncias (BRITO, 1930 apud. MYSKIW, 2008, p. 192).

Os motivos que levaram o Vice-diretor da expedição tenente Antonio Baptista da Costa Junior a não estabelecer a sede da colônia militar no lugar determinado é discutido no texto de MYSKIW (2008, p. 192):

Ainda no mesmo dia, passaram a levantar o acampamento próximo ao lugar então definido. Lembra José Maria de Brito, que o lugar não era apropriado para a formação do povoado, devido à ausência de “veios d’água para dar de beber aos animais, militares e colonos” que iriam residir no futuro núcleo urbano. Frente à dificuldade inicial, o Vice-Diretor teve a idéia de “mudar o acampamento provisoriamente, até que fosse conhecido e preparado o local onde deveria ser estabelecida a Colônia”. A partir de então, alguns militares receberam ordens para “achar” o ponto mais adequado para “satisfazer com vantagem as necessidades do momento”. A cinco quilômetros da foz do rio Iguaçu e a pouca distância da barranca esquerda do rio Paraná, junto “à barra do arroio que banha a cidade, estabelecemos o novo acampamento”.

O nome do arroio não foi citado pelo autor do livro, por isso ainda não existem certezas quanto ao local exato da implantação da colônia. O que se sabe, avaliando os relatos de viagem de José Cândido da Silva Muricy, estudante da Escola Superior da Guerra, é que foram necessários dois anos para a edificação das primeiras obras de suporte, e, em 1892, a colônia já contava com “casas construídas pelo governo, diretoria, enfermaria, farmácia, casa do médico, depósito de gêneros, quartel das praças, ferraria, carpintaria, etc. Eram casas rústicas e de madeira. O território, mesmo não tendo sido demarcado havia sido em grande parte dividido por lotes urbanos e agrícolas, habitados por colonos de diferentes nacionalidades, cultivando milho, feijão, mandioca, bananas, cana-de-açúcar, café e farinha de milho (MYSKIW, 2008).

Apesar das medidas colonizadoras promovidas pelos países, no início do século XX, a área ainda permanecia inóspita e isolada dos centros políticos e administrativos. Nove anos após a instalação da colônia militar brasileira, sua população flutuante e fixa alcançava 765 pessoas. Muitas eram as dificuldades para o aumento da população brasileira, a primeira delas era o isolamento da área em relação aos outros centros urbanos brasileiros, impedindo não só a comunicação, mas também o transporte de víveres, dinheiro e equipamentos (CURY, 2010).

O isolamento do local era tamanho que os administradores da colônia logo perceberam a necessidade de manter contato e comercializar produtos com os países fronteiriços, sendo essa uma das únicas formas de se viver na fronteira.

Durante os quase 30 anos de colônia, diversos militares prestaram serviço no local, como administradores e diretores, produzindo cartas e relatórios sobre a situação da colônia e a população do local. A carta em forma de relatório enviada ao coronel Joaquim de Salles Torres Homem, pelo então diretor da colônia, Tenente Edmundo de Barros em 1896, descreve a maneira como se conduzia a implantação da colônia Militar.

E é do estrangeiro que ainda nos vem alguma coisa, sempre fiada, como alimentação e utensílios por causa de várias medidas que tomei a fim de, protegendo aos colonos, entreter a vinda dos vaporzinhos argentinos, únicos que sobem por estas águas, enquanto houver para elles algum cedro e herba-matte. D'estes productos locais nenhum outro lucro se poderia auferir para esta direcção (Barros, 1986 apud. MYSKIW, 2008. p. 250).

Posteriormente, no relatório de 1898, o diretor da colônia, agora coronel Torres Homem relata o seguinte:

No período de quatorze mezes de minha administração, não se apresentou um só individuo chegado do interior do Brazil, para estabelecer-se como colono, nem o Governo remetteu com o mesmo destino um só ex-praça do Exercito ou Armada (apud. MYSKIW, 2008).

A principal função da implantação da colônia era a defesa do território brasileiro, para isso a colônia deveria promover a permanência dos brasileiros, com uma economia ligada a terra e a produção agrícola. Contudo, como se observa pelos relatos acima, a colônia tinha dificuldades em abandonar a

economia extrativista, que era a principal moeda aceita pelos comerciantes argentinos e paraguaios que forneciam alimentos e outros produtos à colônia militar brasileira.

Do lado argentino, a cidade de Porto Iguazu nasce, em 1901, como consequência desse comércio extrativista. Os primeiros traçados da cidade são produzidos a partir da construção do Porto Aguirre, instalado às margens do Rio Iguazu e em frente à cidade de Foz do Iguazu. A implantação desse porto possibilitou o início da atividade de turismo às Cataratas do Iguazu, que naquela época, já recebia visitantes de diversas partes da Argentina. (PORTO IGUAÇU, 2011).

Segundo a historiografia, a cidade de Porto Iguazu na Argentina, não tem como característica a formação militar ou intenções de colonização para domínio da fronteira, talvez porque a navegação no Rio Paraná já ocorria de forma controlada pelos argentinos, detentores de vapores que interligavam a fronteira à capital do país, Buenos Aires.

Segundo a Prefeitura de Porto Iguazu, a primeira expedição terrestre aconteceu no ano de 1883, integrada por alemães que buscavam terras para imigração e colonização. Junto a essa expedição, uma comissão do governo argentino pretendia eleger "produtos" que pudessem representar a Argentina na "Exposição Universal de Paris"¹⁸, comemorativa do centenário da Revolução Francesa (PORTO IGUAÇU, 2011).

Contudo, o desenvolvimento da cidade de Porto Iguazu só se iniciou a partir da dinâmica portuária e das relações com as cidades vizinhas. A língua falada em toda a fronteira era o espanhol e a moeda utilizada era o peso. Em Foz do Iguazu, o português era falado apenas pelos militares, e assim, permaneceu por todo o período da colônia militar brasileira. Segundo Wachowicz (2002), que escreveu o livro "História do Paraná", um viajante que passava por Foz do Iguazu

¹⁸ Essa exposição ocorreu entre 6 de março e 31 de outubro de 1889 e a Argentina se apresentou em um pavilhão, ao lado de outros 13 países americanos, inclusive o Brasil, tentando apresentar aos franceses as imagens, histórias e culturas produzidas no território Americano (BARBUY, 1996).

perguntou a uma cabocla brasileira sua nacionalidade e obteve como resposta: 'Soy brasileña, señor, gracias a Dios'.

Segundo o relato do viajante Domingos Nascimento, que esteve na colônia em 1903, depois que o Governo do Paraná começou a vender terras aos empresários ervateiros argentinos, a colônia militar tornou-se um "azylo de mendigos". Os empresários contratavam os trabalhadores em diferentes cidades e vilas situadas às margens do Rio Paraná, na Argentina e no Paraguai, e os faziam trabalhar sob condições desumanas, por meses seguidos, dentro da floresta extraindo madeira e erva mate. Ao serem dispensados, dirigiam-se para a colônia militar em busca de alimentos, trabalho, terras para cultivar, ou ainda, à espera de um barco-vapor às margens do Rio Iguaçu ou Paraná para voltar a suas cidades de origem (MYSKIW, 2008).

Conforme relatou o engenheiro militar Cândido Ferreira de Abreu, em 1905, viviam na colônia "cerca de mil almas representadas por peões ou trabalhadores nas matas para extração de erva-mate e madeiras". Já a população colonial era composta por apenas 58 famílias (MYSKIW, 2008). A lista em seu caderno de notas trazia o nome dos colonos residentes e observações sobre alguns deles conforme demonstra a Figura 31.

Figura 31. Lista de residentes na Colônia Militar de Foz do Iguaçu

COLONIA MILITAR DA FOZ DO IGUAÇU		
Relação nominal dos colonos aqui residentes		
Nº	Nome	Observações
1	José Acosta	Solteiro, tropeiro da Colônia
2	Leocádio Correa da Costa	Amasiado
3	Higgino M. Allegre	Casado
4	Estevão Charon	Amasiado
5	Viúva de Joaquim Alves Rodrigues	
6	Guilherme Francisco dos Santos	
7	Ramon Houbes	
8	Simão Nobre	
9	Jesus Val	
10	Amâncio Schwartz	
11	Carmello Benito	
12	Ramon Edmundo Morel	Casado pelo Rocha
13	Manoel Francisco de Lima	
14	Braz Martinez	Amasiado
15	Manoel Alves Serrão	Criminoso, assassino na Argentina e Paraguai
16	André Vera e Clementino Vera	
17	Vicente Alves de Oliveira	Amasiado
18	Adolfo Grande	Amasiado, assassino de Pedro Velho por ordem do diretor.
19	Manoel Zeferino Nascimento	Velho imprestável
20	Pedro da Costa	Amasiado
21	Tibúrcio Ruiz Dias	Amasiado
22	Manoel Francisco de Oliveira	
23	Eugênio de Oliveira	
24	Viúva de Elias Antonio Vargas	
25	Pedro Rodrigues	
26	João da Cruz Romero	
27	Manoel Machado	O alferes aluno Galdino Luiz Esteves, tendo de fazer uma viagem para o centro do Estado [do Paraná], conduziu consigo a mulher do colono, depois de uma cena sensacional passada entre o marido, mulher e amante na qual o revólver da vítima representou importante papel. O ofendido, acabrunhado abandonou o lote onde viveu e trabalhou 14 anos.
28	Marcos Garrido de Aragão	Amasiado
29	Pedro Luiz da Rosa	Solteiro
30	Américo Geraldo da Veiga	Amasiado
31	Silvério Antonio dos Santos	Amasiado
32	Félix Memis	
33	Philadelpho Alvarenga	
34	Izaías Ignácio Pena	Casado pelo Rocha
35	Ignácio Martins	Casado pelo Rocha
36	Jacinto Sarga	

37	José Pedro de Souza	Casado pelo Rocha
38	Panjade Vidal	
39	Manoel Joaquim Ramos	
40	Xisto Aguirre	Amasiado
41	João Ansoategne	
42	Ricardo Val	
43	Cândido Pinto	m. terreno do Estado, rio Paraná, fora dos limites da Colônia
44	Julião Villalba	
45	Pedro Silva	Velho imprestável
46	Isidro Dionerti	
47	Emília Roberti	
48	Antonio de Carvalho	
49	Manoel Gonzáles	
50	Pedro Martins	Carpinteiro da Colônia, solteiro
51	Raphael Ozana	
52	Joao Silva	
53	Amancio Silvestre	
54	Pedro Moura	Louco, solteiro imprestável
55	Ramão Bento	Velho imprestável, estrangeiro
56	Fagundez Gonzáles	
57	Lazaro Duarte	
58	Olympio Soares de Moura	Solteiro

Fonte: ABREU, 1974 apud. MYSKIW, 2008.

Cândido de Abreu relatou ainda que, dos 58 colonos residentes 33 eram estrangeiros, sem, contudo, descrever suas nacionalidades. Dentre outras informações, a lista fornece o estado civil de alguns colonos, e os identifica como "casado pelo Rocha". Observa-se que Rocha era um capelão argentino que se deslocava, de tempos em tempos, para celebrar missas, batizados e casamentos na colônia militar. Por 27 anos, a colônia militar permaneceu como capela da cidade argentina de Possadas, o relato abaixo, de uma moradora de Foz do Iguaçu, descreve como eram as atividades religiosas na cidade (MYSKIW, 2008).

Por ocasião dos festejos de final de ano, à Foz do Iguaçu se deslocavam padres argentinos do Verbo Divino. Toda a redondeza vinha batizar seus filhos nessa oportunidade, inclusive do Paraguai e da Argentina. Muitos não traziam padrinhos, os quais eram improvisados com os moradores locais. (EDHLER, Dora Schloegel, apud. MYSKIW, 2008).

Em 1910, a colônia militar passou à condição de "Vila Iguassu", distrito do município de Guarapuava. Em 1912, o ministro da guerra emancipou a Colônia tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do governo do Paraná, que instituiu então a Coletoria Estadual da Vila. Em 14 de março de 1914, pela Lei

1383, foi criado o município de Vila Iguaçu, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. Em 1916, a cidade passou a fazer parte da paróquia de Guarapuava no Paraná, de onde passaram a vir periodicamente padres para realizar as celebrações (MYSKIW, 2008). A partir de 1918, o município passa a denominar-se "Foz do Iguaçu" (FOZ DO IGUAÇU, 2011).

Em 1916, a região recebeu a visita do aviador Santos Dumont, que partiu de Buenos Aires, na Argentina e chegou à Vila do Iguaçu e a Porto Aguirre¹⁹ por meio de trem e navegação pelo Rio Paraná. O aviador, admirado com a paisagem das Cataratas do Iguaçu, e informado de que não havia nenhuma lei de proteção às Cataratas, prometeu à população local que intercederia junto ao Presidente²⁰ do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, para que fosse criada uma lei em benefício das Cataratas do Iguaçu. No mesmo ano, três meses depois do pedido de Santos Dumont, a área de 1.008 hectares, onde se localizava as Cataratas, propriedade particular do uruguaio Jesus Val, foi desapropriada e transformada em patrimônio público (FOZ DO IGUAÇU, 2011).

Em 1934, a Argentina cria o "Parque Nacional do Iguazu", com 67.620 hectares, destinados a proteger as Cataratas do Iguaçu. Posteriormente, em 1939, o Brasil também cria o Parque Nacional do Iguaçu, com perímetro de aproximadamente 420 km, totalizando 185.262,5 hectares, estendendo-se por 10 municípios paranaenses. Calcula-se que juntos, os parques brasileiro e argentino, possuam uma área contínua de aproximadamente 225 mil hectares (PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, 2011).

Em 1943, o presidente brasileiro Getúlio Vargas, preocupado com a soberania nacional das regiões de fronteira, decidiu instituir novos territórios ao Brasil. O intuito era permitir que o governo federal ocupasse mais diretamente regiões fronteiriças de baixa densidade demográfica, de pequena rede urbana e reduzida presença do poder público.

¹⁹ Atual cidade de Porto Iguaçu na Argentina.

²⁰ Como se chamava o título do governo estadual na época.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o governo decidiu desmembrar seis territórios para administrá-los diretamente: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçu e o Arquipélago de Fernando de Noronha. Por registrar grande presença de grupos paraguaios e argentinos e representar riscos a soberania nacional, em 1943, Foz do Iguaçu, junto com outros municípios, passaram a fazer parte do território do Iguaçu. Depois de 3 anos, a Constituição Federal extinguiu o Território do Iguaçu e a cidade voltou a fazer parte do Estado do Paraná.

Em 1956, os Presidentes Juscelino Kubitschek, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai, estiveram na fronteira para lançar a pedra fundamental para a construção da Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu e a futura Cidade de Leste, fundada, um ano depois, em 1957. A ponte levou cinco anos para ser construída, mas foi inaugurada oficialmente apenas em 1965, com a presença dos Presidentes Castelo Branco e Alfredo Stroessner.

Até a década de 1960, a malha urbana das cidades da fronteira era pouco desenvolvida. A partir desse momento, a urbanização dessas cidades começa a se desenvolver no sentido da Ponte da Amizade, incentivada pelas oportunidades oferecidas pelo comércio entre o Brasil e Paraguai.

Em 1974, iniciam-se as obras de infraestrutura urbana nas cidades brasileiras e paraguaias para a construção da barragem de Itaipu Binacional. As primeiras obras dizem respeito ao asfaltamento de grandes vias que possibilitaram o acesso ao local da barragem. Nesse momento, inicia-se um período de expansão urbana induzida pelo conjunto de obras que deram suporte à construção da usina.

2.2 Políticas Energéticas e a Itaipu Binacional

Para a compreensão do processo que produziu a construção da Usina de Itaipu Binacional, a presente pesquisa realizou uma reflexão sobre o papel da

energia elétrica no desenvolvimento do Brasil e as políticas públicas que conduziram os primeiros processos de industrialização no país.

Apesar de a energia elétrica ter aparecido relativamente cedo no Brasil, na época em que essa modalidade estava sendo introduzida em larga escala nas economias capitalistas mais desenvolvidas, a grande oferta de eletricidade é um fato recente no cotidiano e nas realidades das populações.

A descoberta da eletricidade ocorreu nos primeiros anos de 1800, entretanto, apenas em 1870 deixou de ser uma curiosidade científica e passou a ser utilizada comercialmente e em escala industrial. No Brasil, as primeiras usinas geradoras de eletricidade foram instaladas na década de 1880, sendo, sua difusão no território nacional produzida de forma rápida e contínua (SZMRECSÁNYI, 1986).

D. Pedro II conheceu na Exposição de Filadélfia, em 1876, aparelhos e processos inventados por Thomas Edison. Em 1879, concedeu ao engenheiro norte americano o privilégio de introduzir no Brasil os inventos ligados a utilização da luz elétrica. D. Pedro II pretendia colocar imediatamente esses inventos no Brasil. Entretanto essa possibilidade esbarrou na questão da disseminação da energia elétrica que, só teve início de fato no início da República, nos últimos anos do século XIX. No ano de 1879, portanto, aconteceu pela primeira vez, a demonstração pública da lâmpada elétrica de Edison e, igualmente, a inauguração da iluminação elétrica da estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro (PANORAMA, apud. LIMA, 2006, p. 40).

Os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX foram os de maior crescimento da produção de energia hidroelétrica no Brasil, alcançando taxas de crescimento anual de 31% em 1889, de 46% em 1900 e de mais de 80% em 1910, mantendo essa proporção até o início da II Guerra Mundial (SZMRECSÁNYI, 1986).

2.2.1 A Eletricidade e a industrialização do Brasil

Desde a instalação da iluminação elétrica no Brasil, houvera o interesse de se utilizar esse tipo de energia em escala industrial, como também de estender sua aplicação para outras cidades brasileiras (LIMA, 2006).

A primeira utilização de energia elétrica no país [Brasil] ocorreu em 1883. Foi instalada em Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, em Diamantina, Minas Gerais, com duas bombas d'água para extrair cascalho da mina... Também em 1883 foi inaugurada oficialmente a primeira linha de bondes elétricos do país (PANORAMA, apud. LIMA, 2006, p. 46).

No início da República brasileira, o Estado não tomara grandes medidas a fim de aumentar a produção de energia, sua intervenção ficara restrita a estabelecer leis para o aproveitamento dos recursos naturais. Nesse momento da história, a economia baseava-se em atividades do complexo agro-exportador, que exerciam domínios e decisões segundo seus próprios interesses políticos e econômicos, ficando o setor elétrico reduzido a fontes de energia vegetal ligadas a esse setor da economia (LIMA, 2006).

A princípio foram construídas pequenas usinas, principalmente para a iluminação pública de nossas cidades menores, a partir de Campos (RJ) em 1883. A etapa seguinte foi não só para fins de iluminação e tração urbana, mas também para suprir a demanda de energia pela indústria (MAGALHÃES, 2000, p. 13).

A primeira fase da eletrificação, entre 1880 e 1920, correspondeu às preocupações relativas ao urbanismo e saneamento, à modernização em virtude da abolição da escravatura e à política na proclamação da República (MAGALHÃES, 2000). Em 1887, a capital Porto Alegre foi a pioneira para o oferecimento de serviço público de iluminação elétrica, produzido por meio de uma usina térmica. Logo depois, em 1889, foi implantada a primeira usina hidrelétrica, a fim de gerar energia para a iluminação pública, localizada em Juiz de Fora, no Estado Minas Gerais (LIMA, 2006).

Com o desenvolvimento da produção cafeeira e o conseqüente impulso da produção industrial, o setor econômico começou a exigir maior capacidade de energia, sendo as antigas técnicas de energia vegetal, insuficientes para suprir tais necessidades. Em pouco tempo a produção de energia também passou a ser

uma necessidade do estado, visto que no começo do século a iluminação urbana e o bonde elétrico faziam parte do cenário de diversas cidades brasileiras e consumiam grandes quantidades de energia elétrica (LIMA, 2006).

Nos primeiros anos do século XX, a energia elétrica passou a ser produzida por pequenas usinas hidrelétricas ou centrais térmicas que prestavam serviços aos municípios, construídas com capital municipal ou com a ajuda do setor agro-exportador. Outra forma de conseguir investimentos foi através de companhias estrangeiras, como a Light, implantada primeiramente em São Paulo e, depois no Rio de Janeiro, detentora de capital econômico totalmente canadense (LIMA, 2006).

Os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas foram marcados pela reorientação da economia brasileira e pelos avanços no setor de energia elétrica. O governo pretendia substituir as importações e desenvolver a produção interna e a indústria de base do Brasil. A quebra da bolsa de 1929 produziu uma crise de grandes proporções para o capitalismo mundial, despertando o governo para a necessidade de participar ativamente da economia e operar como um agente direto da produção. Essas políticas foram direcionadas para a produção de alternativas à economia brasileira e para buscar novamente a estabilidade e o equilíbrio do país (MANTEGA, 1990).

Segundo Draibe p. 139 - 141, (1985), a partir de 1930, ocorre no Brasil a “presença específica do Estado na Economia” e a “conformação de um aparelho econômico centralizado que estabelece suporte efetivo e políticas econômicas de caráter nacional”. A partir deste momento, o Brasil passa a almejar a implantação de um setor de indústrias de base, redirecionando o eixo da economia do país.

A migração da economia de agroexportação para a economia de indústria no pólo urbano, necessitava de novos investimentos no setor da eletricidade e não poderia ser conduzida perante a realidade brasileira do período, na área de energia. Assim, Getúlio Vargas criou, em 1939, o conselho de Águas e Energia Elétrica para promover políticas de desenvolvimento do setor (LIMA, 2006). Sendo esse, segundo Sonia Draibe (1985), um período caracterizado pela

primeira fase da industrialização do Brasil, chamado de “restringida” e que fez amadurecer o projeto futuro de industrialização pesada no Brasil.

O fato de Getúlio Vargas ter incentivado a industrialização foi muitas vezes ligado ao nacionalismo. Criou a carta de 1937, onde estava prevista uma nacionalização progressiva de certos setores da economia brasileira, como da exploração de minas e quedas d'água, assim como das indústrias essenciais para a defesa militar ou econômica. Exigiu ainda, que os bancos e companhias de seguros que funcionassem no Brasil tivessem acionistas brasileiros e que as empresas estrangeiras fossem nacionalizadas no prazo da lei. Para as companhias de energia elétrica, teve que fazer uma exceção, pois não havia, naquele momento, empresa brasileira em condições de desempenhar essa função (LIMA, 2006, p. 52).

Desde a posse de Getúlio Vargas em 1930, o Brasil vinha, aos poucos, mudando seu perfil econômico, investindo em siderurgia e, depois, entre 1951 e 1954, na Petrobrás, visando alcançar a autonomia econômica. Contudo, na década de 1950, a principal economia do país ainda era produzida pela exportação de café, de algodão, de açúcar, de tabaco, de couros, de cacau, e da importação de manufaturados (SCHILLING, 2011).

O plano nacionalista de Getúlio Vargas, duramente marcado por um grande contexto de autoritarismo, chegou ao completo esgotamento na década de 1950. Segundo Sônia Mendonça (1988), o nacionalismo possuía questões contrárias ao modelo de industrialização pretendido, alcançando a total estagnação. Em 1953, com a queda no preço internacional do café, o clima de insatisfação das massas urbanas mostrava-se evidente, o que levou o governo a propor novos planos para a reabilitação da economia e para o aparelhamento industrial. Em 1954, intensifica-se a abertura da economia para o capital estrangeiro e conseqüentemente o desequilíbrio na balança de pagamentos.

2.2.2 Políticas para um Brasil moderno

Em meados da década de 1950, além da abertura da economia para o capital estrangeiro, abre-se espaço para as idéias de um Brasil forte, capaz e que poderia unir o Estado, as empresa privadas nacionais e o capital estrangeiro em

prol do desenvolvimento. Os projetos de hidrelétricas começaram a aumentar nesse período, sendo a produção de energia essencial para a crescente demanda industrial do Brasil.

Em 1956, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do Brasil mantendo a abertura dos mercados e as facilidades ao capital estrangeiro, além de promover uma intensa atividade do estado, fomentando o processo de industrialização no país. O governo de Juscelino rompeu totalmente com as políticas anteriores, sendo marcado por uma política que ampliava a participação social no governo.

Dias depois de sua posse, o Presidente Kubitschek resolveu anunciar seu Programa de Metas, que continha 31 objetivos, divididos em 5 grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Tratava-se de um ambicioso projeto para transformar o Brasil numa nação industrializada, no mais breve tempo possível, justificando, assim, a sua promessa de campanha de fazer “50 anos em 5”. (LAFER, 2002).

“O Plano de Metas foi um marco na reelaboração qualitativa das relações entre Estado e economia no país. Integravam-se pela primeira vez, sob o controle do governo, as atividades do capital público e do privado (nacional e estrangeiro) através de um planejamento que definia as prioridades de investimento, bem como as estratégias para dirigir os recursos privados para essas áreas. O Estado adquiria novas funções e esferas de atuação econômica que passavam desde a sua definição como banqueiro do capital privado (...) até o seu papel de proprietário (MENDONÇA, 1988, p.50)

No Programa de Metas, o setor de energia, abarcava 43,4% dos investimentos previstos, o que ocasionou o aumento da oferta de energia de 3.550.000 KW em 1955, para 7.412.400 KW em 1965 (LAFER, 2002). Segundo Lima (2006), o desenvolvimento produzido por Kubitschek, somado à construção de Brasília, fez surgir nas grandes cidades figuras como o *playboy*, operários de macacão - símbolos da indústria automobilística - além do grã-fino do café-soçate. O espírito da modernização e do desenvolvimento foi difundido até atingir o ideário da população. Era a utopia, que despertava pensamentos patrióticos e de orgulho da nação, e isso tudo, direcionado para alcançar o ideal de progresso.

Juscelino Kubitschek tinha a estratégia econômica e política de integrar o Brasil no cenário internacional e no jogo das grandes potências capitalistas. O seu conselho de desenvolvimento era composto por grupos de trabalho formado por pessoas especializadas em cada assunto. Foram 18 grupos iniciais. O grupo da energia elétrica foi composto por técnicos da Cemig-Concessionária de energia Elétrica de Minas Gerais, cujos estudos se restringiam às questões do setor e não à política. A primeira meta do plano foi bem sucedida, pois consolidou infraestrutura energética, de transporte e de insumos básicos no país, implantando novos setores da indústria pesada e aliviando a importação destes itens. (LIMA, 2006, p.61).

Segundo Mendonça (1988), a construção de Brasília constituiu-se como meta síntese do governo de Juscelino Kubitschek, sendo o símbolo da campanha dos "50 anos em 5" anunciando a constituição de um novo Brasil.

O Brasil vivia um período de prosperidade econômica, o que significa dizer que, no futuro, haveria aumento na exigência da capacidade geradora de energia. O discurso da modernidade e do progresso propagado afirmava ser a energia um elemento fundamental para sustentar a vida industrial e urbana de um país (MASCARENHAS, 2009, p. 12).

Nessa linha de abordagem, grandes projetos foram concebidos e executados, o que fundamentou o Brasil moderno e desencadeou em processo de urbanização.

2.2.3 Políticas brasileiras de desenvolvimento no contexto internacional

A política de desenvolvimento implantada por Juscelino estendia-se não apenas ao Brasil, mas também a outros países subdesenvolvidos. O plano pretendia promover ações que garantissem uma sociedade internacional mais justa, tanto com progresso material, quanto social.

Dentro desse cenário de relações internacionais, no que concerne às relações entre o Brasil e o Paraguai, Kubitschek, logo no primeiro ano de governo, em 1956, demonstrou interesse em construir uma ponte ligando os territórios do Brasil e Paraguai (SILVA, 2006). A ocasião política mostrava-se propícia para o início das relações internacionais entre os dois países. A ascensão do General

Strossner, em 1954, e seu bom relacionamento com Juscelino Kubitschek foram fundamentais para o entendimento e a aproximação brasileira e paraguaia. Essas relações estiveram voltadas ao desenvolvimento econômico do Paraguai e à geopolítica brasileira de atrair o Paraguai para sua zona de influência, articulando-se um futuro mercado consumidor (MAGNOLI, 1991).

Para o Paraguai a saída rodoviária a leste do país era uma alternativa que mudaria completamente sua dinâmica econômica e sua organização produtiva, que até então, dependia da utilização de portos e da autorização da Argentina para a navegação na Bacia do Prata e a utilização do porto de Buenos Aires.

Em 1957, iniciaram-se diversas obras no Paraguai com capital brasileiro, além da construção da ponte da Amizade, outras obras foram iniciadas, como a rodovia que liga Concepción a Pedro Juan Caballero²¹ e a usina de hidrelétrica no Rio Acaray, onde o Brasil passou a comprar parte de sua produção (SILVA, 2006).

Ainda em 1957, incentivado pela nova política de desenvolvimento, o governo paraguaio funda Cidade de Leste com o nome de Porto Presidente Strossner. Locada às margens do Rio Paraná, e em frente à cidade brasileira de Foz do Iguaçu, a cidade iniciava-se aos pés da futura ponte internacional, que veio a ser batizada com o nome de ponte da Amizade, em alusão ao momento histórico vivido pelos dois países.

Dois anos depois do início das relações internacionais com o Paraguai, o governo de Kubitschek lança, em 28 de maio de 1958, a operação Pan-Americana. Era uma iniciativa ousada que difundia a união dos países do continente americano como uma tentativa de eliminar o subdesenvolvimento dos países e promover a solidariedade entre os povos. O Pan conduziu a uma operação que convocava os países ricos a contribuir para o desenvolvimento dos países mais pobres, deixando estes de serem meros expectadores de sua realidade (SILVA, 2006).

²¹ Dados sobre a malha rodoviária do Paraguai mostram que, em 1954, o total da malha era de 1.215 km, sendo apenas 87 km asfaltados. Dezoito anos depois, em 1972, a malha passou para 6.472 km, com 860 km asfaltados.

As obras produzidas pelo Brasil no Paraguai, principalmente as rodoviárias, foram consideradas um exemplo concreto da política Pan-Americana, que possibilitava a integração viária entre os países, alcançando tanto o atlântico quanto o pacífico (SILVA, 2006). A política Pan-Americana por diversas vezes foi criticada, com argumentos de que o Brasil possuía diversas áreas carentes de desenvolvimento, como o Nordeste e a Amazônia, e deveria concentrar-se nelas primeiramente. Também eram questionados os interesses do Brasil em desenvolver o Paraguai, um país considerado pequeno e de imensa pobreza, que em um futuro próximo não poderia se apresentar como um mercado consumidor para o Brasil (LIMA, 2006).

2.2.4 O Regime militar no Brasil e a Itaipu

Com o golpe Militar de 1964 no Brasil, interromperam-se momentaneamente as relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai embora Mora (1993) afirme que as forças armadas dos dois países mantinham uma colaboração recíproca (apud. SILVA, 2006).

O período da Ditadura Militar Brasileira representou definitivamente o período da construção da Usina de Itaipu Binacional. A obra levava duas bandeiras importantes: a primeira, do Brasil, em prol da industrialização e da modernização para se alcançar um “país potência” (MASCARENHAS, 2009), e a segunda, do Paraguai, que anunciava a grande geração de renda e desenvolvimento que a usina proporcionada ao país.

O regime militar teve início com um golpe justificado pela necessidade de se conter a inflação, tida como favorecedora da crise social, restabelecendo-se a ordem social do país, para retomar o crescimento econômico paralisado. A doutrina aplicada baseava-se na segurança nacional, sem margem para divergências de opinião ou interesses contrapostos ao sistema (LIMA, 2006).

Durante a Guerra Fria, o Brasil estabeleceu uma política de alinhamento com os Estados Unidos, formando a ideologia da segurança nacional. Esta, baseou-se num sistema autoritário de

governo e numa política externa interessada em classificar o Brasil como uma potencia emergente (LIMA, 2006).

Nesse período, diversos geopolíticos da ESG - Escola Superior de Guerra, destacaram-se como o General Golbery do Couto e Silva, que desde a década de 1950 participava de conspirações, todas frustradas nos regimes populistas anteriores ao golpe de 1964 (LIMA, 2006).

Como a ESG foi organizada com a finalidade de analisar os problemas do país e elaborar soluções, não deixa de ser natural que, se um governo é muito débil, a ESG lhe faça oposição. Como os governos de Vargas, Kubitschek (o melhor de todos) e Goulart foram débeis, a ESG, naturalmente, e desde uma perspectiva intelectual, se punha contra eles (GOLBERY, apud. FILHO, 2001, p. 176).

A geopolítica “golberyana”, como ficou conhecida, difundia três pontos básicos: o primeiro, que a Nação Brasileira dependia da atuação de elites militares e que essas deveriam controlar os mecanismos de decisão do estado para provocar o enfraquecimento de outros poderes; o segundo, que o estado era o verdadeiro responsável e promotor do desenvolvimento no Brasil; e o terceiro, que o Brasil deveria emergir como uma potência na América do Sul, estabelecendo uma hegemonia política sobre a Bacia Platina e Amazônica para, posteriormente, constituir um bloco ocidental integrado e comandado pelos Estados Unidos (MAGNOLI, 1997).

A política para a supremacia do Brasil, perante os outros países da América do Sul, incentivada em grande parte pelos Estados Unidos, dizia respeito principalmente à Argentina, que sempre se manteve vinculada à Europa, recusando-se a realizar alianças com os americanos. A hegemonia brasileira neutralizaria a Argentina, que no momento figurava como um estorvo para o domínio dos Estados Unidos sobre o continente americano.

Segundo Mendonça e Fontes (1996), a ESG possuía uma ideologia vinculada à segurança nacional e ao controle extremo da população, sendo essas medidas fundamentais para a economia do país:

A visão dos problemas relativos ao desenvolvimento brasileiro fundamentava-se: na crença da segurança como pré-condição do desenvolvimento de controle global da sociedade e, sobretudo, na

prioridade das questões econômicas sobre as políticas (MENDONÇA; FONTES, 1996, p.37).

Segundo Boris Fausto (1988), com o objetivo de retomar a expansão econômica do Brasil, o governo militar exigiu grandes sacrifícios da população brasileira, especialmente os mais pobres. A Política Militar consistia em realizar uma grande recessão em toda a sociedade, já que, restringindo o consumo o governo alcançaria o objetivo de conter a inflação, os pontos principais a serem atingidos eram: reduzir gastos públicos e salários, além de contrair créditos privados.

O governo acreditava que a causa da inflação era o excesso de demanda na economia (a demanda era maior que a oferta), que fazia os preços dos bens e serviços aumentarem. Assim, para combater a inflação o governo reduziu seus gastos, restringiu o crédito (por meio do aumento das taxas de juros) e adotou uma nova política salarial que impedia o aumento dos salários a uma velocidade maior que a taxa de inflação, provocando uma grande redução no salário real da população. A inflação que foi de 91,8% em 1964, caiu para 30,4%, em 1967 (BELLINGIERI, 2011, p. 15).

A redução salarial de 1964 promoveu a “erosão dos salários reais e da qualidade de vida dos trabalhadores”. São exemplos concretos dessa política, que desfavoreceu as classes mais baixas, o grande número de acidentes de trabalho, os altos índices de desnutrição crônica e a proliferação das doenças endêmicas (MENDONÇA e FONTES, 1996, p. 28).

A recessão programada e imposta às classes mais pobres gerou o famoso “milagre econômico” entre 1968 e 1974, período em que a economia alcançou melhora em seu desempenho, garantindo altos lucros a empresas oligopolistas, nacionais e estrangeiras. O período acentuou a expansão das grandes empresas e a concentração de rendas através da monopolização da economia, com o saneamento de pequenas empresas que não tinham estrutura para se readequarem ao quadro de reformas e reajustes econômicos (MENDONÇA e FONTES, 1996, p 22).

A característica mais significativa desse modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição

que seu caráter anti-social tende a estimular (FURTADO, 1981, p.119)

A produção de energia, extensamente ampliada no governo de Kubitschek, mostrava a necessidade de novos investimentos no governo militar. As preocupações no setor elétrico estavam voltadas, além do suprimento futuro para a Amazônia e Nordeste, ao fornecimento de energia elétrica à Brasília. Durante o período do "milagre econômico" - 1967 a 1973 - o setor de energia elétrica teve grandes realizações e os investimentos cresceram em torno de 14% ao ano (LIMA, 2006).

A política centralizadora aplicada, cujo governo militar tinha o total controle sobre todas as esferas de poder, causou mudanças também no setor elétrico. A Eletrobrás, criada em 1961 com o objetivo de realizar projetos visando à construção e operação de usinas e linhas de transmissão, passou a comandar todas as decisões e planejamentos referentes aos recursos do setor elétrico. (LIMA, 2006).

Em 1968, é criada a Centrais Elétricas do Sul do Brasil – Eletrosul S.A., subsidiária da Eletrobrás, sob a forma de sociedade anônima de economia mista, sendo essa vinculada ao Ministério de Minas e Energia, atuando na produção de usinas para geração de energia elétrica e construção de linhas de transmissão de energia no Sul do Brasil (ELETROSUL, 2011).

O tratado de Itaipu, instituído em 1973, também foi de grande importância ao setor elétrico, criando pela primeira vez no Brasil uma empresa energética de caráter binacional. Para distribuir a energia produzida por Itaipu, a Lei 5899 de 1973 encarregou a Eletrobrás de adquirir a totalidade da energia produzida por Itaipu, ficando essa encarregada de comercializar com suas empresas subsidiárias, Furnas e Eletrosul, toda a energia produzida (BRASIL e PARAGUAI, 1973).

A Itaipu tornava-se neste período a esperança das autoridades de transformar o Brasil em uma grande potência mundial, aparecendo nos discursos como um projeto que demonstraria, no futuro, uma Nação forte e respeitada. (MASCARENHAS, 2009, p. 672).

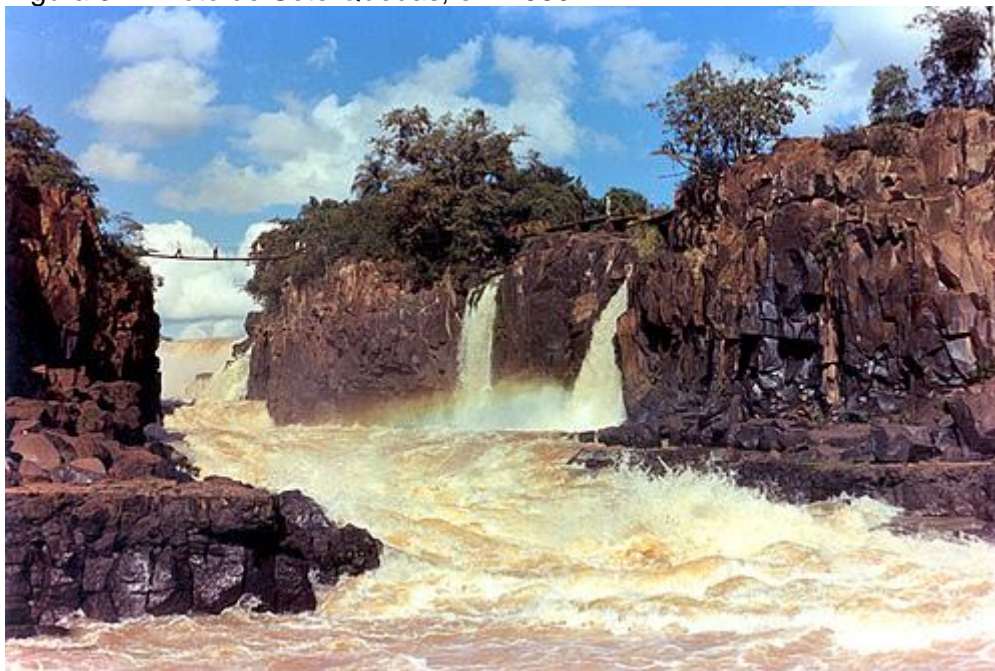
2.2.5 Os estudos para a implantação da usina

Logo após a guerra do Paraguai, em 1872, o Brasil efetuou um tratado de limites, onde pela primeira vez as Sete Quedas aparecem como divisora do território entre Brasil e Paraguai, na altura do Estado Brasileiro de Mato Grosso do Sul. Os saltos de Sete Quedas eram formados por uma exuberante paisagem de quedas d'águas que penetravam um grande cânion ao longo do Rio Paraná.

Segundo Lima (2006), a referência mais antiga sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico de Sete Quedas, data de 1908, através da Ementa n. 149 intitulada "Aproveitamento da força hidráulica de Sete Quedas e Urubupungá". Ainda conforme a autora, posteriormente aconteceram diversas manifestações para estudo do local, dentre as quais podemos citar:

- Em 1927 - estudo de aproveitamento de Sete Quedas por Euzébio de Oliveira;
- Em 1928 - relatório de estudo efetuado por Anibal Alves de Bastos;
- Em 1930 - estudo elaborado por Hildebrando Accioly, alertando para a necessidade de verificação da linha de fronteira;
- Em 1935 - estudo para aproveitamento hidrelétrico elaborado por Eurico Sodré e Asa W.K. Billings;
- Em 1949 - Álvaro Teixeira Soares produz memorando destacando a importância do aproveitamento hidráulico de Sete Quedas para o desenvolvimento brasileiro e para o equilíbrio do relacionamento com o Paraguai e Argentina;
- Em 1953 - a Comissão Internacional da Bacia do Paraná-Uruguaí realizava estudos no Rio Paraná e, em 1956, apresentava os primeiros relatórios a respeito do assunto;
- Em 1956 o processo 693, do governo de Juscelino Kubitschek, contendo o despacho do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, concordando com a criação de uma comissão, para estudo do aproveitamento de Sete Quedas (LIMA, 2006).

Figura 32. Foto de Sete Quedas, em 1980.



Fonte: Guaira, 2010

Muitos anos de estudo antecederam às assinaturas dos contratos para a implantação da Usina de Itaipu Binacional. A intensificação desses estudos ocorreu a partir da década de 1960, e segundo John Cotrim (1995), o Presidente Janio Quadros, em 1961, já idealizava a construção de uma usina hidrelétrica utilizando o grande potencial de Sete Quedas, pois pretendia marcar seu governo com a realização de uma grande obra.

Informado de que o maior potencial hidrelétrico Brasileiro conhecido era Sete Quedas, anunciou sua decisão de iniciar imediatamente seu aproveitamento. A notícia criou grande alvoroço e perplexidade, tanto na opinião pública como dentro do setor de energia elétrica, em particular, pois, sabidamente, não havia nenhum estudo em profundidade sobre a matéria e, além do mais, (...) o suprimento de energia elétrica a região, a que se destinara a energia de Sete Quedas, já estava equacionado para muitos anos a diante (COTRIM, 1995, apud. LIMA, 2006 p. 129).

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o vice João Goulart logo assumiu a idéia da construção da usina, com a meta de superar Furnas e Três Marias que estavam sendo construídas. Em 1962, o Presidente João Goulart contratou um estudo para o aproveitamento das quedas ao escritório de Octávio Marcondes Ferraz, o qual esboçou um histórico da região dos saltos, produzindo um relatório final que analisou o objeto da seguinte forma:

No rio Paraná, na altura de Guaíra, existe um desnível brusco denominado “Sete Quedas” onde se inicia um “cânion” que separa o Brasil e o Paraguai e que indo até a confluência com o rio Iguazu, prossegue como fronteira entre a Argentina e o Paraguai. [...] A presença do cânion após um percurso em leito largo, provoca uma enorme variação de desnível na base das quedas, quando a descarga varia. Este fato torna em certas oportunidades, o desnível praticamente imprestável para aproveitamento industrial e econômico. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, apud. LIMA, 2006).

Os resultados do estudo produziram dados hidrológicos e topográficos do local, além de análises sobre o aproveitamento do desnível das quedas e a questão da difícil navegação. A indicação do estudo foi para a construção de uma barragem acima das Sete Quedas, na cidade de Guaira, no território brasileiro, com 21 turbinas, que gerariam um total de 10.000 MW²² de energia, isso significava 3 vezes mais do que o consumo brasileiro naquele momento (LIMA, 2006).

A divulgação desse estudo virou notícia em todo o Brasil, e logo atravessou a fronteira e repercutiu de forma negativa no Paraguai. O Paraguai não aceitava o tratado de limites de 1872 e questionava a demarcação da fronteira nas proximidades de Sete Quedas, entendendo o 5º salto como parte de seu território²³. Esse impasse deu início a um dos maiores conflitos entre os dois países, que perdurou por longos anos, necessitando de grande esforço no campo da diplomacia para ser superado.

Depois de diversas discussões e acusações por parte dos países, os Presidentes Alfredo Stroessner e João Goulart encontraram-se no Estado do Mato Grosso e acordaram que as águas da fronteira não seriam utilizadas sem o consentimento de ambos os países.

Posteriormente, Paulo Richer, presidente da Eletrobrás e Oliveira Brito, Ministro de Minas e Energia, foram convidados para participar de uma reunião no Paraguai, com o General Stroessner. Logo no início da reunião o general proferiu as seguintes palavras: "Eu recebo os senhores aqui, mas quero dizer que o meu governo derramará a última gota de sangue para defender nosso patrimônio".

22 Atualmente, a Hidrelétrica Itaipu Binacional possui 20 turbinas e produz um total de 14.000 MW de energia.

23 A questão era referente a uma área de aproximadamente 20 km.

(apud. LIMA, 2006). A partir desse momento, verificou-se que a realização de algum projeto de aproveitamento de salto de Sete Quedas estaria na dependência da participação do Paraguai

2.2.6 A Constituição de Itaipu Binacional e os conflitos históricos da guerra do Paraguai

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1957, quando o governo brasileiro promovia ações para o desenvolvimento econômico e social no Paraguai, foi assinado um acordo com investimentos do Brasil, na área da educação. O investimento foi direcionado para a revisão dos textos escolares do Paraguai, retirando termos ou frases, referentes à guerra do Paraguai, que pudessem fomentar a inimizade entre os países. O acordo mostra, que quase cem anos após a Guerra da Tríplice Aliança, as marcas sociais do conflito ainda permaneciam na memória da população paraguaia (SILVA, 2006).

Nas primeiras quatro décadas do século XX, o Brasil e Paraguai nutriram sentimentos que os distanciavam um do outro. As desconfianças nascidas da guerra da tríplice Aliança (1865 a 1870) persistiam presentes principalmente no imaginário paraguaio, e somente viriam a ser superadas a partir dos anos de 1950, quando houve sinalizações mútuas no sentido de promover o entendimento bilateral. (SILVA, 2006, p.3)

A consequência histórica da Guerra do Paraguai entre 1865 e 1870 ainda era um fato vivo na lembrança e na vida da população na época da implantação da Usina de Itaipu Binacional. O clima político entre os dois países pode ser observado no texto do livro do Embaixador Mário Gibson Barbosa que, para promover a efetivação do acordo entre os dois países e dar continuidade aos estudos de implantação da obra, assumiu a embaixada brasileira em Assunção, no ano de 1966:

O Paraguai, que nos disputava acirradamente um trecho da fronteira comum, estava comemorando cem anos do que denominava "o martírio da raça". A guerra da Tríplice Aliança ocorrera de 1865 a 1870. Eu chegava em novembro de 1966. O "martírio da raça" éramos nós, os brasileiros, como principais

vencedores e como país que carregava o maior ônus da guerra, que tínhamos imposto aos paraguaios. Era esse o clima à minha chegada: nós é que havíamos aniquilado a nação paraguaia: e eu era o representante oficial dos autores do martírio. (BARBOSA, 1992, pp.85-86)

Desde a Guerra da Trílice Aliança, o Brasil não enfrentava uma situação tão delicada com o Paraguai quanto a que se formou em virtude da disputa sobre o domínio de Sete Quedas. O Paraguai não aceitava os tratados de limites e dificultava ao extremo as negociações para a execução de um estudo aprofundado para a construção da usina.

Por fim, depois de diversas negociações políticas e acordos frustrados, visto que nenhum dos dois países estava disposto a ceder diante da dúvida da fronteira, as negociações tiveram um desfecho inusitado: concluiu-se que, dependendo da cota de alagamento que fosse utilizada pela usina, o território da disputa poderia ficar submerso, tornando as disputas sem nenhum sentido. (LIMA, 2006).

Assim, depois de dois dias de negociações na cidade de Foz do Iguaçu, no dia 22 de junho de 1966, o Brasil e o Paraguai finalmente assinaram a declaração conhecida como “Ata das Cataratas”. No documento, o governo dos dois países dispunha a efetuar conjuntamente um amplo estudo sobre o potencial energético do Rio Paraná, no trecho entre Guaíra e Foz do Iguaçu (ITAIPU, 2010).

Um pequeno remanescente da controvertida área de limites foi, por sua vez, futura e brilhantemente solucionado por um acordo entre os dois países, transformando-a em reserva ecológica binacional - o refúgio Ecológico Maracaju - administrado pela Itaipu Binacional (COTRIM, 1999, p. 79).

Em 1973, depois da conclusão dos estudos de viabilidade técnico-econômico confiados à Engineering Company, de São Francisco na Califórnia, e à Electroconsult, de Milão, na Itália, o Brasil e o Paraguai assinaram um tratado para a implantação do projeto, onde a barragem cruzaria o Rio Paraná entre as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil e Hernandárias, no Paraguai. No acordo a energia gerada pela hidrelétrica seria igualmente dividida entre os dois países, cabendo a cada um o direito a 50%, e ao Brasil, a preferência de compra da energia excedente do Paraguai (ITAIPU, 2010).

Esse acordo pode ser visto como o coroamento de muitos anos de negociações e entendimentos, que levaram à superação de parte dos problemas históricos, que esses países carregavam, e ao estabelecimento de um acordo estratégico para o aproveitamento mútuo dessa grande fonte energia.

Para executar as diretrizes do tratado, foi criada a entidade denominada Itaipu Binacional, onde tomaram parte a Eletrobrás, Centrais Elétrica Brasileira S.A. - sociedade anônima de economia mista brasileira, com sede em Brasília - e a ANDE - Administración Nacional de Electricidad, entidade autárquica paraguaia, com sede em Assunção. (BRASIL e PARAGUAI, 1973)

A partir desse acordo, a Itaipu Binacional ficaria responsável por realizar o melhor aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná e zelar pelos interesses de ambos os países, podendo projetar, dirigir e executar todas as obras correspondentes à implantação do projeto, bem como colocá-las em funcionamento e explorá-las da forma mais adequada.

2.2.7 Itaipu como estratégia geopolítica

Entre os possíveis locais para implantação de usinas hidrelétricas, o Rio Paraná aparece sempre em destaque, mais precisamente pela força dos saltos de Sete Quedas, que se constituíam em um excepcional potencial energético.

A intenção de transformar o Brasil em uma potência mundial fazia parte de um projeto geopolítico que teve como foco a construção de uma hidrelétrica. (MASCARENHAS, 2009). O projeto de Itaipu aparecia nos discursos como uma promessa de desenvolvimento capaz de colocar o Brasil num cenário de prosperidade.

A usina hidrelétrica de Itaipu foi construída entre os anos de 1975 e 1983, ou seja, durante o período da ditadura militar, e traduzia a ideologia do regime de transformar o Brasil em um país potência, legitimando a política nacional. O principal fator que contribuiu para a instalação e construção da Usina nessa região do Estado do Paraná, foi o grande potencial hidrográfico do Rio Paraná. (MASCARENHAS, 2009, p. 671).

Contudo, outros fatores também foram relevantes para determinar que esse território, aparentemente tão longínquo dos centros de decisão e repleto de conflitos sociais e internacionais, fosse escolhido para solucionar um problema de tamanha grandeza e que dizia respeito às regiões metropolitanas do Brasil.

A construção do gigantesco projeto hidrelétrico da Itaipu Binacional (12.602 mW) no rio Paraná, construídos durante os governos militares (1964-1985), representou mais do que fronteiras vivificadas e/ou o fornecimento de energia elétrica para a construção do Brasil Potência. Não se tratava de uma estratégia defensiva, mas ofensiva, já que dentre seus múltiplos propósitos estavam (1) a disputa Brasil-Argentina pela hegemonia do continente sul-americano; (2) a inibição da industrialização no nordeste argentino pela redução do potencial hidrelétrico do rio Paraná à jusante da represa e; (3) o bloqueio à navegação argentina nos rios interiores da Bacia do Prata, com o inevitável impedimento do escoamento de produtos paraguaios pelo porto de Buenos Aires. (ANDERSEN, 2008, p.13)

Para compreender a dimensão das questões diplomáticas que envolveram a implantação da Usina de Itaipu, é necessário entender primeiramente a extensão da Bacia do Prata, local onde a usina foi implantada:

A bacia do Prata estende-se do Altiplano Boliviano ao Oceano Atlântico e da chapada dos Parecis até o Sul de Buenos Aires. Abrange cinco países: Brasil, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai. Os seus principais rios são: o Paraguai, o Paraná e o Uruguai [...] A bacia mede no eixo Norte-Sul 2.500 quilômetros e, de Leste-Oeste, 2.100 quilômetros (LIMA, 2006).

O Rio Paraná é o rio mais importante da Bacia do Prata, possui uma extensão de 2.570 quilômetros, a partir da confluência dos Rios Grande e Parnaíba, que lhe dão origem e percorre 890.000 quilômetros quadrados no território brasileiro, 565.000 no território argentino e 55.000 no território paraguaio (LIMA, 2006).

O leito do Paraná é de dimensões muito variáveis. [...] Até sua confluência com o rio Paraguai, o Paraná mede entre 150 e 2500 metros de largura (CAUBET, 1991).

A possibilidade de utilização e manipulação das águas do Rio Paraná, para construir uma usina hidrelétrica, causou grandes protestos na Argentina. Para o país, a navegação pelo Rio Paraná sempre teve um papel fundamental na sua economia, especialmente no final do século XIX e início do XX, na época da economia extrativista. A Argentina havia investido milhões de dólares

estruturando portos e desenvolvendo embarcações que pudessem interligar Porto Mendes, em Foz do Iguaçu, no Brasil, até Porto de Buenos Aires, na Argentina, sendo que, qualquer intervenção no rio poderia causar graves prejuízos (LIMA, 2006).

O Brasil, no entanto, não contabilizava grandes lucros com o referido rio. A navegação sempre lhe foi desfavorável, devido aos grandes desníveis provocados pelos Saltos de Sete Quedas (Rio Paraná) e Cataratas do Iguaçu (Rio Iguaçu), além de historicamente provocar preocupação quanto à soberania nacional, que no início do século XX sofria pela exploração e invasão de suas terras, principalmente por argentinos, que navegavam pela Bacia do Prata. Construir a Usina era uma forma de abafar as navegações e defender o território.

A Argentina argumentava que a construção da usina de Itaipu, além de prejudicar as navegações, traria grandes prejuízos ao futuro do setor elétrico do país devido à redução do calado do rio e da força das águas, impossibilitando a construção de usinas hidrelétricas a jusante do rio. Segundo o ex-ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil, Mauricio Joppert, a Argentina já havia realizado estudos para a implantação de projetos hidrelétricos nessa área de fronteira, especialmente no Rio Paraná:

O projeto argentino previa a construção de três usinas: uma em Porto Iguaçu, na foz do mesmo nome, com 7.400.000 KW de potencia instalada; outra em Corpus, com 4.600.000 KW, e a última em Ápipé, mais abaixo, a jusante de Posadas, com 3.200.000 KW. Os três aproveitamentos somariam um total de 15.200.000 KW (JOPPERT, apud. LIMA, 2006, p.169).

O Paraguai, por sua vez, não se posicionava em relação à construção da Usina de Itaipu, mesmo sendo beneficiário, de 50% da energia, em condomínio com o Brasil. O General Alfredo Stroessner desenvolveu uma atitude pendular frente às desavenças com a Argentina, e aparentemente não demonstrava interesse na construção da usina. Segundo Pereira (1974), havia questões políticas que justificavam a atitude do General Stroessner, o Presidente paraguaio não poderia indispor-se com a Argentina, visto que, a mesma poderia dar apoio a seus inimigos, muitos exilados em seu território, o que poderia provocar a queda de seu governo.

Geograficamente localizado como país de curso inferior em relação ao Brasil e de curso superior em relação à Argentina sobre os rios Paraná e Paraguai, [o Paraguai] carregava uma dupla posição que o impedia de alinhar-se num dos lados. No entanto, estava sempre presente nas reuniões internacionais que tratavam do assunto (LIMA, 2006, p.169).

Assim o Brasil, sem apoio do Paraguai, passou a atuar sozinho nas divergências com a Argentina. A possibilidade que o Brasil possuía de construir um conjunto de barragens, em outros pontos do território, com potencial energético superior ao de Itaipu, provocava críticas por parte da Argentina (LIMA, 2006):

Esta, [a Argentina] recriminava o Brasil de ter levado em conta apenas seus interesses, acusando-o de agir com objetivos geopolíticos, aumentando a hegemonia sobre o Paraguai e procurando prejudicá-la (LIMA, 2006, p.175).

Esclarece Barbosa (1992), que prevalecia na Argentina, uma corrente de pensamento segundo a qual, se o Brasil construísse um pólo industrial de tal grandeza na fronteira norte Argentina, pobre e escassamente habitada, praticamente dominaria toda aquela região.

Também para alguns autores brasileiros, como Magnoli (1990), a construção da Usina de Itaipu binacional não pode ser vista apenas como um caso de potencial energético. O autor sustenta que, o que havia de mais alto valor naquele momento era o aumento da projeção do Brasil sobre a Bacia do Prata, sendo a necessidade de energia elétrica na economia brasileira um fator discutível:

Com efeito, ainda que existisse necessidade estratégica de energia para o projeto nacional de desenvolvimento – mesmo que associado ao capital estrangeiro – a exploração de Sete Quedas não era, naquele momento, de importância imediata, e tampouco economicamente atrativo para o capital quer nacional quer internacional. Neste sentido, defende-se que, antes de ter sido motivada por qualquer imperativo de ordem econômica, a solução diplomática para o litígio com o Paraguai – a Ata das Cataratas – foi, na verdade, a materialização do antigo projeto geopolítico brasileiro para a hegemonia da região do Prata. (MAGNOLI, 1990, p.70).

Diversas teorias sustentam que a escolha desse território mostra a forte intenção política de domínio do Brasil sobre os países sul-americanos, sendo o espaço de fronteira a chave para o êxito dessa pretensão. A estratégia política

ocorria não apenas para desenvolver seletivamente algumas regiões, mas, complementarmente, restringir o crescimento em outras. Para além das especulações sobre o assunto, a implantação da hidroelétrica ampliou a complexidade dos fenômenos de ocupação territorial.

Uma intensa polêmica contrapondo o Brasil à Argentina atravessou a década de 70, desde a assinatura do acordo binacional Paraguai-Brasil, em 1973, dispondo sobre a construção do aproveitamento de Itaipu. Os principais pontos de atrito localizaram-se aparentemente em questões técnicas relativas à altura e ao potencial da hidrelétrica projetada de Corpus, a jusante das Sete Quedas e dependente das especulações construtivas do lago e da hidrelétrica de Itaipu. Entretanto, a moldura geopolítica da discórdia consiste na preocupação Argentina com a satelitização do Paraguai pelo Brasil (MAGNOLI, 1991, p. 40).

As relações internacionais eram tensas, o que trazia expectativa e esperança aos brasileiros, era apreensivo para os Argentinos. O fato é que, tanto a Argentina como o Brasil, pretendiam explorar o potencial do Rio Paraná para a produção de energia elétrica. A Argentina criticava a construção de Itaipu porque pretendia construir a Usina de Corpus, enquanto o Paraguai não tomava partido porque em ambos os projetos ficaria com metade da energia produzida pelas usinas (LIMA, 2006).

Em 1973 a Assembléia Geral da ONU aprova a Resolução número 3129, "Cooperação no campo do meio ambiente relativa aos recursos naturais compartilhados por dois ou mais Estados", que previa a cooperação entre países que compartilham recursos naturais, estes deviam se dar pelo mecanismo de consulta prévia. O que representava uma vitória Argentina, que se tornava sem efeito, pois esta resolução tinha caráter meramente recomendatório, não obrigatório e, portanto, não impedindo o início das obras de Itaipu em 1975. Desta forma, o conflito não se resolveu, pois nenhum dos dois países abriu mão de seus interesses nacionais, restando à Argentina optar pela negociação ou pela guerra. (NEVES, 2008)

Assim, apesar de todas as tentativas Argentinas em vetar a construção de Itaipu Binacional, o Brasil ficou irredutível e não abriu mão da construção da usina. Comprometendo-se, entretanto, a indenizar a Argentina caso a mesma viesse a sofrer algum prejuízo econômico.

Em 1973, o Brasil assinou um acordo com o Paraguai e a Usina de Itaipu tornou-se uma realidade. Contudo, ainda havia a necessidade de um acordo com

a Argentina, visto que a construção posterior da barragem de Corpus, abaixo de Itaipu, poderia causar graves prejuízos à usina de Itaipu.

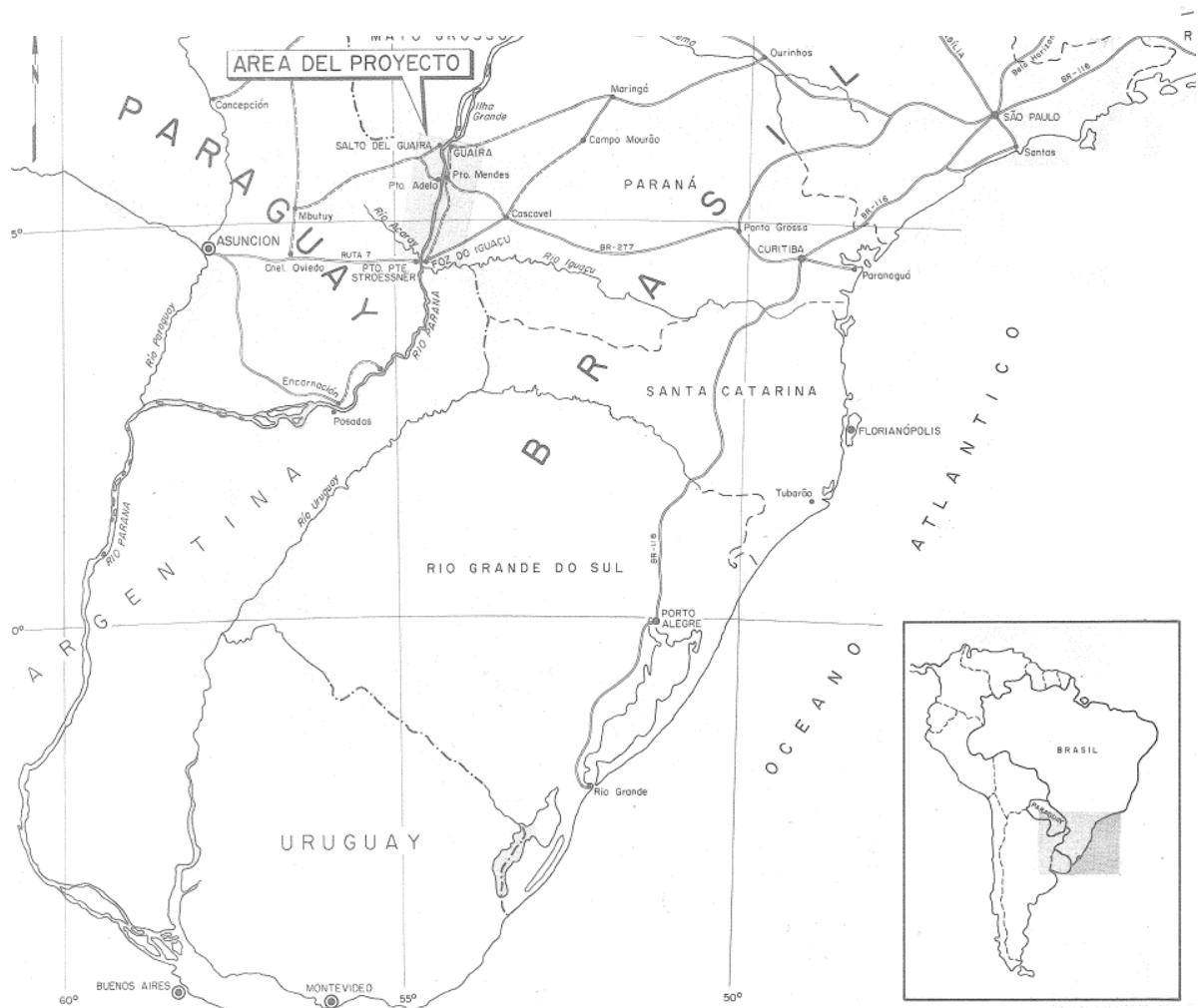
Fazia-se necessário um acordo, para que os três países conseguissem utilizar o potencial do rio. A Argentina passou a negociar com o Brasil e Paraguai a construção da Usina Corpus, pois o aumento na produção de Itaipu significava a redução no potencial de Corpus, ao mesmo tempo em que, se a cota de alagamento pretendida por Corpus ultrapassasse 93 metros, poderia provocar grandes inundações tanto no território brasileiro, quanto paraguaio (LIMA, 2006).

A cota de alagamento pretendida pela Argentina para a Usina de Corpus era de 120 metros, o que alagaria até mesmo as turbinas de Itaipu. O Brasil pretendia instalar 20 turbinas em Itaipu enquanto que a Argentina só concordava com a instalação de 18 turbinas. As negociações arrastaram-se por toda a década de 1970, com diversas propostas que variavam tanto a cota da Usina de Corpus, quanto o número de turbinas que seriam implantadas em Itaipu (LIMA, 2006). Em 1979, representantes dos três países, Brasil, Argentina e Paraguai, reuniram-se em Cidade de Leste, no Paraguai, para assinarem um acordo que ficou conhecido como Acordo Tripartite.

Para Corpus, foi fixada a cota de 105 metros como nível máximo de represamento. Itaipu poderia utilizar simultaneamente as 18 turbinas, produzindo uma potência de 12.600 MW, sendo 700 MW em cada turbina. No entanto, se comprometeu em considerar as condições de navegabilidade do rio Paraná a jusante. (LIMA, 2006, p. 183)

Posteriormente, outras duas turbinas reservas foram instaladas em Itaipu, o que totaliza, a partir de 1990, 20 turbinas. Por fim, o Acordo tripartite parece ter gerado desfechos vantajosos para os três países, que depois da longa crise, conseguiram unir-se em cooperação para aproveitamento comum do Rio Paraná.

Figura 33. Localização da Usina de Itaipu Binacional



Fonte: Itaipu Binacional

3. A URBANIZAÇÃO PRODUZIDA PELA ITAIPU BINACIONAL NA ZONA DE FRONTEIRA DO IGUAÇU.

No dia 26 de abril de 1973, firmou-se um tratado internacional entre a república federativa do Brasil e a república do Paraguai. Em seu artigo I, o tratado convencionava o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o salto grande de sete quedas ou salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu. Estabelecendo ainda, no artigo III, o seguinte:

As altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada ITAIPU, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidroelétrico a que se refere o artigo I. (BRASIL e PARAGUAI, 1973)

O nome Itaipu²⁴ fazia referência a uma ilha no meio do rio Paraná, que fora escolhida por técnicos, brasileiros e paraguaios, para a implantação da barragem. Estudos apontavam naquele ponto um grande rendimento energético devido à formação de um longo cânion escavado pelo rio. A ilha encontrava-se entre os territórios dos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil e Hernandárias, no Paraguai. (ITAIPU, 2011)

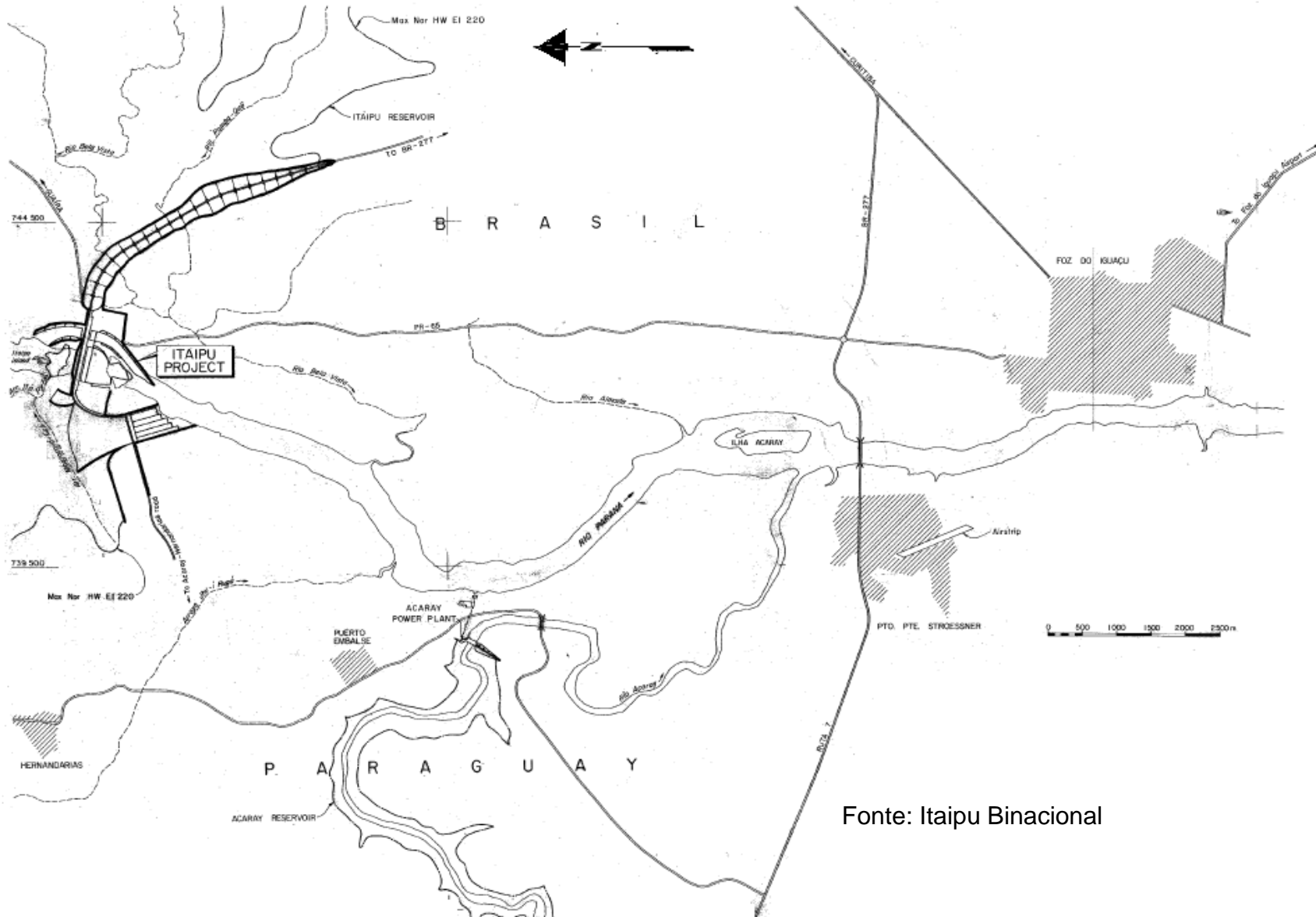
Em 17 de maio de 1974, a partir de uma cerimônia celebrada em Foz do Iguaçu, pelos presidentes do Brasil e do Paraguai, respectivamente, os generais Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, os dois países formalizam a criação da entidade Itaipu Binacional, que passou, a partir daquela data, a conduzir as obras para a construção da Usina.

Após a solenidade, a Itaipu Binacional, como uma entidade Brasileira e Paraguaia e com a localização da barragem no território dos dois países, iniciaram-se as obras de preparação para a construção da barragem, com a construção de alojamentos, conjuntos habitacionais e pavimentação de rodovias, ruas e avenidas que interligariam a futura barragem à cidade brasileira de Foz do Iguaçu e às cidades paraguaias de Hernandárias, Cidade de Leste, Porto Franco e Minga Guaçu, todas próximas ao local de implantação da usina.

²⁴ Itaipu é uma palavra do idioma tupi guarani, e significa "a pedra que canta".

A Figura 34 apresenta a localização da futura barragem de Itaipu e dos núcleos urbanos da fronteira, produzido em 01 de junho de 1974 pela comissão técnica da Eletrobrás e da Ande intitulado vicinity map (mapa da vizinhança).

Figura 34. Mapa com a Implantação da barragem e as áreas de vizinhança



Fonte: Itaipu Binacional

3.1 As cidades em 1974

Em 1974, ano do início das obras da usina de Itaipu Binacional, as cidades localizadas na zona de fronteira do Iguazu possuíam núcleos urbanos pequenos e uma infra-estrutura considerada insuficiente para atender às necessidades básicas dos moradores.

O lado brasileiro apresentava melhores condições urbanas, estando a população dos municípios paraguaios quase toda concentrada na área rural. A maior população urbana do lado paraguaio se encontrava na cidade de Porto Strossner, atual Cidade de Leste, que contava com apenas 17 anos de fundação.

Neste ano (1974), a Universidade Federal do Paraná, em convênio com o Governo do Estado do Paraná e com a Itaipu Binacional, produziu uma proposta de desenvolvimento urbano para a cidade de Foz do Iguazu, demonstrando diversos indicadores sócio-econômicos, que colaboraram para a caracterização da cidade na época dos fatos.

Segundo esta proposta, Foz do Iguazu possuía, em relação a outros municípios brasileiros, um adensamento considerado baixo, pois estava ao redor de 24 hab/ha, tomando somente os setores urbanos mais ocupados. Ainda segundo este estudo, a diminuição da densidade era diretamente proporcional à distância do centro, e a precariedade da infra-estrutura viária complicava as relações entre o centro e a periferia. Na verdade, a periferia não alcançava características que pudessem defini-la como um espaço urbano, tendo uma densidade inferior a 3 hab/ha. (UFPR, 1974)

Além dos baixos índices de adensamento, a cidade apresentava diversos problemas, que estavam ligados especialmente ao acelerado ritmo de migração da população rural para as áreas urbanas, intensificada na última década de 1963/1973 com o aumento que pode ser observado na Tabela 1 que apresenta o aumento da população urbana no município.

Tabela 1. Aumento da população urbana de Foz do Iguazu de 1953/1974

Ano	1953	1963	1973	1974
População	3.000	4.874	23.050	24.757

Fonte: UFPR, 1974

Esse processo de migração estava ligado as novas dinâmicas comerciais da cidade, estimuladas pela inauguração, em 1965, da ponte da Amizade, que liga Brasil e Paraguai, como também, pelas perspectivas em virtude da construção da usina de Itaipu.

Segundo dados do censo do IBGE de 1970, a população do município de Foz do Iguaçu somava 33.966 habitantes com 23.050 pessoas na área urbana. Os problemas associados à insuficiência de infra-estrutura básica da cidade foram alertados no estudo da UFPR, que sobre o assunto discorreu o seguinte:

A infra-estrutura urbana não tem acompanhado o crescimento da cidade, sendo atualmente muito precária, à beira do caos. Este fato é ressaltado pelos indicadores que dão a proporção do atendimento dos serviços público de esgoto, água, eletricidade e telefone. Apenas o abastecimento de energia possui nível razoável, situando-se ao redor de 65% do total. (UFPR, 1974 p. 58)

Os indicadores apontavam que 23% das residências possuíam abastecimento de água e 18% rede de esgoto, índices considerados baixos pelo estudo. Os melhores indicadores se mostravam no setor de abastecimento de energia elétrica, provida pela subestação da Copel²⁵, que estava interligada ao sistema de energia do Paraguai por meio de linhas de transmissão que cruzavam o rio Paraná, fornecendo energia a partir da usina Hidrelétrica de Acaray²⁶ até a Subestação de Foz do Iguaçu.

O estudo também pontua que a energia gerada pela Usina de Itaipu não traria benefícios diretos à cidade de Foz do Iguaçu e ao oeste do Paraná, não tendo a função de oferecer novas fontes de suprimento energético para o desenvolvimento da região. A energia produzida seria repassada diretamente à ELETROBRAS, que comercializaria com suas empresas subsidiárias, Furnas e Eletrosul, alcançando Foz do Iguaçu indiretamente, através do circuito nacional de distribuição de energia elétrica, o qual o Estado do Paraná estava inserido.

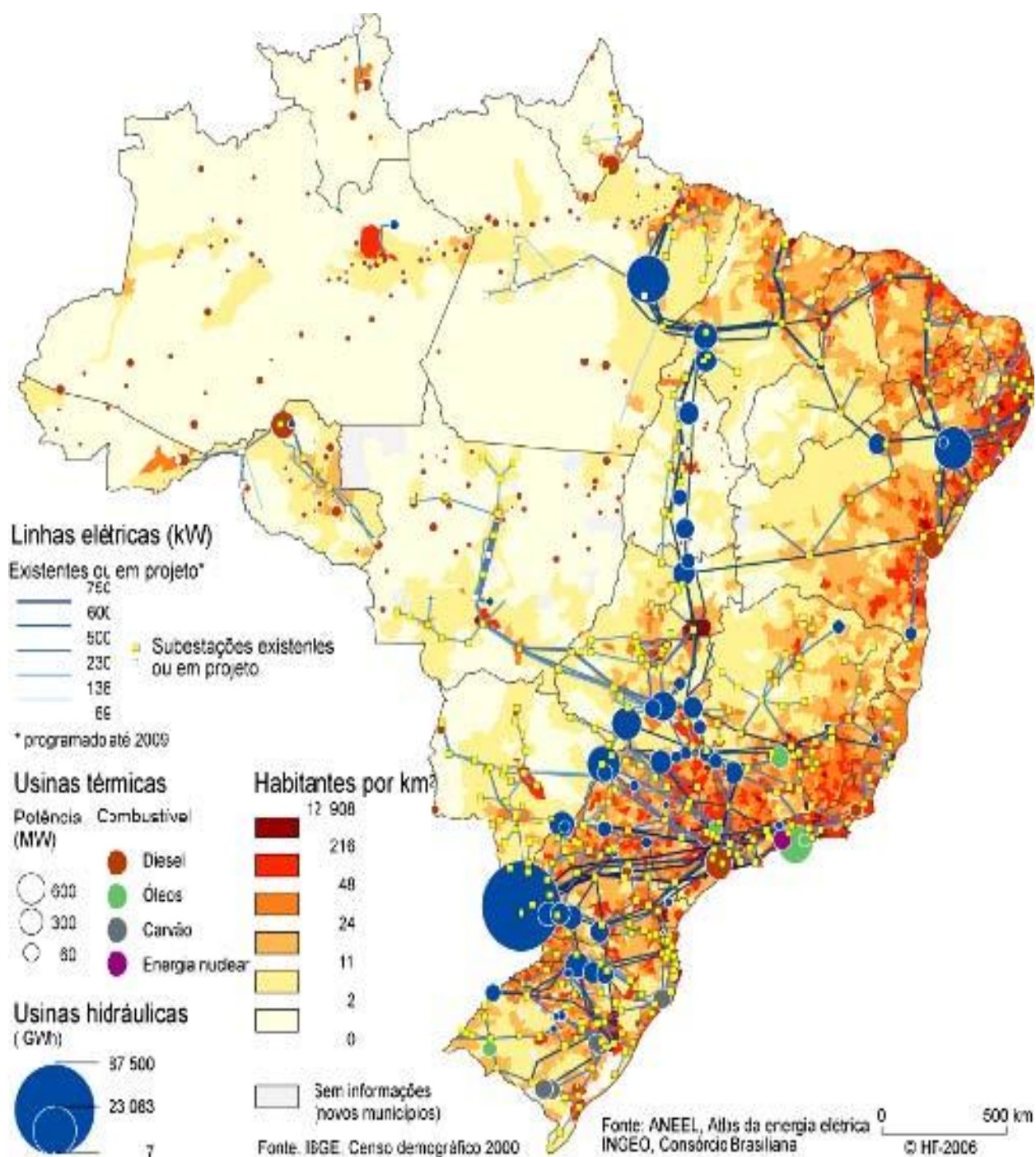
Cumprindo observar, que de acordo com os termos da Lei nº 5899 de 05 de julho de 1973, o suprimento regional [de energia], e em consequência Foz do Iguaçu, não se beneficiarão diretamente da

²⁵ Companhia Paranaense de Energia

²⁶ Esta usina está localizada na cidade de Hernandárias.

energia que será produzida por Itaipu. Pela lei, somente a ELETROSUL, subsidiária da ELETROBRAS poderá adquirir energia daquela empresa binacional, repassando-a as empresas estaduais da região sul. (UFPR, 1974 p. 98)

Figura 35 Mapa brasileiro de distribuição de energia elétrica - ano 2000.



Fonte: ANEEL

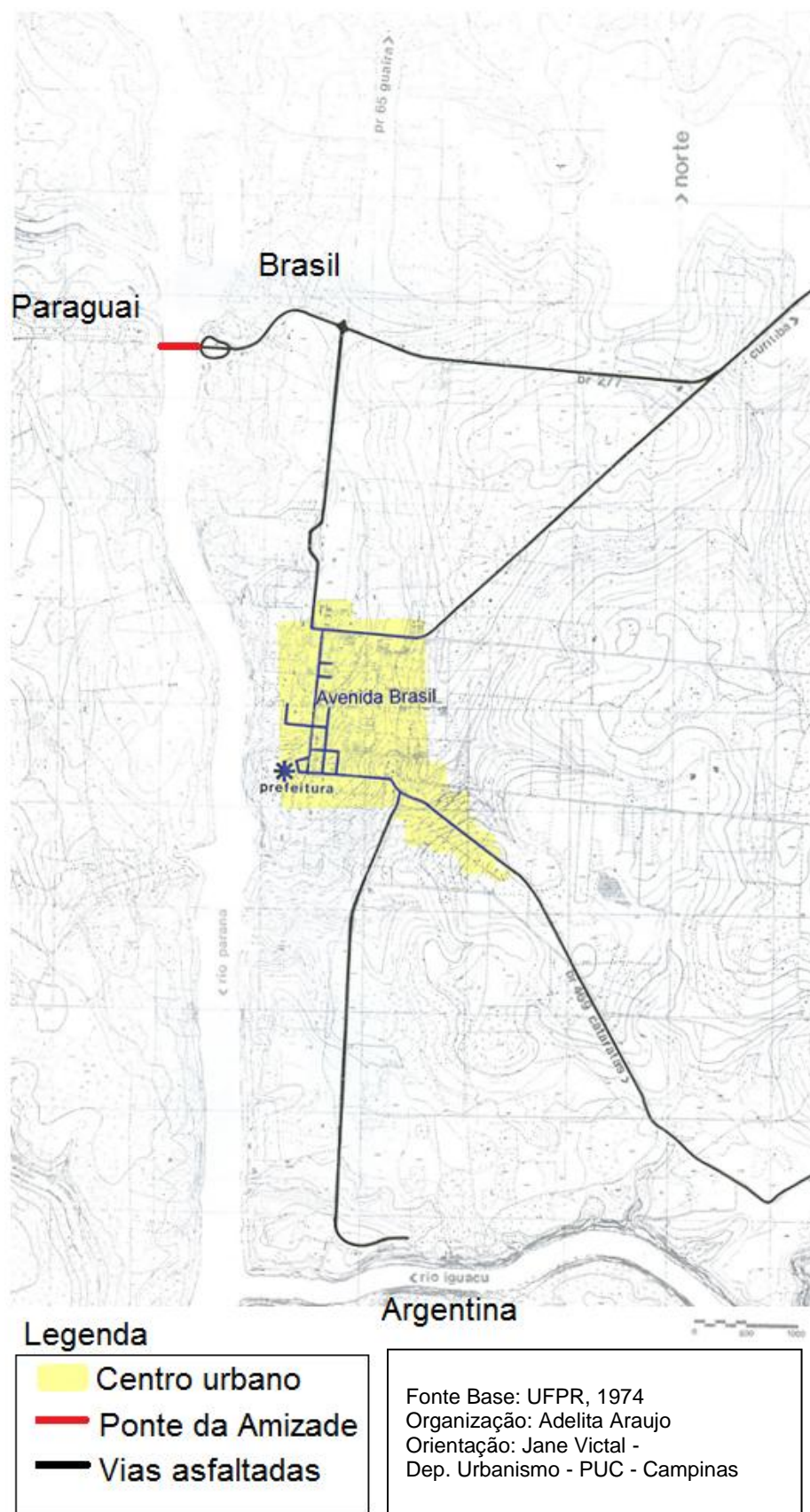
Outro ponto observado pelo estudo se referia à inadequação do sistema viário da cidade, sendo este considerado imprescindível para o bom andamento das obras da construção da barragem. O traçado da malha de Foz do Iguaçu estava organizado a partir de um sistema ortogonal, com orientação Norte-Sul, o que favorecia a ligação com a usina que se localizava ao norte da cidade, ao mesmo tempo em que produzia problemas de falta de adaptação à topografia local, provocando o alagamento das ruas. (UFPR, 1974)

A principal via do centro urbano, Avenida Brasil, assumia o papel de suporte de todo o sistema viário, inclusive quanto ao tráfego de acesso às Cataratas do Iguaçu, o que distorcia o seu uso básico de comércio local. Em 1974, a rede viária do município contava com 96 km de extensão e, desse total, 21 km eram asfaltados e 5 km encontravam-se no centro da cidade. Na Figura 36 é possível identificar as vias asfaltadas até o ano de 1974.

A distância entre o centro urbano e os futuros conjuntos habitacionais de Itaipu era de aproximadamente 4 km, local que recebeu uma população de aproximadamente 20 mil pessoas; quase a mesma população residente no centro da cidade que na época era de 23 mil pessoas. Para essa situação o estudo observou o seguinte:

A existência desses dois pólos, não leva a supor que eles naturalmente vão se interagir e se integrar, embora a pequena distância física que os separa. Pelo contrário, experiências análogas demonstram que os problemas sociais gerados nas cidades nascidas e desenvolvidas em função de grandes obras, são dos mais complexos e difíceis a serem resolvidos. Tem-se plena ciência que soluções de base física, econômica e administrativas, por mais convenientes que sejam, não terão resultados satisfatórios, a menos que acompanhadas de políticas sociais intensas com vistas a integração da população urbana. (UFPR, 1974 p. 73)

Figura 36. Mapa com as vias asfaltadas em 1974 no município de Foz do Iguaçu.



No que diz respeito às cidades paraguaias não se identificou estudos parecidos com o realizado em Foz do Iguaçu, o que dificulta a descrição das cidades na época da implantação da Usina. As fontes utilizadas neste trabalho, dizem respeito ao Censo Paraguaio - DGEEC -, a historiografia da organização política do Paraguai e do Estado de Alto Paraná e aos documentos de aerofotogrametria produzidos pela Itaipu em 1974, que possibilita a visualização do traçado e da extensão dos núcleos urbanos.

Em relação à cidade de Foz do Iguaçu, o desenvolvimento urbano das cidades paraguaias poderia ser considerado de pouca expressão. Como já anteriormente apontado, os núcleos eram pequenos e com pouca infra-estrutura, e só passaram a se desenvolver na década de 1960, estimulados pela construção da usina de Acaray e a construção da ponte da Amizade.

Entretanto, quando invertemos a análise para os contextos de desenvolvimento do Paraguai e do Estado de Alto Paraná, estas cidades assumem um papel de grande relevância. O estado de Alto Paraná foi criado em 1945, para estimular a articulação do território nacional do Paraguai e da economia agrário-exportadora do país, tendo como capital a cidade de Hernandárias (DGEEC, 2005).

Posteriormente a capital do Estado foi transferida para Cidade de Leste, o que manteve as políticas de governo no território da fronteira. A fundação de Cidade de Leste, em 1957, esteve alicerçada nos interesses políticos e econômicos para a consolidação de uma rota internacional que possibilitasse o escoamento da produção nacional pelo Oceano Atlântico, sendo assim, a cidade recebeu diversos investimentos direcionados a estruturação e organização do espaço urbano (LIMA, 2006).

Em 1970 o governo paraguaio, na época sob o comando do ditador Alfredo Stroessner, executou em Cidade de Leste um projeto de parcelamento do solo onde a área rural foi loteada a partir de uma malha ortogonal, em xadrez, que produziram grandes lotes de 500 x 100 metros, na intenção de possibilitar uma cultura de auto-subsistência para as famílias do município.

No livro de FREIRE (2008), *Memórias do Urbanismo Carioca*, cita-se o arquiteto brasileiro Sérgio Vladimir Bernardes²⁷, como autor do planejamento urbano da cidade de Porto Stroessner, atual Cidade de Leste, contudo, não foi encontrado nenhum estudo sobre este planejamento, e a prefeitura de Cidade de Leste não possui nenhum documento que confirme a autoria do projeto, sendo necessário maiores pesquisas, especialmente na capital Assunção, onde eram tomadas as decisões no governo de Stroessner.

Em 1974 Cidade de Leste contava com aeroporto, que produzia uma comunicação direta até a capital do país Assunção. Além deste, contava também com um parque, chamado Parque da República, uma avenida asfaltada, ruas de acesso aos municípios vizinhos de Hernandárias e Porto Franco, abastecimento de energia elétrica fornecido pela usina de Acaray.

A população do Estado estava quase toda concentrada na fronteira, conforme observa-se na Tabela 2 com dados sobre a evolução da população total e a população urbana dos municípios de Cidade de Leste e Hernandárias no período de 1952 até 1972.

A Figura 37 mostra o mapeamento da fronteira, elaborado a partir de reconstituição da aerofotogrametria produzida em 1974, e a Figura 38, Figura 39, Figura 40 e Figura 41, mostram em detalhes os 4 núcleos urbanos de Foz do Iguaçu, Cidade de Leste, Porto Franco e Hernandárias respectivamente.

Considerando as realidades urbanas de cada município, a Itaipu Binacional realizou um plano de intervenções que chamou de "Planejamento Global Brasil/Paraguai", aproveitando, sempre que possível, a infra-estrutura das cidades nas quais seriam implantados os conjuntos habitacionais destinados aos funcionários de Itaipu. (ITAIPU, 1984)

²⁷ Sérgio Vladimir Bernardes foi um arquiteto carioca, autor de importantes projetos, entre os quais, o pavilhão da Companhia Siderúrgica Nacional, para a Exposição do IV Centenário de São Paulo (1954), o pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Bruxelas (1958), a fábrica da Coca-Cola, no Rio de Janeiro. Na década de 1960 foi responsável pelo plano diretor da cidade do Rio de Janeiro e pelo plano diretor para as favelas da Guanabara. Produziu polêmicos "projetos-tese" (não realizados), que propunha soluções audaciosas para a arquitetura e para o urbanismo. Sua biografia confirma a realização de projetos urbanos no Paraguai, mas não se encontrou especificação de quais foram estes projetos.

Tabela 2. Aumento Populacional do Estado de Alto Paraná - PY

Cidades Zona Fronteira Paraguaia	Na de	População					
		1952		1962		1972	
		Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Cidade de Leste		-	-	-	-	26.485	7.069
Hernandarias		3.951	706	23.373	1.646	32.844	3.896
População na Fronteira		3.951	706	23.373	1.646	59.329	10.965
População no Estado de Alto Paraná		9.531	1.939	24.067	1.941	88.607	16.199
s/d - sem dados oficiais							
Fonte Base: DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos							

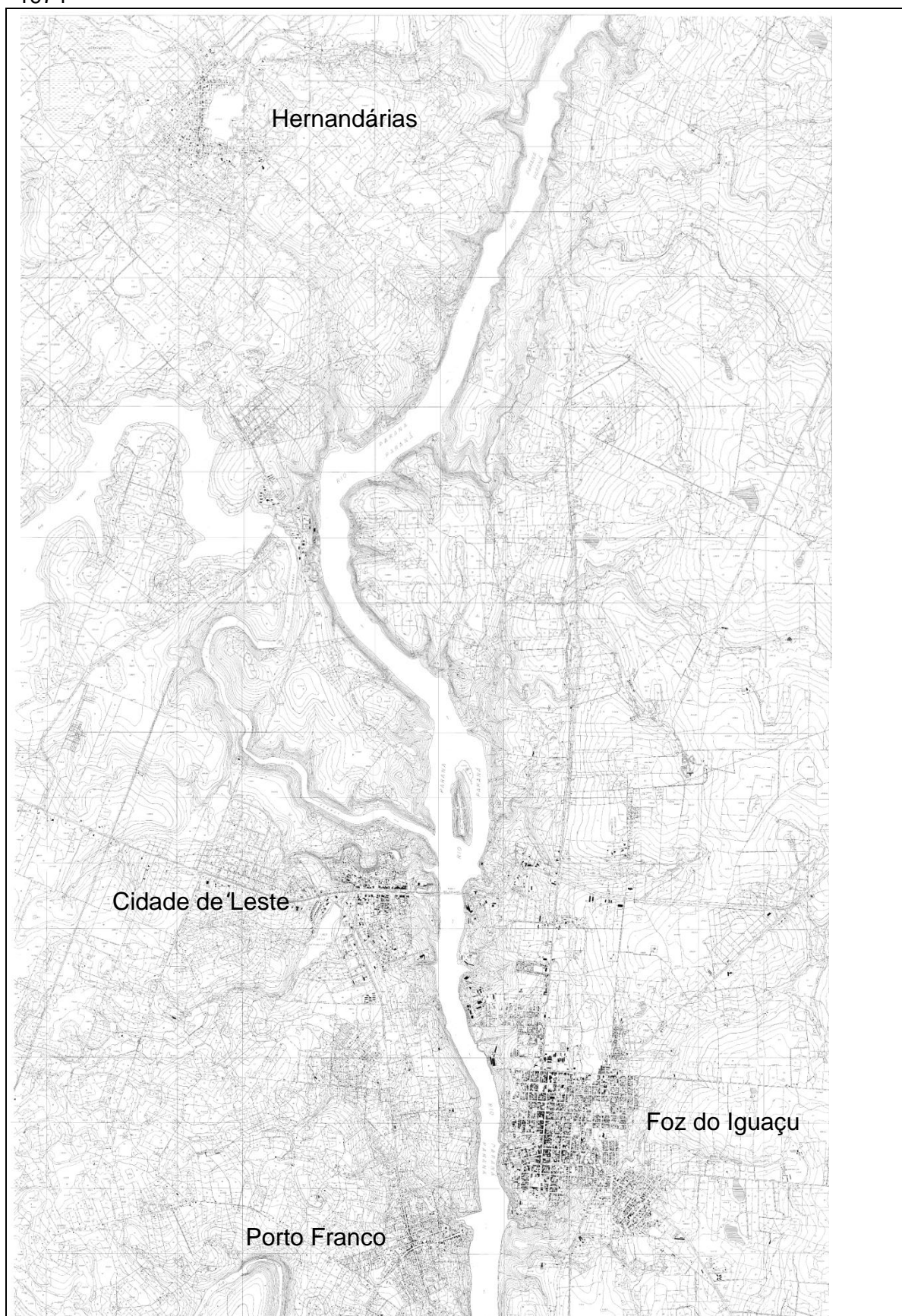
Neste contexto foi executado, na área de interesse de Itaipu, um programa de infra-estrutura física e social que envolveu: facilidades de transporte na área de Itaipu, construindo, quando necessário, novas vias de acesso às cidades e às rodovias; construção de conjuntos habitacionais com infra-estrutura de saúde, educação e recreação. (ITAIPU, 1984)

As obras de infra-estrutura foram projetadas por várias firmas brasileiras e paraguaias, muitas delas operando em consórcio. A Tabela 3 demonstra a população residente nos conjuntos habitacionais e alojamentos de Itaipu nos anos de maior atividade das obras, os dados se referem a soma da população brasileira e paraguaia:

Tabela 3. População residente os conjuntos habitacionais de Itaipu Binacional

Ano	1974	1977	1979	1981	1983
População nos conjuntos habitacionais de Itaipu.	0	10.179	34.510	39.900	29.158
População nos alojamentos de funcionários solteiros	0	3.520	5.433	7.563	1.302
Fonte: ITAIPU, 1984					

Figura 37. Restituição aerofotogramétrica da Zona de Fronteira do Iguaçu no ano de 1974



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 38. Restituição aerofotogramétrica da cidade de Foz do Iguaçu no ano de 1974



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 39. Restituição aerofotogramétrica de Cidade de Leste no ano de 1974



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 40. Restituição aerofotogramétrica da Cidade de Porto Franco no ano de 1974



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 41. Restituição aerofotogramétrica da Cidade de Hernandárias no ano de 1974



Fonte: Itaipu Binacional

3.2 A construção dos conjuntos habitacionais de Itaipu Binacional

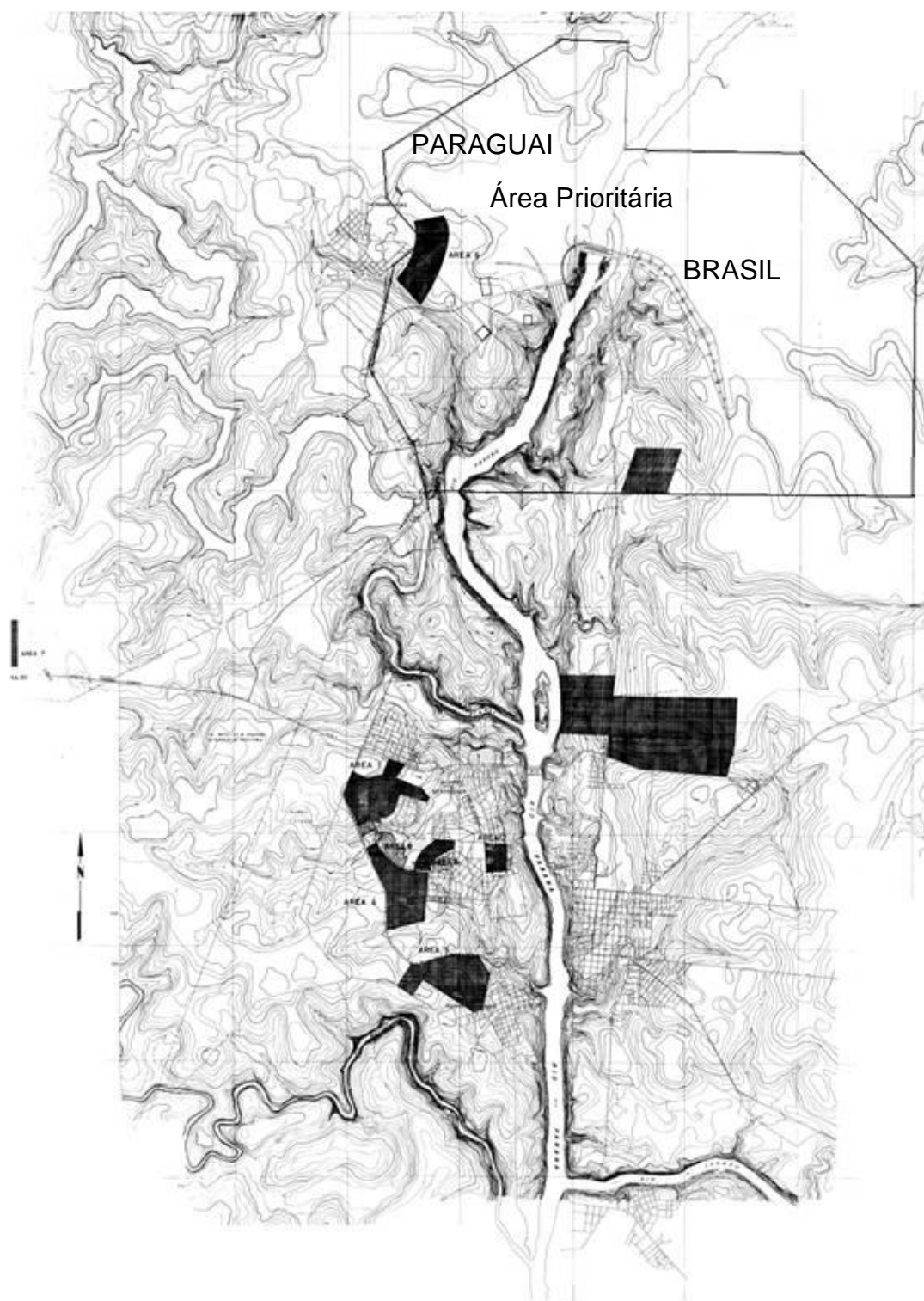
Os documentos referentes aos conjuntos habitacionais, brasileiros e paraguaios, que em seguida serão apresentados, representam uma pequena amostra de um acervo de mais de 8.500 arquivos, digitais e impressos, produzidos sob demanda da Itaipu Binacional. Os documentos foram produzidos na década de 1970 e sua exposição tem a finalidade de descrever sumariamente, a partir de alguns exemplos, as formas urbanas, os edifícios, os métodos construtivos e os equipamentos urbanos produzidos pela usina. A análise detalhada, visando o entendimento sobre a expansão urbana decorrente dos projetos implantados pela Itaipu será realizada em momento oportuno. Nessa dissertação, apenas introduziremos a questão.

A partir de 1974, iniciaram-se as obras para a construção de 11 conjuntos habitacionais, no território do Brasil e do Paraguai, que juntos ocuparam 1.265 hectares. Nos oito anos de construção da barragem de Itaipu, passaram pela empresa mais de 100 mil funcionários, e no auge das obras 40 mil funcionários trabalhavam simultaneamente.

Os conjuntos habitacionais se destinavam a fornecer moradia para os funcionários brasileiros e paraguaios, que foram basicamente separados em três categorias: a primeira de administradores e engenheiros - a segunda de profissionais técnicos - e a terceira de operários e trabalhadores em postos de serviços como: motoristas, cozinheiros, vigias, mecânicos, pintores, encanadores, montadores e barrageiros. Segundo os documentos analisados o número de casas construídas nos dois países, alcançou 9.480²⁸ unidades localizadas nos conjuntos habitacionais implantados conforme demonstra o mapa apresentado na Figura 42.

28 Modificações posteriores alteraram esse número, por isso os dados atuais podem divergir ligeiramente. Além das modificações voluntárias por parte da Itaipu, os documentos demonstram alguns casos de sinistro e destruição de casas por cupins.

Figura 42. Mapa com a posição dos Conjuntos habitacionais de Itaipu Binacional



Fonte: Itaipu Binacional

Todas as obras de urbanização e habitação foram projetadas e executadas pela Itaipu Binacional, sendo, para isso, criado duas diretorias, a Diretoria ME (que significava margem esquerda e, portanto, coordenava os projetos Brasileiros) e Diretoria MD (que significava margem direita e, portanto, coordenava os projetos Paraguaio).

Nos conjuntos habitacionais dos operários de mão de obra pesada, as casas projetadas seguiam um único tipo, sendo todas geminadas a cada quatro unidades - duas com 60m² e duas com 80m².

Nos outros conjuntos habitacionais a tipologia seguiu 84 variações para os projetos de casas²⁹. Essas variações eram produzidas dentro de critérios que consideravam as dimensões da casa e o material construtivo utilizado. A Tabela 4 demonstra a divisão da tipologia segundo os diversos tipos executados no Brasil e no Paraguai. Quanto ao material e a técnica construtiva empregada, no território brasileiro foram identificadas unidades habitacionais construídas em madeira e alvenaria enquanto no paraguaio, observaram-se apenas unidades em alvenaria.

As casas foram distribuídas segundo o agrupamento funcional da empresa, obtendo uma hierarquia nas estruturas profissionais; outros critérios também incluíam o número de filhos e a necessidade de cada família.

Cada conjunto habitacional possuía um padrão de casas classificados em: superior, bom, médio ou popular. Apesar de nenhum conjunto possuir apenas um tipo de casa, não se observou articulação de unidades de tamanhos ou classes diferentes, como a misturas entre as categorias de casas melhores e as categorias de casas inferiores, o que automaticamente conduziu a separações das classes sociais entre os conjuntos.

29 a Itaipu Binacional não confirma que todos os projetos de casa foram arquivados, sendo assim, podem existir outros que não estão relacionados.

Tabela 4. Tipologia dos conjuntos habitacionais brasileiros e paraguaios

TIPOLOGIA DAS UNIDADES HABITACIONAIS						
A L V E N A R I A	Casa tipo	Dimensão média M ²		Quantidade de Variações		Padrão dos Materiais de construção
		Brasil	Paraguai	Brasil	Paraguai	
	1	250	340	4	5	Superior
	2	210	310	4	8	Superior
	3	190	210	4	6	Superior
	3'	150	180	5	7	Superior
	4	120	110	2	3	Bom
	5	90	85	2	3	Bom
	6	80	80	3	4	Médio
	7	70	66	2	3	Médio
8	80	66	1	4	Popular	
9	70	65	1	6	Popular	
Geminadas	60 a 80		1		Popular	
M A D E I R A						
	3'	152	--	2	--	Bom
	4'	120	--	2	--	Bom

Fonte: Acervo Itaipu Binacional

3.2.1 Conjuntos habitacionais construídos no território brasileiro

No Brasil foram produzidos três conjuntos habitacionais que ocuparam 561 hectares, todos localizados na cidade de Foz do Iguaçu. Os conjuntos se destinavam aos funcionários brasileiros da usina de Itaipu, e distribuíam-se em três conjuntos: Vila B - para administradores e engenheiros; Vila A - para os profissionais técnicos; e Vila C - para os operários. Segundo os documentos analisados, foram projetadas no Brasil um total de 5.199 casas.

Em todos os conjuntos, além das unidades habitacionais foram construídos equipamentos urbanos, contudo alguns eram compartilhados, como hospitais e corpo de bombeiros. Os três conjuntos brasileiros receberam água tratada, porém, a rede de esgoto só foi executada na Vila A e B, situação que permanece até os dias atuais.

Observa-se que ao longo dos anos produziram-se algumas alterações nos projetos urbanos originais, como a transformação de praças em áreas residenciais ou a construção de novos equipamentos urbanos. Quanto ao sistema viário não se observou nenhuma alteração.

3.2.1.1 Vila A

O projeto de urbanização do conjunto habitacional chamado de Vila A, foi executado pela empresa Serete S/A. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível técnico sendo que a área loteada compreende 394,46 hectares.

Os equipamentos urbanos foram compostos por: capela, escola, pré-escola, clube social - chamado Clube Floresta - campo de futebol, hospital - chamado Hospital Costa Cavalcanti - centro de saúde, estação de tratamento de água, Centro Administrativo da Itaipu Binacional, delegacia de polícia, edifício administrativo para os conjuntos habitacionais - chamado de prefeitura³⁰ - edifício para o Senai, banco Banestado. Não se identificou nenhum projeto de praças, contudo, este conjunto apresenta diversas áreas livres, sendo algumas incorporadas pela população para esta função.

Segundo os documentos analisados, 2079 casas³¹ foram construídas neste conjunto habitacional, sendo as casas classificadas conforme a Tabela 5.

30 O nome prefeitura não tem referência com o município, todas as obras de manutenção e cuidado das áreas "públicas" eram executadas pela Itaipu Binacional, proprietária do Conjunto habitacional.

31 A Itaipu Binacional afirma que atualmente existem 2.200 casas no conjunto habitacional.

Tabela 5. Tipologia habitacional da Vila A

TIPOLOGIA DAS UNIDADES HABITACIONAIS DA VILA A				
A L V E N A R I A	Casa tipo	Dimensão média em M ²	Variações	Quantidade
	3	160	3	48
	4	120	3	91
	5	90	3	119
	6	81	2	397
	7	70	2	390
	8	83	1	218
	9	72	1	204
	M A D E I R A			
3'		152	2	149
4'		120	2	403
TOTAL				2079

Fonte: Itaipu Binacional.

Segundo a análise do projeto deste conjunto habitacional, que pode ser observado na Figura 43, o mesmo foi dividido em quatro setores, onde cada setor possuía um padrão de casa semelhante. Os setores observados são os seguintes:

- Setor A1 - contendo 48 quadras residenciais com 552 casas do tipo 3' e 4', executadas em madeira, a partir do uso de material considerado de padrão bom.

- Setor A2 - contendo 17 quadras residenciais com 258 casas de alvenaria do tipo 3, 4 e 5, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão Bom.

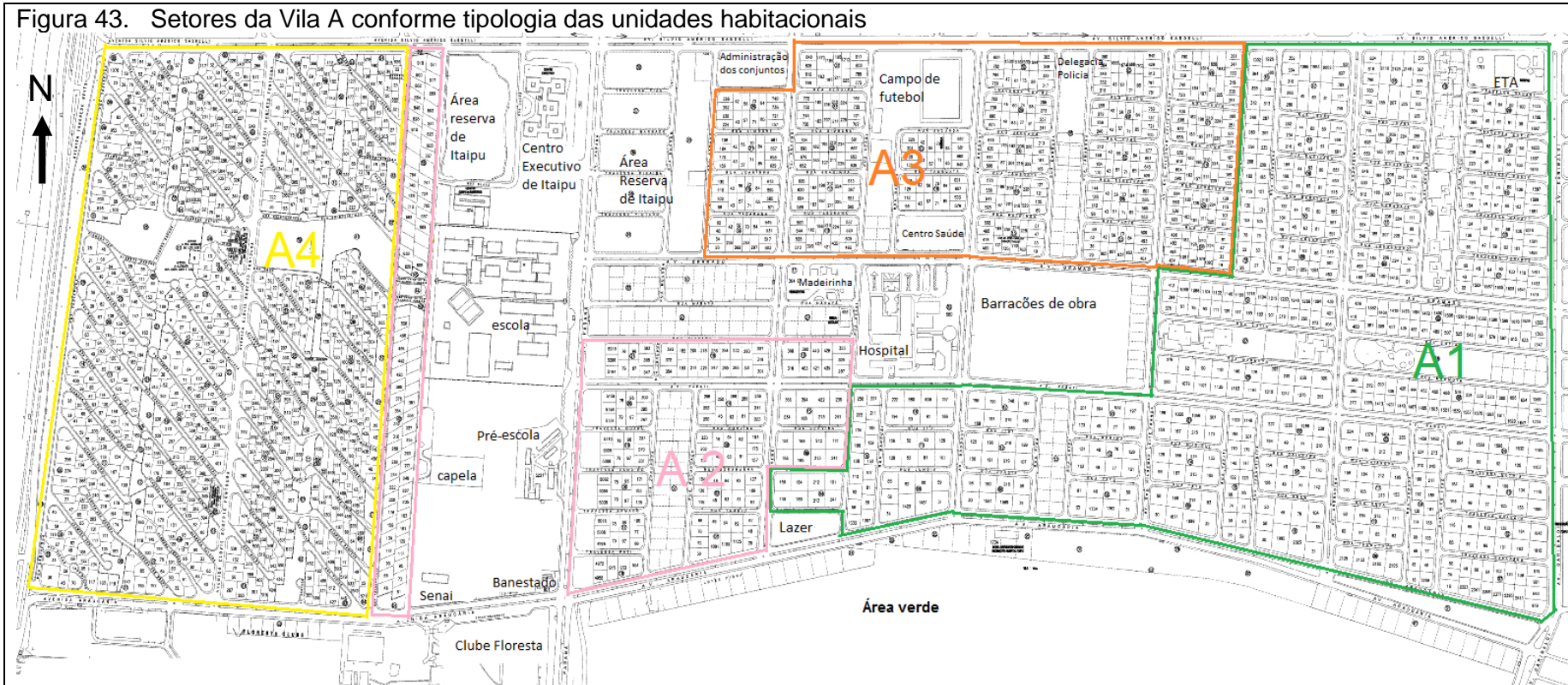
- Setor A3 - contendo 27 quadras residenciais com 422 casas de alvenaria do tipo 8 e 9 executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão popular.

- Setor A4 - contendo 787 casas do tipo 6 e 7 executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão médio.

A planta apresentada na Figura 44 demonstra a topografia do terreno em relação ao desenho urbano proposto. Nela podemos observar a extrema regularidade no desenho das quadras em formação ortogonal. As quadras são longas e organizam-se em alternância com longas áreas abertas. Há ruas locais e avenidas mais largas. A Figura 45 apresenta dois estudos para o desenho urbano proposto para Vila A, onde se identifica um traçado totalmente diferente do anterior, com linhas diretas para o traçado das vias, unindo as entradas em cul-de-sac, enquanto no segundo estudo, embora o mais ortogonal, o desenho das quadras é mais quadrado parecendo-se com um traçado alternante das direções de lote.

Um exemplo do tipo de casa para a vila A poderá ser observado na Figura 46. A casa do tipo "unidade 4' MI, demonstra a organização setorial da planta com áreas de estar, serviço e dormitórios. Contempla também, dormitório de empregada junto a área de serviço, a varanda e abrigo para carros. Construída em madeira, esta unidade contém uma área construída de 118m². Na planta da casa tipo 9, apresentada na Figura 48, observa-se uma planta baixa de 72 m² e em alvenaria.

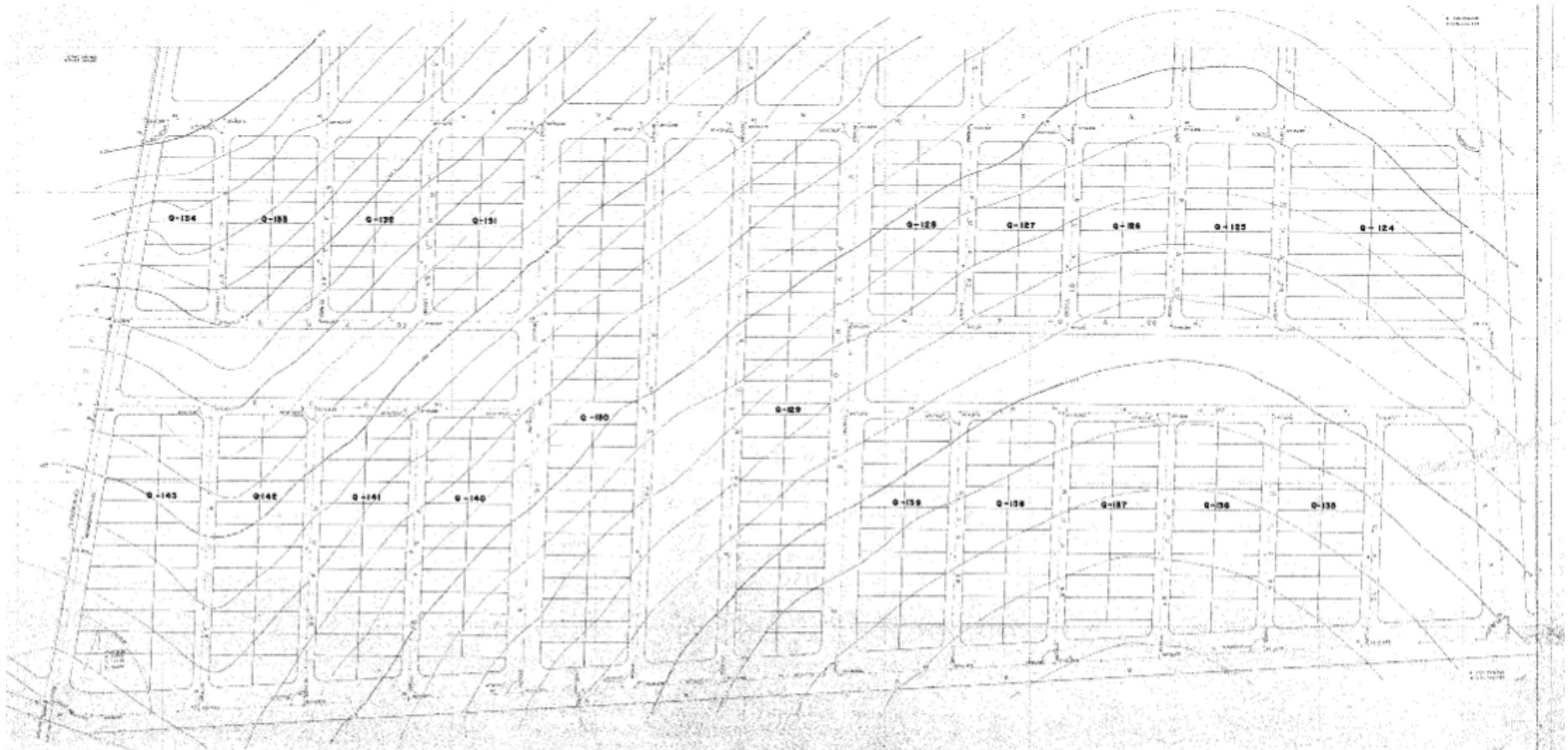
Figura 43. Setores da Vila A conforme tipologia das unidades habitacionais



Fonte: Itaipu Binacional

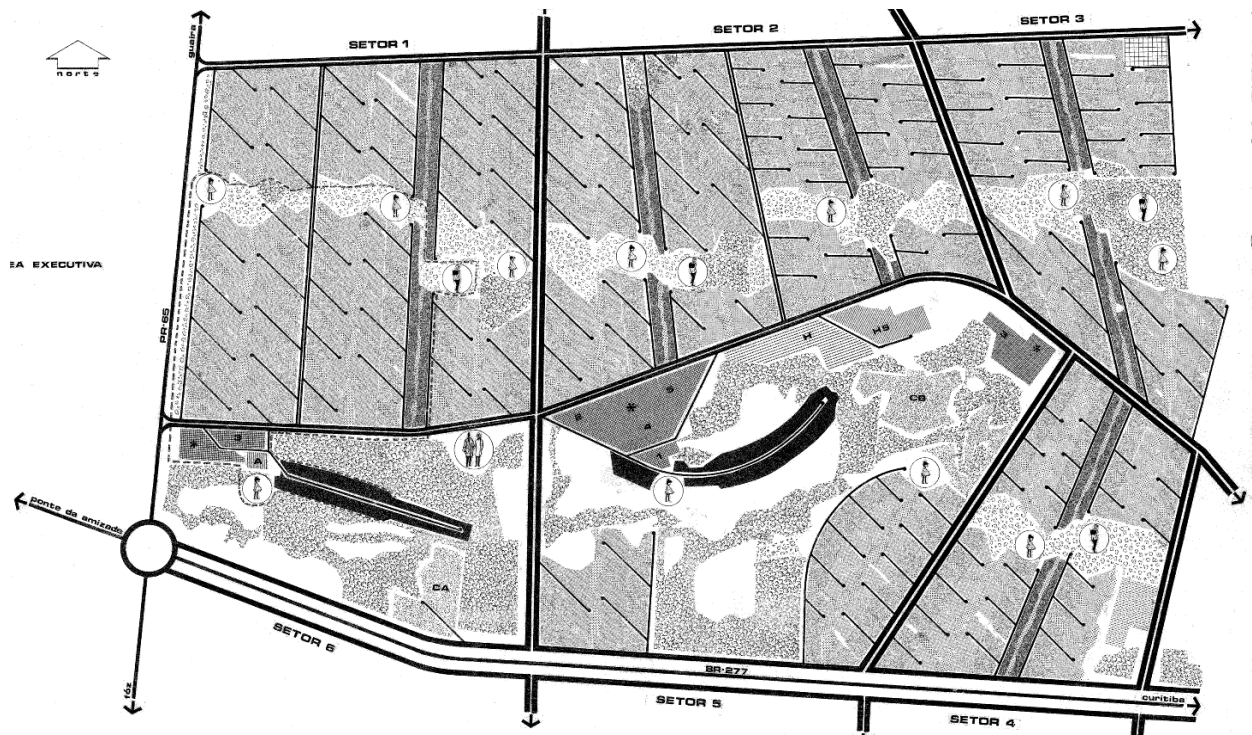
<p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> — Casa de madeira — Casa tipo 8 e 9 — Casa tipo 6 e 7 — Casa tipo 3, 4 e 5 	<p>Localização</p>	<p>Projeto completo incluindo área verde</p>
--	---------------------------	---

Figura 44. Mapa da topografia e implantação do conjunto habitacional Vila A, setor A1



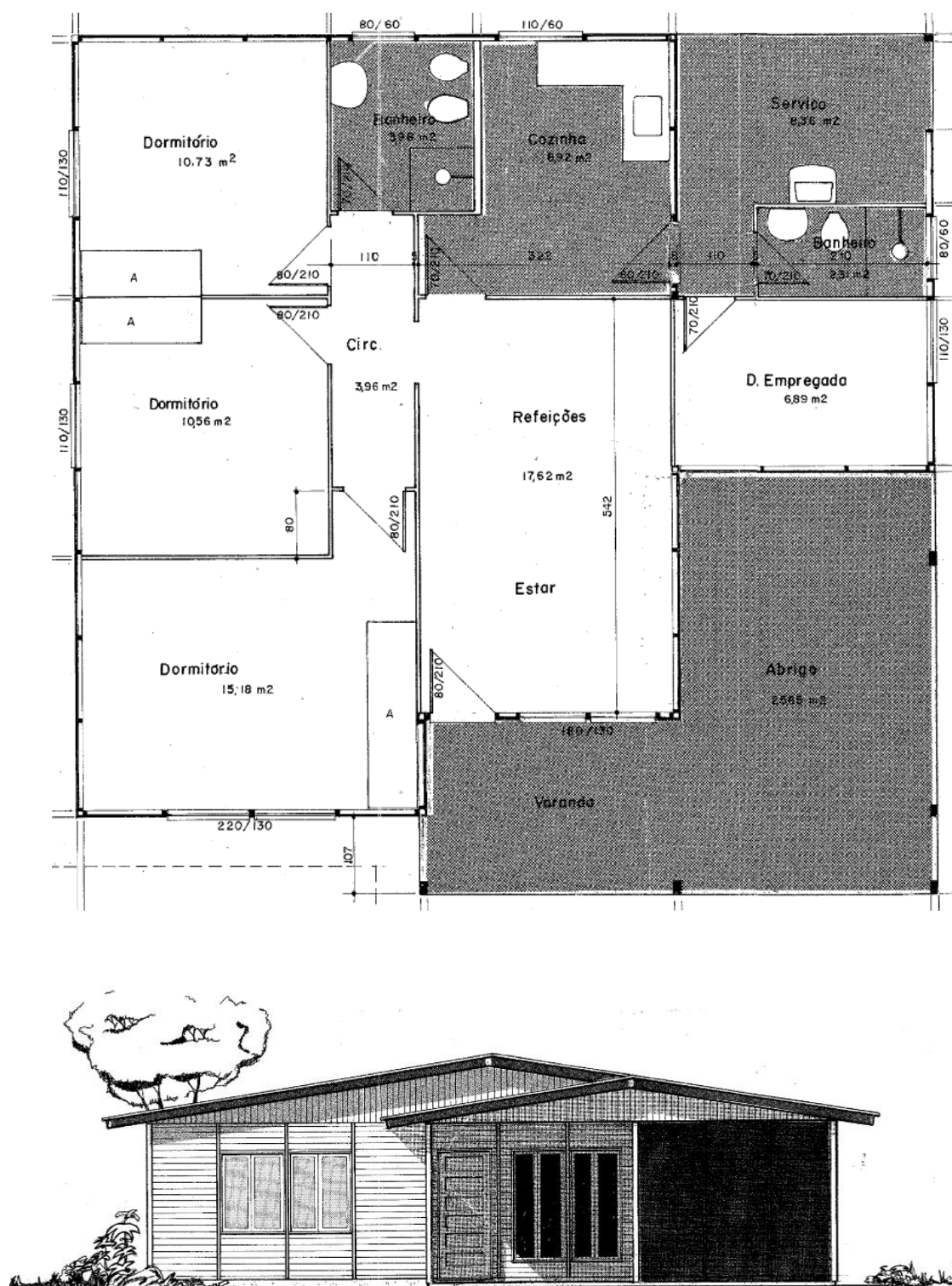
Fonte: Itaipu Binacional

Figura 45. Estudos para a implantação da Vila A



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 46. Planta baixa e fachada da casa tipo 4'MI em madeira.



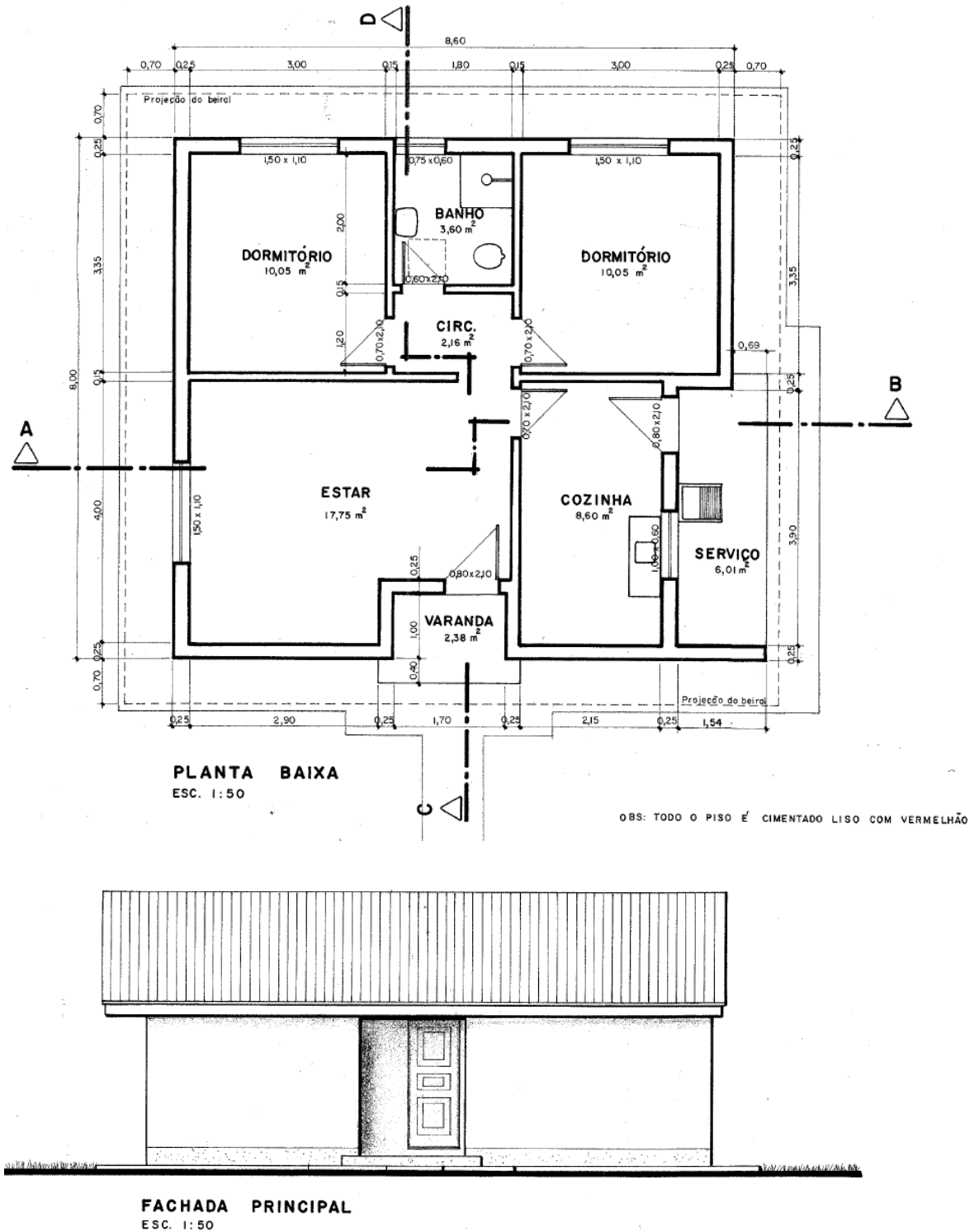
Fonte: Itaipu Binacional

Figura 47. Fotografia da fachada da casa tipo 4' MI em Madeira



Fonte: Pesquisa de campo novembro de 2010 (ADELITA ARAUJO)

Figura 48. Planta baixa e fachada da casa tipo 09 em alvenaria.



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 49. Fotografia da fachada de casa de alvenaria tipo 09



Fonte: Pesquisa de campo novembro de 2010 (ADELITA ARAUJO)

3.2.1.2 Vila B

O conjunto habitacional chamado Vila B foi implantado na cidade de Foz do Iguaçu e se destinava aos profissionais de nível superior como engenheiros da barragem e os administradores da usina. A área loteada compreende 86,91 hectares.

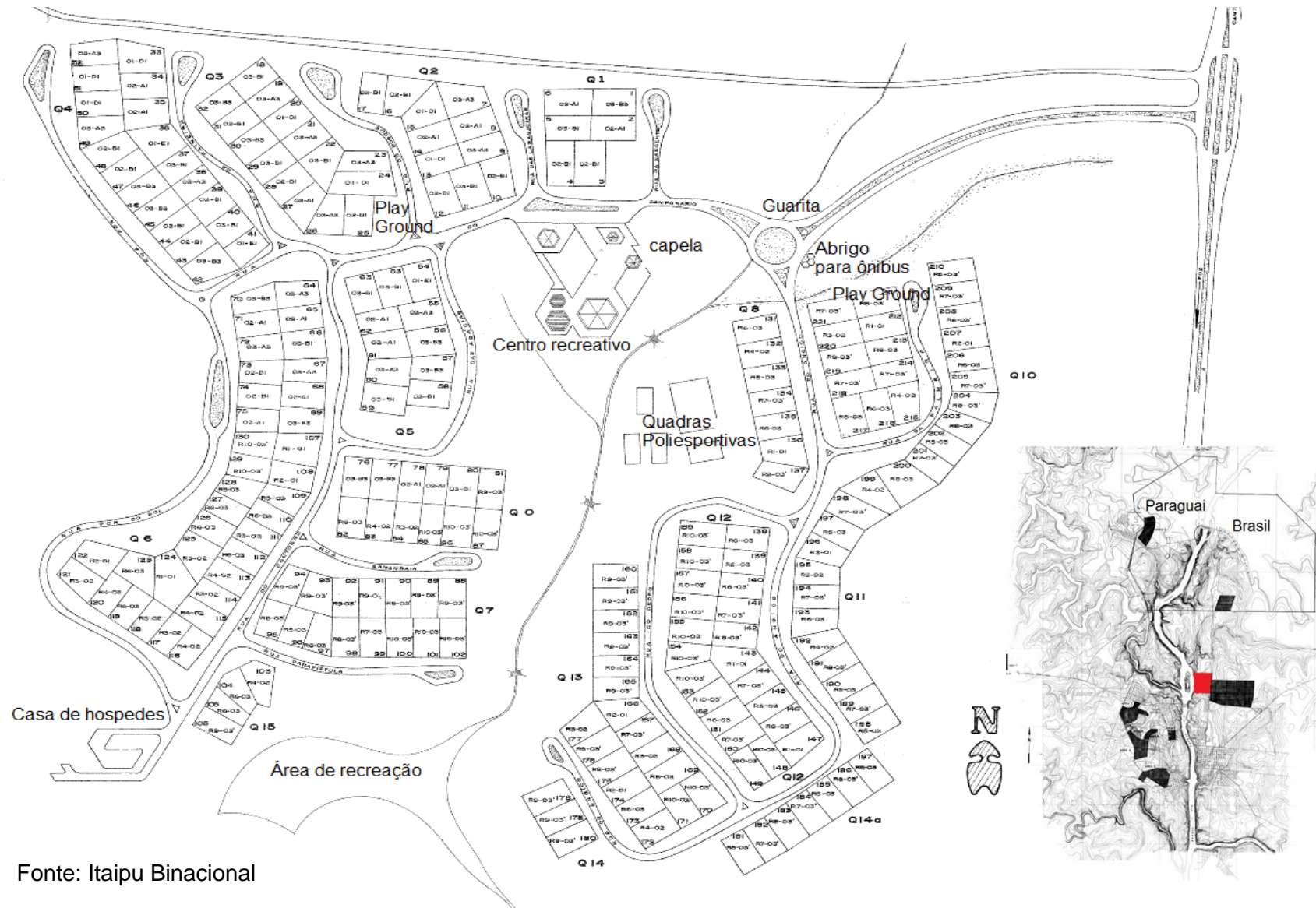
O acesso a este conjunto habitacional é restrito aos moradores, configurando-se como um condomínio fechado. O sistema viário é curvilíneo e parecem adaptar-se melhor a topografia. A entrada em boulevard conduz até uma rotatória que distribui o fluxo em dois braços de sistema viário, formando conjuntos que seguem nos dois sentidos, um para cada lado do fundo de vale (Figura 50). A partir destes, as vias, conduzindo aos lotes, terminam em cul-de-sac. Os lotes acomodam-se à topografia (Figura 51). Um grande parque linear encontra-se nas cotas mais baixas do fundo de vale, onde foram localizados os equipamentos coletivos como quadras e centro recreativo.

O projeto urbano e os projetos residenciais foram elaborados pelo escritório do engenheiro e arquiteto Rubens Meister de Curitiba.

Os equipamentos urbanos foram compostos por: capela, centro recreativo chamado Ipê Clube, quadras poliesportivas, dois Plays Grounds e casa de hóspedes.

Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compunha-se de 220 unidades habitacionais distribuídas em dezesseis quadras com casas do tipo 1, 2, e 3, todas executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão superior. Como pode ser observado na Figura 52, as unidades habitacionais são mais arejadas do que os tipos da vila A, contendo sofisticações como lareira, lavabo, varanda entre outras qualidades funcionais.

Figura 50. Vila B com desenho da implantação do conjunto habitacional, e no detalhe ao lado, sua localização na zona de fronteira do Iguçu



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 51. Topografia e paisagismo da Vila B



Fonte: Itaipu Binacional

3.2.1.3 Vila C

O conjunto habitacional chamado Vila C foi implantado na cidade de Foz do Iguaçu, na área prioritária de Itaipu. Entre suas particularidades, destaca-se o fato de ter sido implantada em área onde também se localizam as linhas de transmissão de energia, sendo que essas correm diretamente sobre as casas do loteamento. Este conjunto se destinava aos operários de hierarquia inferior. A área total loteada compreendia 60 hectares.

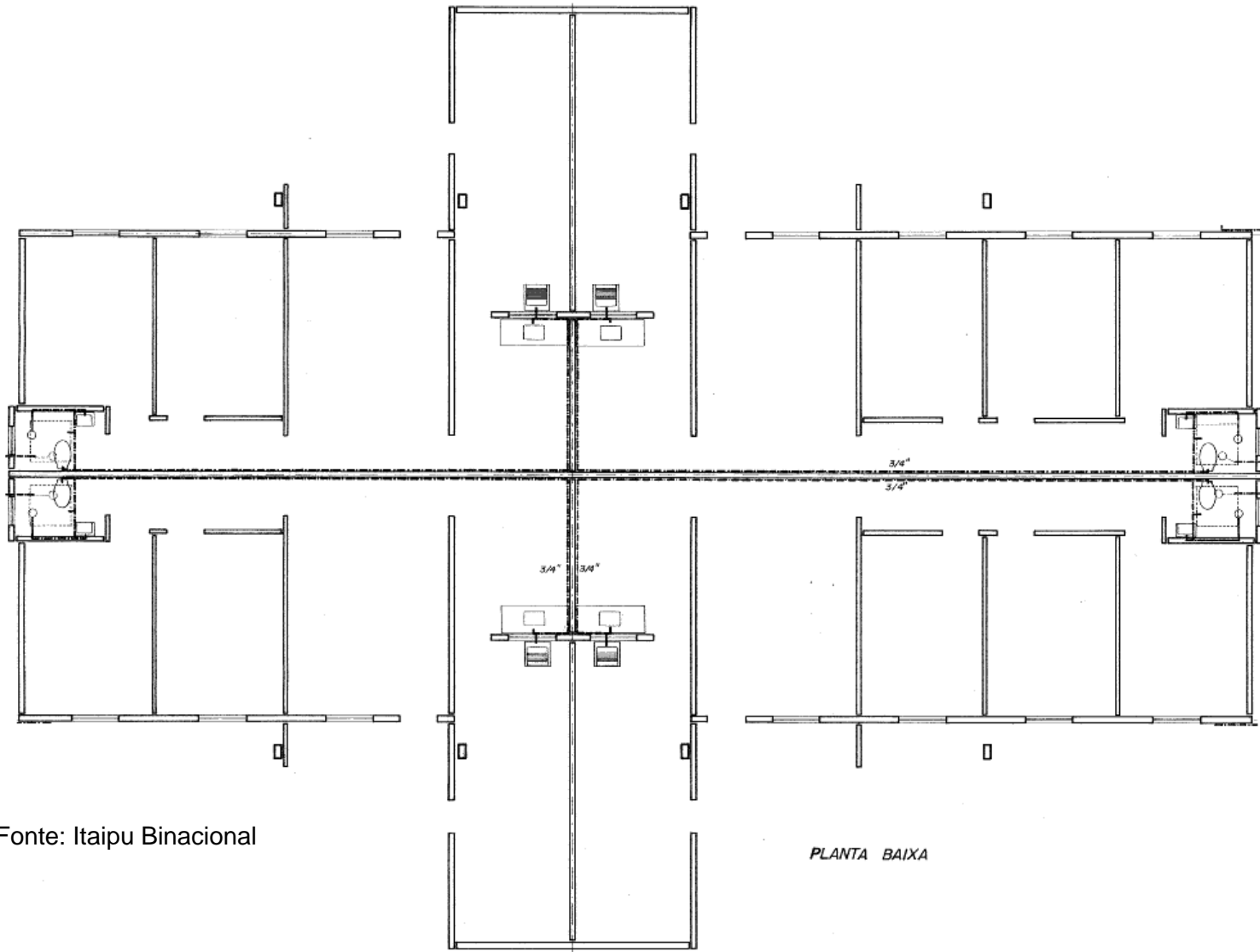
Os equipamentos urbanos foram compostos por: 17 praças - sendo 10 praças transformadas posteriormente em quadras residenciais - duas escolas, clube social, comércio local, centro comercial, terminal de ônibus, caixa d' água, cinema, centro de abastecimento, Centro Administrativo, culto ecumênico, hospital, parque e centro recreativo.

Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendeu 2900 unidades habitacionais, estando distribuídas em 154 quadras residenciais, enquanto outras 31 quadras receberam equipamentos urbanos (Figura 53).

As casas são geminadas em grupos de quatro unidades, com área individual de 60m² ou 80m². O Material utilizado foi considerado como de padrão popular: executadas em alvenaria, receberam coberturas de chapa ondulada galvanizada.

Com formação em cruz, a planta da unidade é bastante simples e dividida em dois tamanhos: uma com dois dormitórios enquanto a outra apresenta três. A entrada da casa se dá por uma área (sala) que conduz ao corredor de distribuição. A cozinha é conjugada à área de serviço e um banheiro serve a residência. O projeto não apresenta abrigo para carro. A forma em cruz provê os moradores de uma certa privacidade para o quintal (Figura 54, Figura 55).

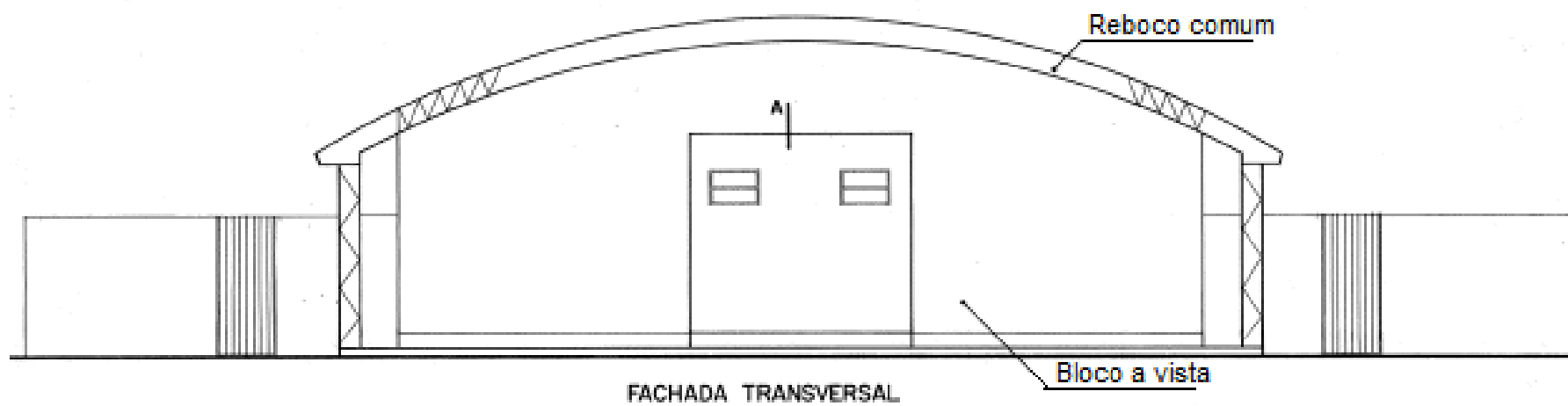
Figura 54. Planta baixa do tipo de casa geminada construída na Vila C.



Fonte: Itaipu Binacional

PLANTA BAIXA

Figura 55. Fachada transversal da casa geminada construída na Vila C.



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 56 - Fachada frontal



3.2.2 Os Conjuntos habitacionais no território paraguaio

No Paraguai foram produzidos oito conjuntos habitacionais que ocuparam 704 hectares, sendo divididos entre quatro cidades - Cidade de Leste, Hernandárias, Porto Franco e Minga Guaçu. Os conjuntos se destinavam a funcionários Paraguaio da usina de Itaipu, sendo divididos em: Área 1 - para administradores e engenheiros - Área 2, Área 3, Área 4, Área 5, Área 7 e Área 8 - para profissionais técnicos - e Área 6 - para operários de mão de obra pesada.

Foram identificados equipamentos urbanos em todos os conjuntos habitacionais, tais como: praças, parques e escolas. Contudo, tal como nos conjuntos brasileiros, alguns equipamentos foram projetados para uso compartilhado, como hospitais e corpo de bombeiros. Em nenhum dos documentos analisados encontrou-se estação de tratamento de esgoto, contudo não se exclui a possibilidade de uma implantação posterior a década de 1980.

Observa-se que ao longo dos anos produziram-se algumas alterações nos projetos urbanos originais, como a produção de quadras residenciais ou a construção de outros equipamentos urbanos, entretanto, não se observou nenhuma alteração de grande porte.

O número de casas projetadas no Paraguai foi de 4.281 unidades, as alterações posteriores apresentam um acréscimo de aproximadamente 3% nesse número. De forma parecida com o Brasil, as casas foram divididas em dez tipos e cada tipo se desdobrava em diversas variações, observe a Tabela 6 com as tipologias de casas paraguaias.

Como do lado brasileiro, não se verifica conjuntos habitacionais que misturem classes sociais, constituindo-se em cada conjunto um padrão de casa semelhante. Contudo, em relação aos conjuntos brasileiros, a divisão social se apresenta menos severa, já que não se observa a presença de condomínios fechados e as diversas áreas verdes e praças contribuem para promover a comunicação entre as esferas sociais.

Tabela 6. Tipologias de casas executadas no território Paraguaio

Casa tipo	Tamanho médio em M²	Material	Variações encontradas
1	340	Superior	5
2	310	Superior	8
3	210	Superior	6
03'	180	Superior	7
4	110	Bom	3
5	85	Bom	3
6	80	Médio	4
7	66	Médio	3
8	66	Popular	4
9	65	Popular	6
Geminadas	--	Popular	1

Fonte: Itaipu Binacional

3.2.2.1 Área 1

O conjunto habitacional chamado de Área 1 foi implantado na cidade de Porto Stroessner, atual Cidade de Leste. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível superior como os engenheiros da barragem, os administradores e funcionários do Centro Administrativo de Itaipu. A área loteada compreendia 127 hectares.

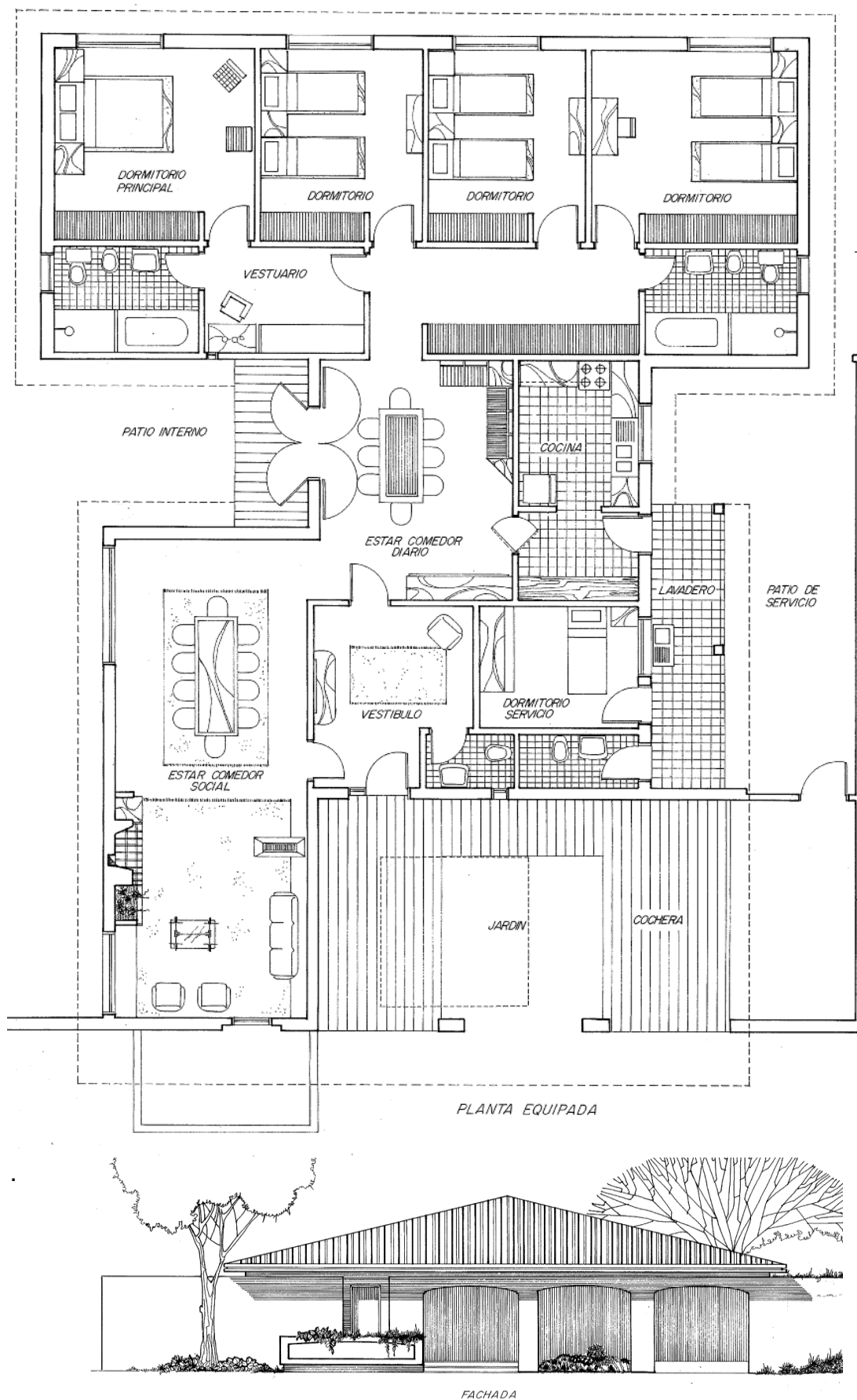
Os equipamentos urbanos foram compostos por: um parque - chamado de parque Salto del Guairá com quadra poliesportiva e pista de caminhada - um centro comercial, uma igreja, um hotel, uma escola, um clube social, uma praça - chamada plaza Canindeyú - uma caixa d'água, uma estação de tratamento de água e o Centro Administrativo de Itaipu Binacional (Figura 57).

Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendia 227 casas, estando dividido em: treze quadras - contendo casas do tipo 1, 2, e 3, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão superior - e outras seis quadras - contendo casas do tipo 3', 4 e 5, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão superior e bom, totalizando 19 quadras residenciais. Como pode ser observado na Figura 58 e Figura 59, as unidades habitacionais são amplas e

arejadas, contendo sofisticações como lareira, lavabo, varanda, banheiros com hidromassagem, entre outras qualidades funcionais.

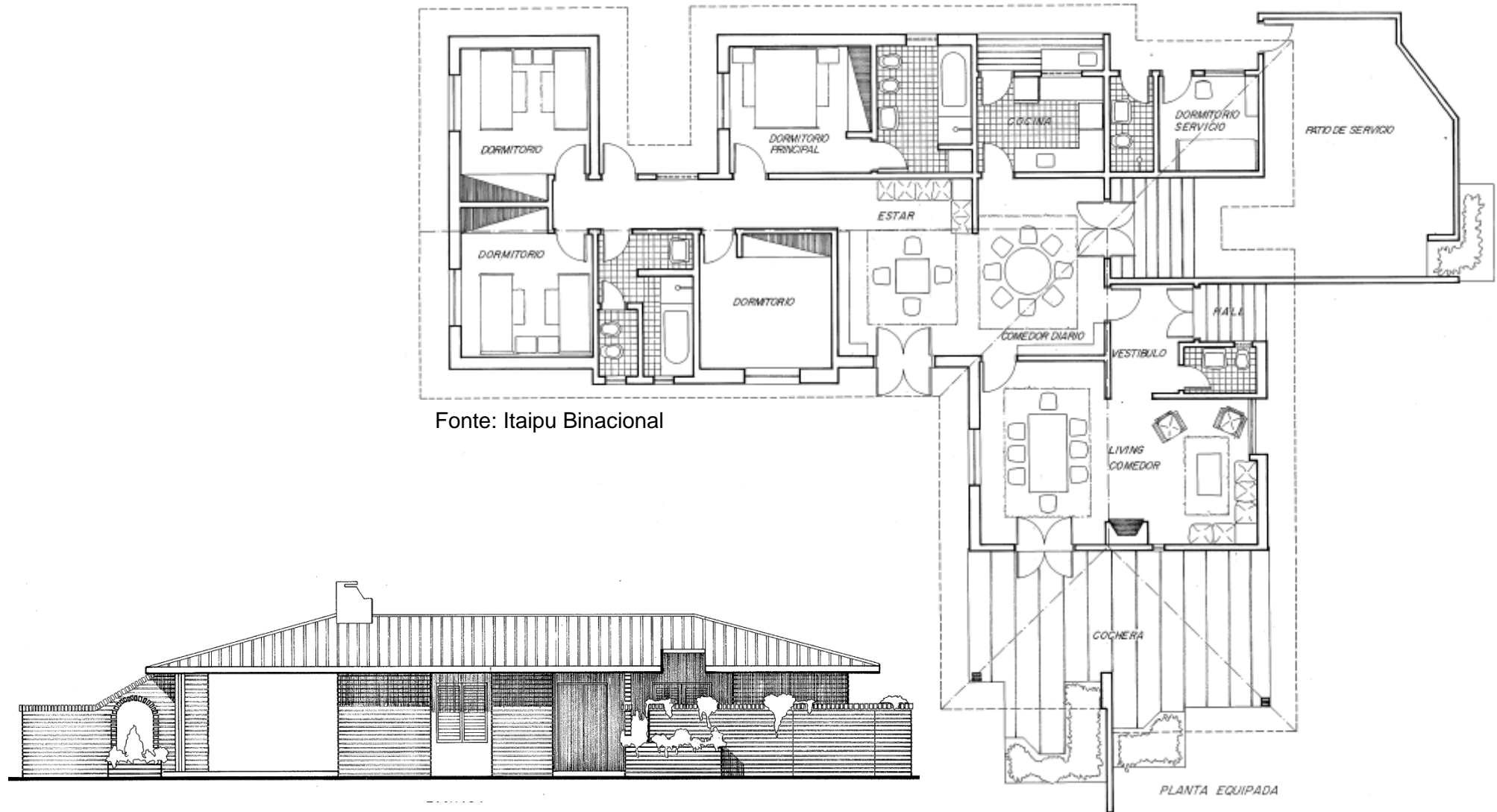
As quadras com casas de tipologia de 1,2,3, foram setorizadas no norte do loteamento, próximas ao Parque Salto del Guairá, à escola e ao comércio, enquanto que, as quadras com casas de tipo 3', 4 e 5 foram localizadas ao sul.

Figura 58. Planta baixa e fachada da casa tipo "unidade 1 A1" com 340 m².



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 59. Planta baixa e fachada da casa tipo “unidade 2 A1” contendo 310 m².



3.2.2.2 Área 2

O conjunto habitacional chamado de "Área 2" foi implantado na cidade de Porto Stroessner atual Cidade de Leste. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível técnico. A área loteada compreende 28 hectares.

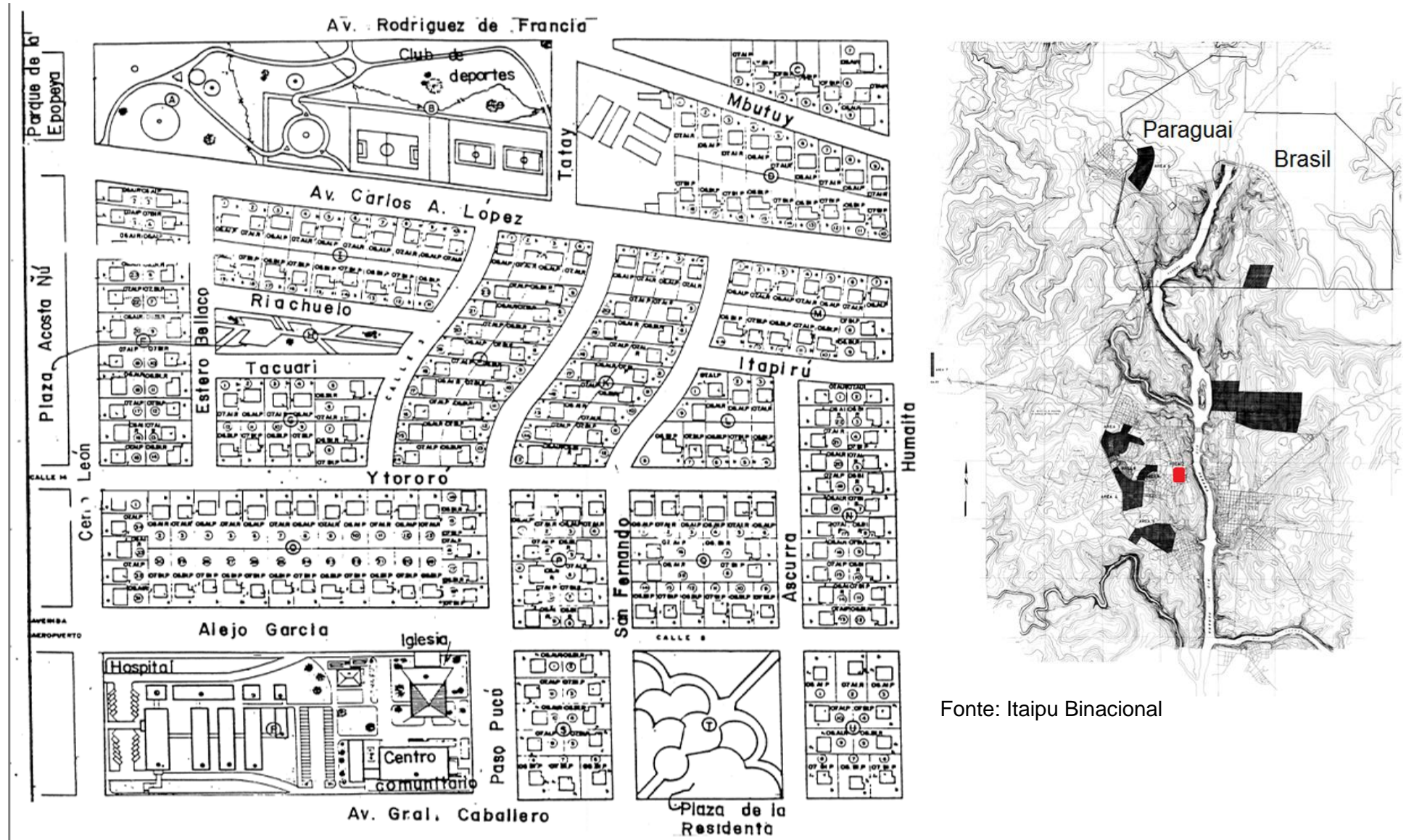
Os equipamentos urbanos foram compostos por: parque - chamado de Parque de La Epopéia - clube de esporte, duas praças - chamada de Plaza de La Residentas e outra de Plaza Acosta Ñú - igreja, hospital, centro comunitário, centro comercial, escritório de manutenção.³²

A Figura 60 apresenta a implantação do conjunto habitacional e o detalhe contendo a sua localização na zona de fronteira do Iguaçu. Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendeu 249 casas, estando dividido em: quinze quadras residenciais - contendo casas do tipo 6 e 7, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão médio - e quatro quadras de equipamentos urbanos, totalizando 19 quadras.

Na Figura 61, pode-se observar como exemplo a planta baixa da casa do tipo "unidade 6 A1", contendo uma área útil de 80m² e a Figura 62, traz um detalhe da planta de locação com a disposição das casas.

³² Em espanhol chama-se taller de mantenimiento, provavelmente o local foi projetado para atividades ligadas à manutenção do conjunto habitacional.

Figura 60. Implantação do conjunto habitacional “Área 2” com detalhe da localização junto à zona de Fronteira



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 61. Planta baixa da casa "unidade 6 A1"

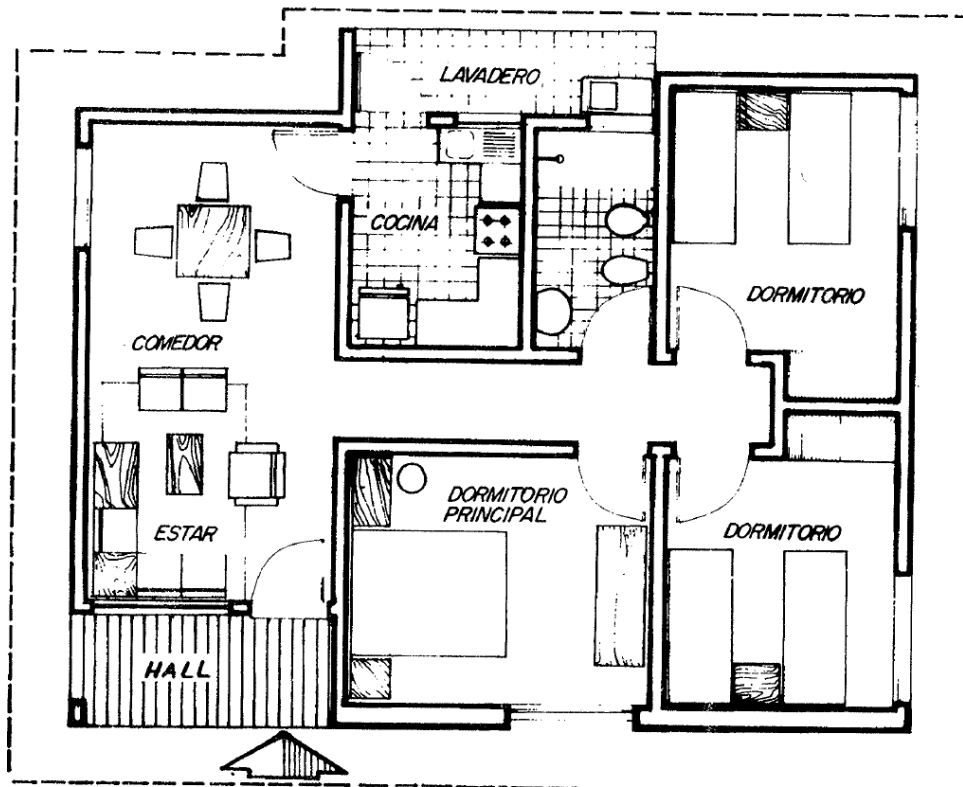
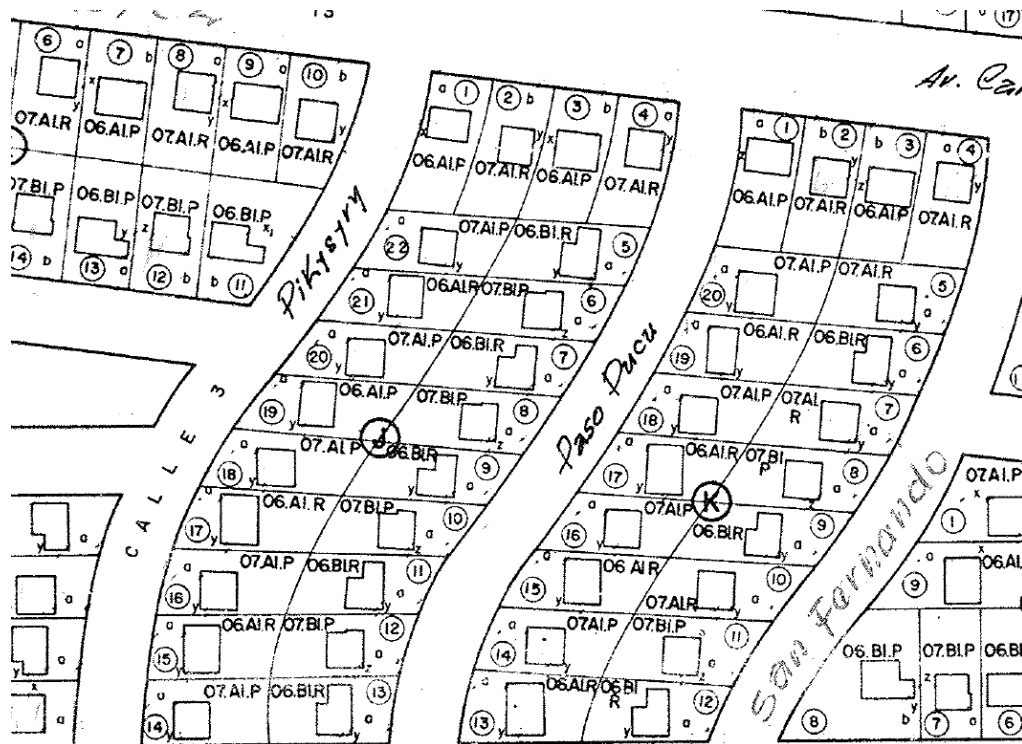


Figura 62. Detalhe da Planta de locação "Área 2"



Fonte: Itaipu Binacional

3.2.2.3 Área 3

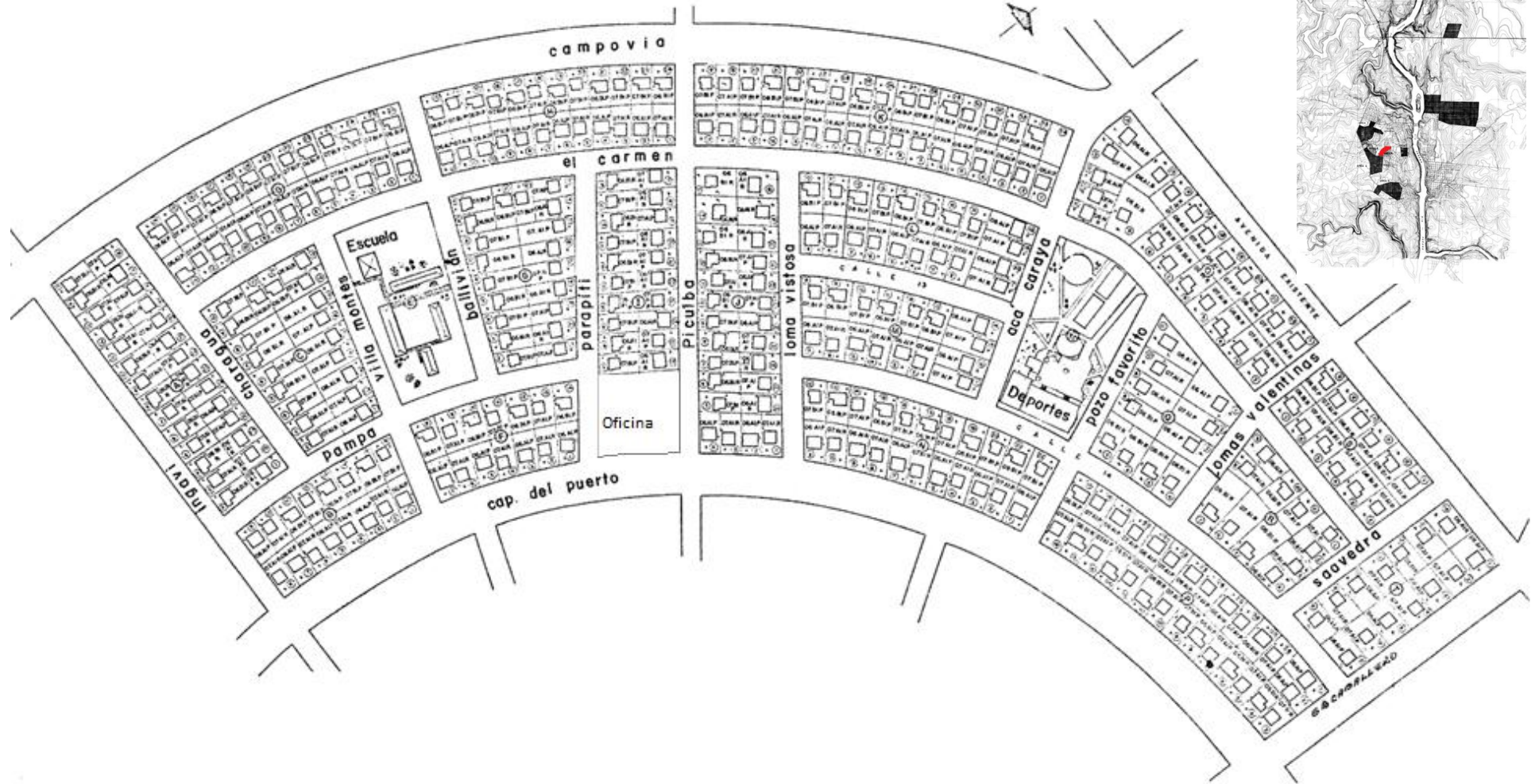
O conjunto habitacional chamado de Área 3 foi implantado na cidade de Porto Stroessner atual Cidade de Leste. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível técnico. A área total loteada compreende 30 hectares.

Os equipamentos urbanos foram compostos por: escola, praça com área de esportes - chamada Defensores del Chaco - e escritório de manutenção. A figura 00 apresenta a implantação deste conjunto.

Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendeu 378 casas, estando dividido em: dezenove quadras residenciais - com casas do tipo 6 e 7, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão médio - e duas quadras com equipamentos urbanos, totalizando 21 quadras (Figura 63).

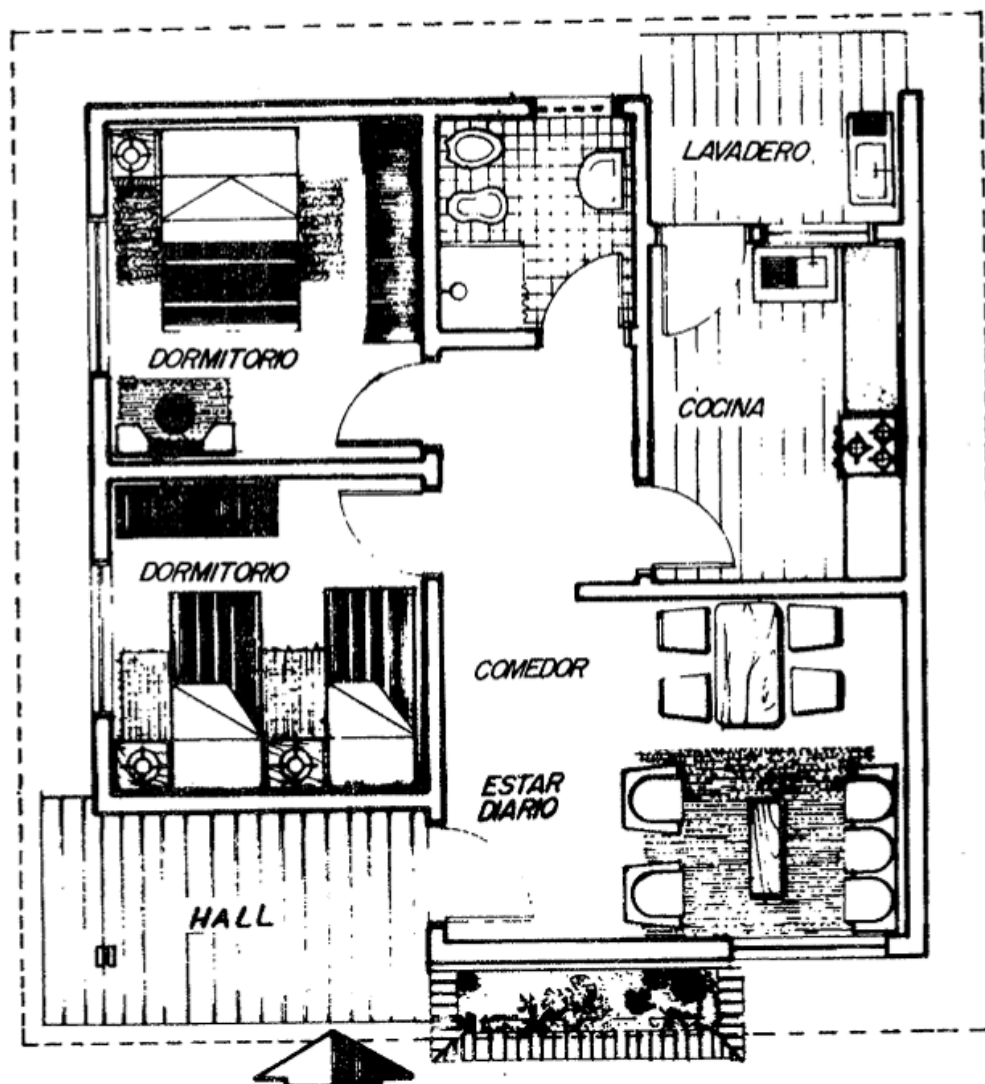
As unidades habitacionais deste conjunto apresentam planta mais compacta em edificações isoladas nos lotes que são razoavelmente amplos, possibilitando boa insolação e ventilação. O exemplo da unidade habitacional tipo "7 A1", apresentado na Figura 64, contém dois dormitórios e área útil de 66m².

Figura 63. Implantação do conjunto habitacional “Área 3”, e detalhe da sua localização junto à zona de fronteira.



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 64. Planta da unidade habitacional tipo "7 A1", contendo uma área útil de 66m².



Fonte: Itaipu Binacional

3.2.2.4 Área 4

O conjunto habitacional chamado de "Área 4" foi implantado na cidade de Porto Stroessner atual Cidade de Leste. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível técnico. A área total loteada compreende 169 hectares.

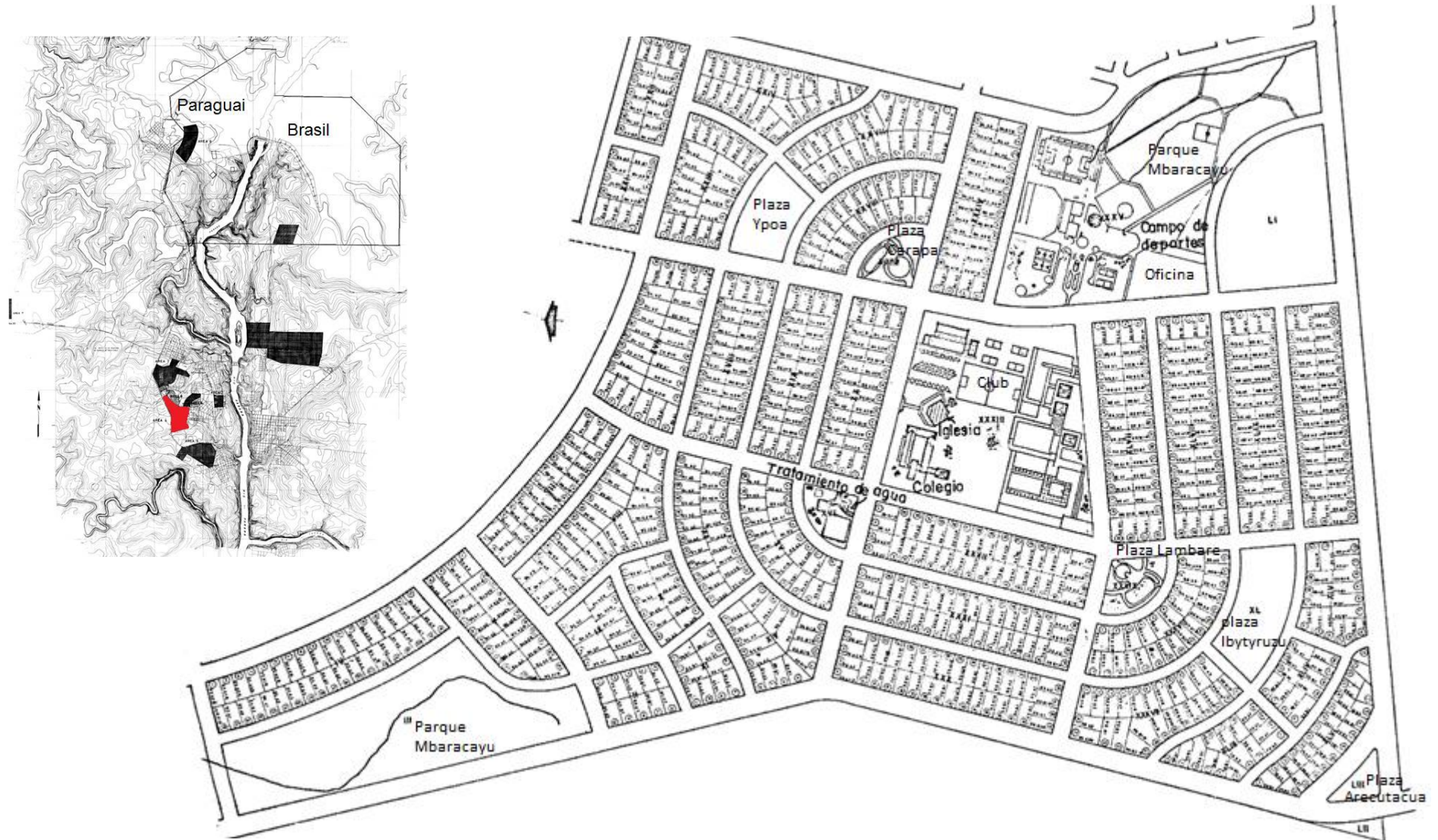
Os equipamentos urbanos foram compostos por: dois parques - ambos chamados de Mbaracayu com quadra poliesportiva e pista de caminhada - igreja, escola, clube social, área de esportes, cinco praças - Plaza Arecutacua, Plaza Ibytyruzu, Plaza Ypoa, Plaza Carapa, Plaza Lambare - estação de tratamento de água, e escritório de manutenção. Analisando os documentos, identificou-se que posteriormente foram anexados a este projeto um corpo de bombeiros e um centro de saúde.

A Figura 65 apresenta o conjunto habitacional Área 4 e detalhe da sua localização na zona de fronteira do Iguazu.

Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendera 836 casas, estando dividido em: vinte e duas quadras com casas do tipo 4, 5, e 6, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão bom e médio - e treze quadras com casas do tipo 8 e 9, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão popular - totalizando 35 quadras residenciais.

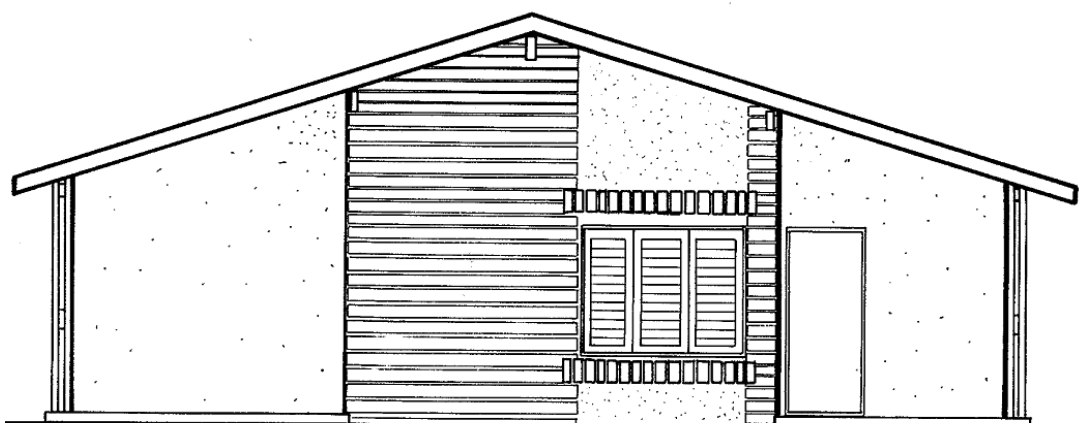
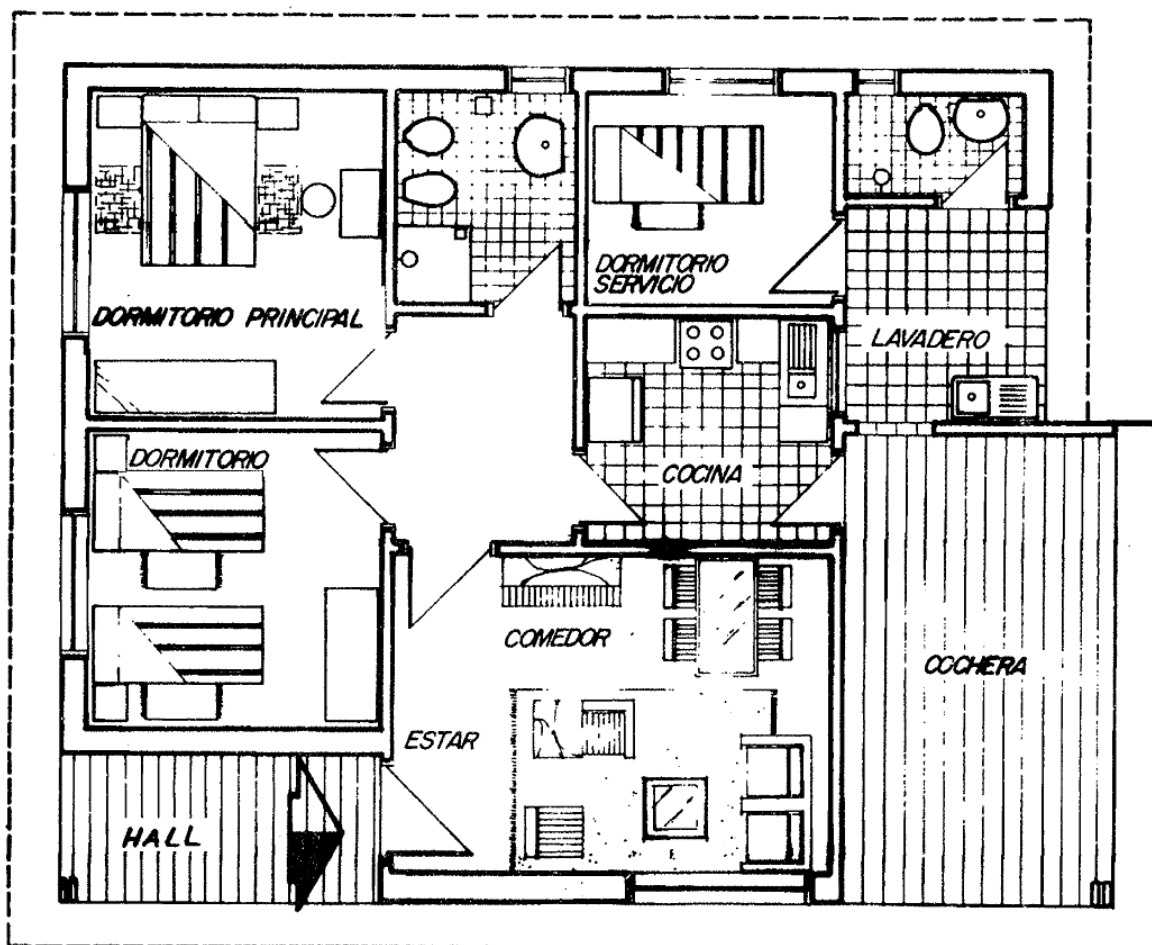
As quadras com casas de tipologia de 4, 5 e 6 estão setorizadas ao norte do conjunto habitacional, enquanto que as quadras com casas 8 e 9 estão setorizadas ao sul. A Figura 66 apresenta a planta baixa e fachada da unidade habitacional do tipo "5 A3", contendo uma área útil de 85m².

Figura 65. Implantação do conjunto habitacional “Área 4” e detalhe da sua localização na zona de fronteira



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 66. Planta baixa e fachada da unidade habitacional "5 A3" contendo área de 85m².



Fonte: Itaipu Binacional

3.2.2.5 Área 5

O conjunto habitacional chamado de Área 5 foi implantado na cidade de Porto Presidente Franco. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível técnico. A área total loteada compreende 149 hectares.

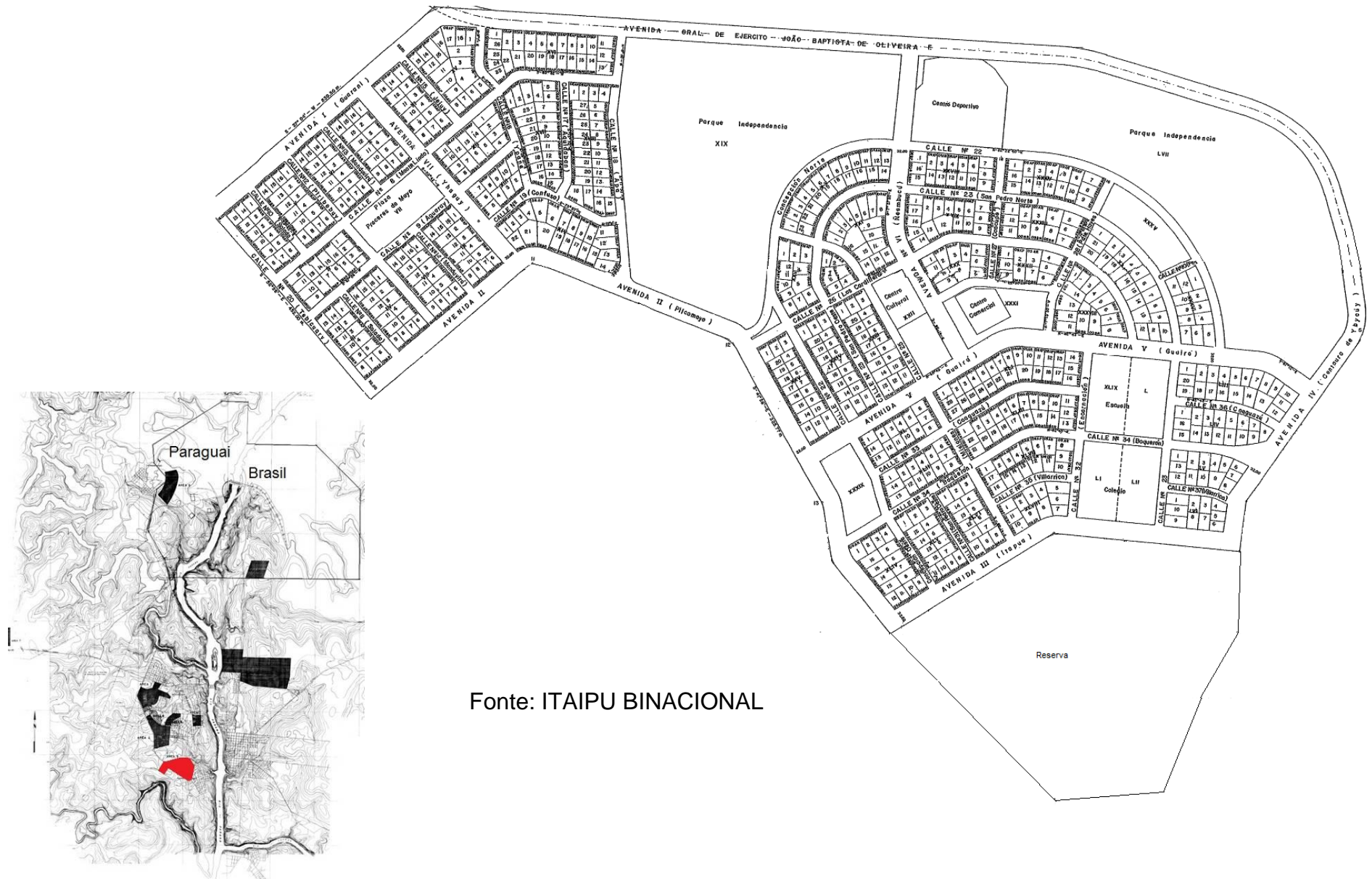
Os equipamentos urbanos foram compostos por: parque - chamado de Parque da Independência - centro comercial, duas escolas, duas praças - chamada de Plaza Proceres de Mayo e Plaza 14 de Mayo - centro cultural, centro esportivo e reserva biológica.

A Figura 67 apresenta a implantação do conjunto habitacional, e sua localização na zona de fronteira do Iguaçu.

Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendeu 652 casas, estando dividido em: quarenta e seis quadras residenciais - com casas do tipo 8 e 9, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão popular - e nove quadras com equipamentos urbanos.

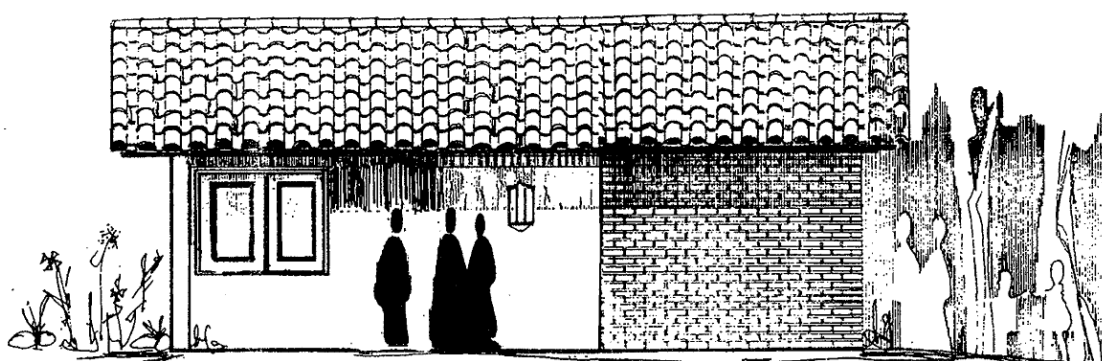
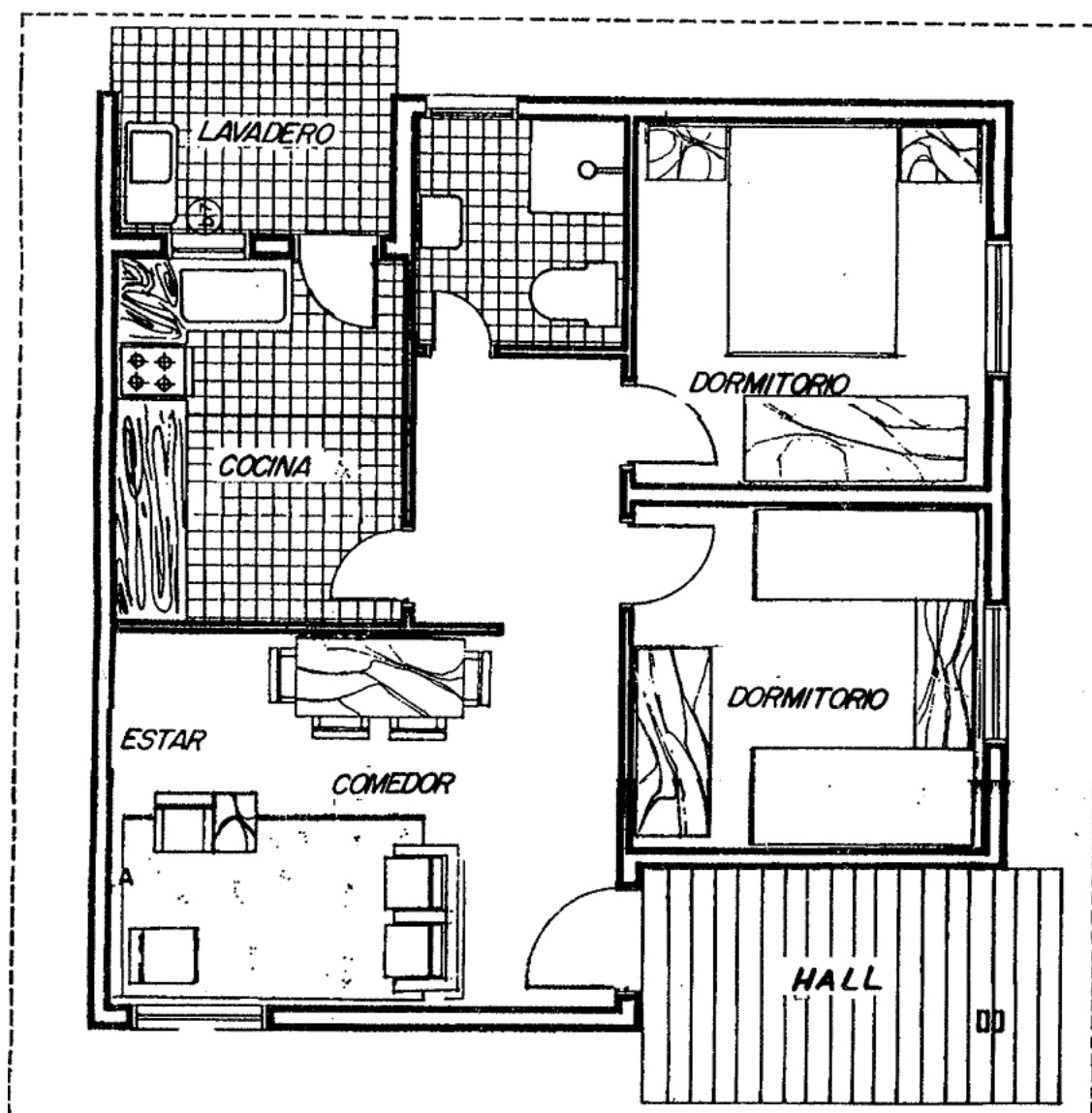
A Figura 68 traz uma planta baixa como exemplo da unidade habitacional tipo "unidade 9 A2", contendo área de 65 m².

Figura 67. Implantação do conjunto habitacional "Área 5" com detalhe da localização na zona de fronteira



Fonte: ITAIPU BINACIONAL

Figura 68. Planta baixa e fachada da "unidade 9 A2", contendo 65m².



Fonte: ITAIPU BINACIONAL

3.2.2.6 Área 6

O conjunto habitacional chamado de Área 6 foi implantado na cidade de Hernandárias. Este conjunto se destinara aos operários de mão de obra pesada. A área total loteada compreende 129 hectares.

Os equipamentos urbanos foram compostos por: parque - chamado de Parque das Américas com clube social e centro comercial - área de reserva ambiental - com escola, pistas de caminhada e quadras poliesportivas - igreja, ambulatório, hospital, estação de tratamento de água.

A Figura 69 apresenta a implantação do projeto do conjunto habitacional, e sua localização na zona de fronteira do Iguaçu.

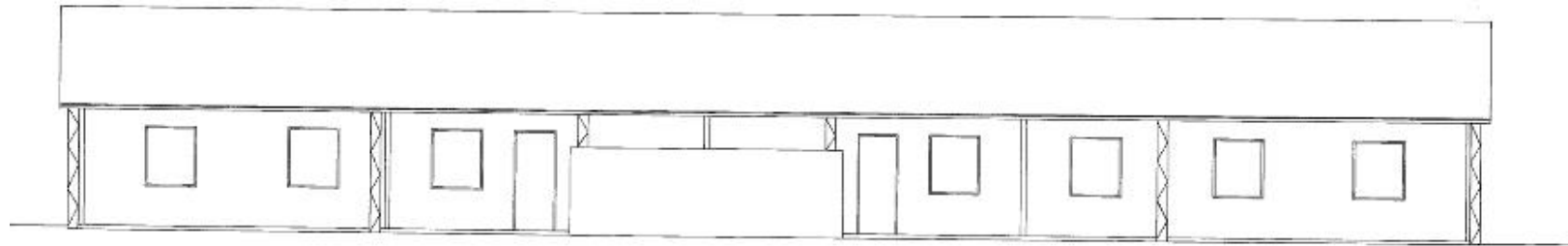
Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendia 1.672 casas, estando dividido em: setenta e quatro quadras residenciais e sete quadras com equipamentos urbanos. As casas são geminadas em grupos de quatro unidades, com área individual de 60m² ou 80m². O Material utilizado era considerado como de padrão popular, sendo executadas em alvenaria e cobertura de chapa ondulada galvanizada. Eram chamadas de vivendas multifamiliar (Figura 70) e são idênticas às implantadas no Brasil, na vila C, também de operários.

Figura 69. Implantação do conjunto habitacional “Área 6”, e detalhe da localização junto à Zona de Fronteira.

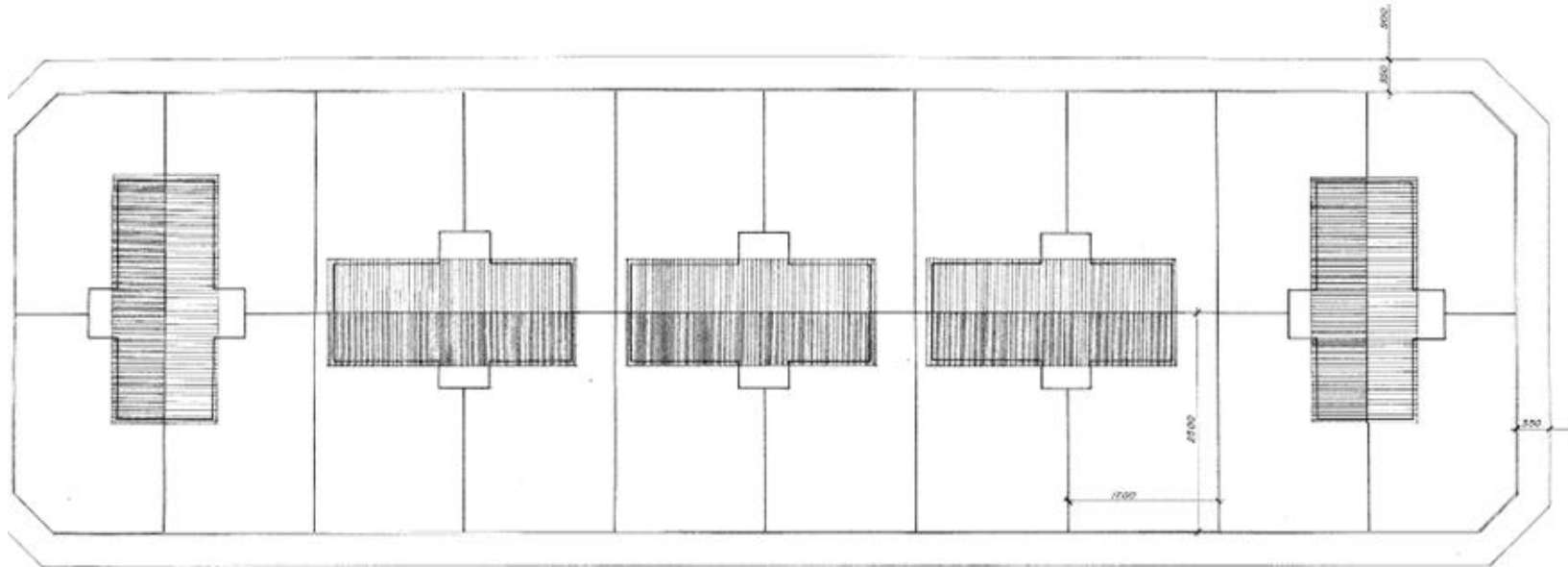


Fonte: Itaipu Binacional

Figura 70. Vivendas multifamiliares do conjunto habitacional “Área 6”.



FACHADA FRONTAL



Fonte: Itaipu Binacional

PLANTA DE COBERTURA

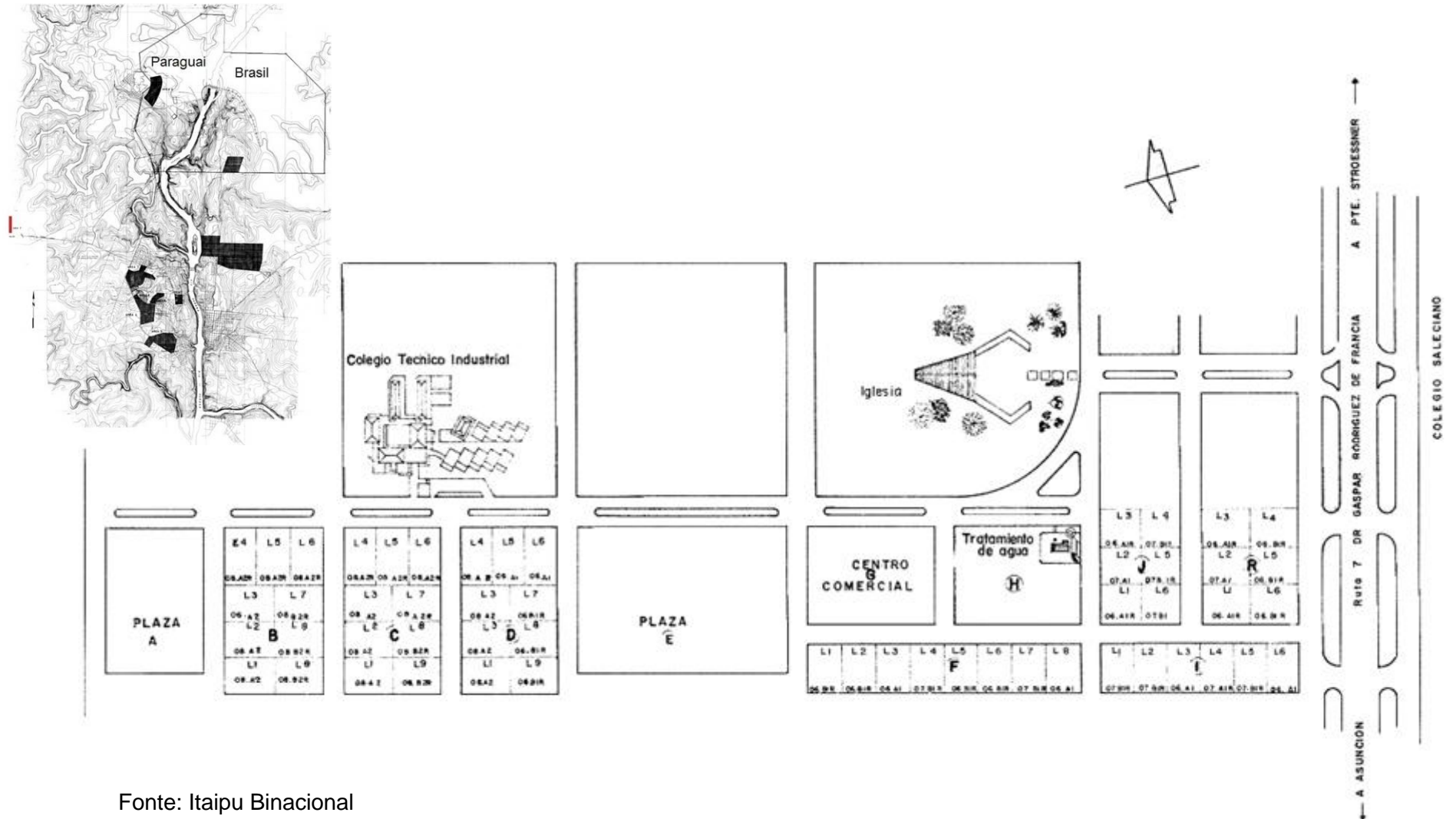
3.2.2.7 Área 7

O conjunto habitacional chamado de Área 7 fora implantado na cidade de Minga Guaçu. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível técnico. A área loteada compreendera 17 hectares.

Os equipamentos urbanos foram compostos por: duas praças - chamadas de Plaza A e Plaza E - um colégio técnico industrial, uma igreja, um centro comercial, uma estação de tratamento de água. A Figura 71 apresenta a implantação do conjunto habitacional "Área 7" com detalhe da sua localização junto à zona de fronteira do Iguaçu.

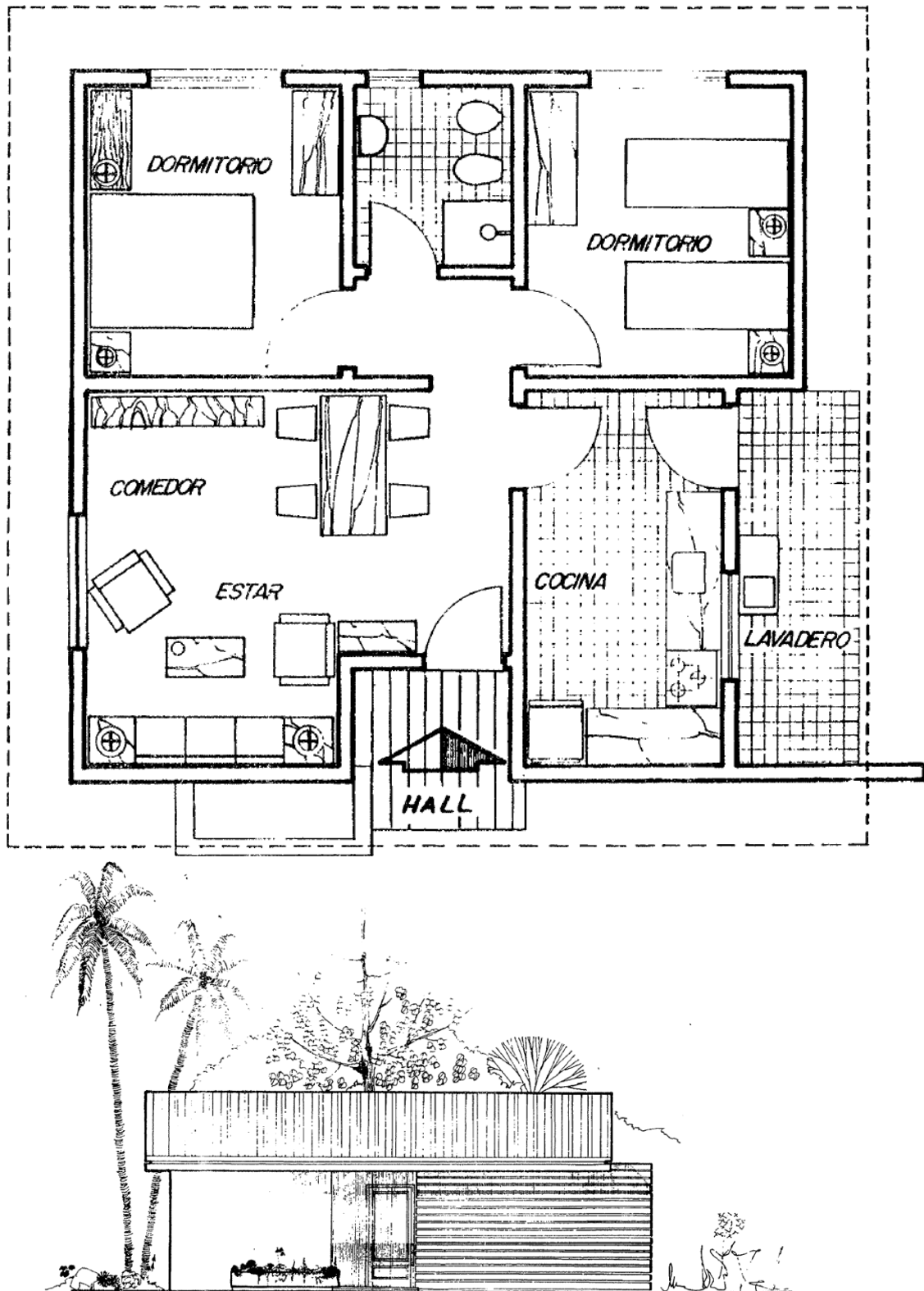
Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendeu 53 casas, estando dividido em sete quadras residenciais - com casas de tipo 8 e 9, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão popular - e seis quadras com equipamentos urbanos. A Figura 72 apresenta a unidade habitacional "unidade 9 B1", contendo 66m².

Figura 71. Implantação do conjunto habitacional “Área 7” com detalhe da sua localização junto à Zona de Fronteira.



Fonte: Itaipu Binacional

Figura 72. Planta baixa e fachada da unidade habitacional "unidade 9 B1"



Fonte: Itaipu Binacional

3.2.2.8 Área 8

O conjunto habitacional chamado de Área 8 fora implantado na cidade de Porto Stroessner atual Cidade de Leste. Este conjunto se destinava aos profissionais de nível superior e técnico. A área loteada compreende 35 hectares.

Os equipamentos urbanos foram compostos por: parque - chamado de parque Mbaracayú - três praças - chamada de Plaza Typoi Yegua, Plaza La Polka e chamada Plaza Los Chiperas - clube esportivo. A Figura 73 apresenta a implantação do conjunto habitacional “Área 8” e a sua localização na zona de fronteira do Iguaçu.

Segundo os documentos analisados, o projeto deste conjunto habitacional compreendera 164 casas, estando dividido em: quatorze quadras residenciais - com casas do tipo 3, 4 e 5, executadas em alvenaria, a partir do uso de material considerado de padrão bom - e quatro quadras com equipamentos urbanos, totalizando 18 quadras. Um exemplo de unidade habitacional da “Área 8”, com 110 m² pode ser observado na Figura 74.

Figura 73. Implantação do conjunto habitacional “Área 8” com detalhe contendo a sua localização na Zona de Fronteira do Iguauçu

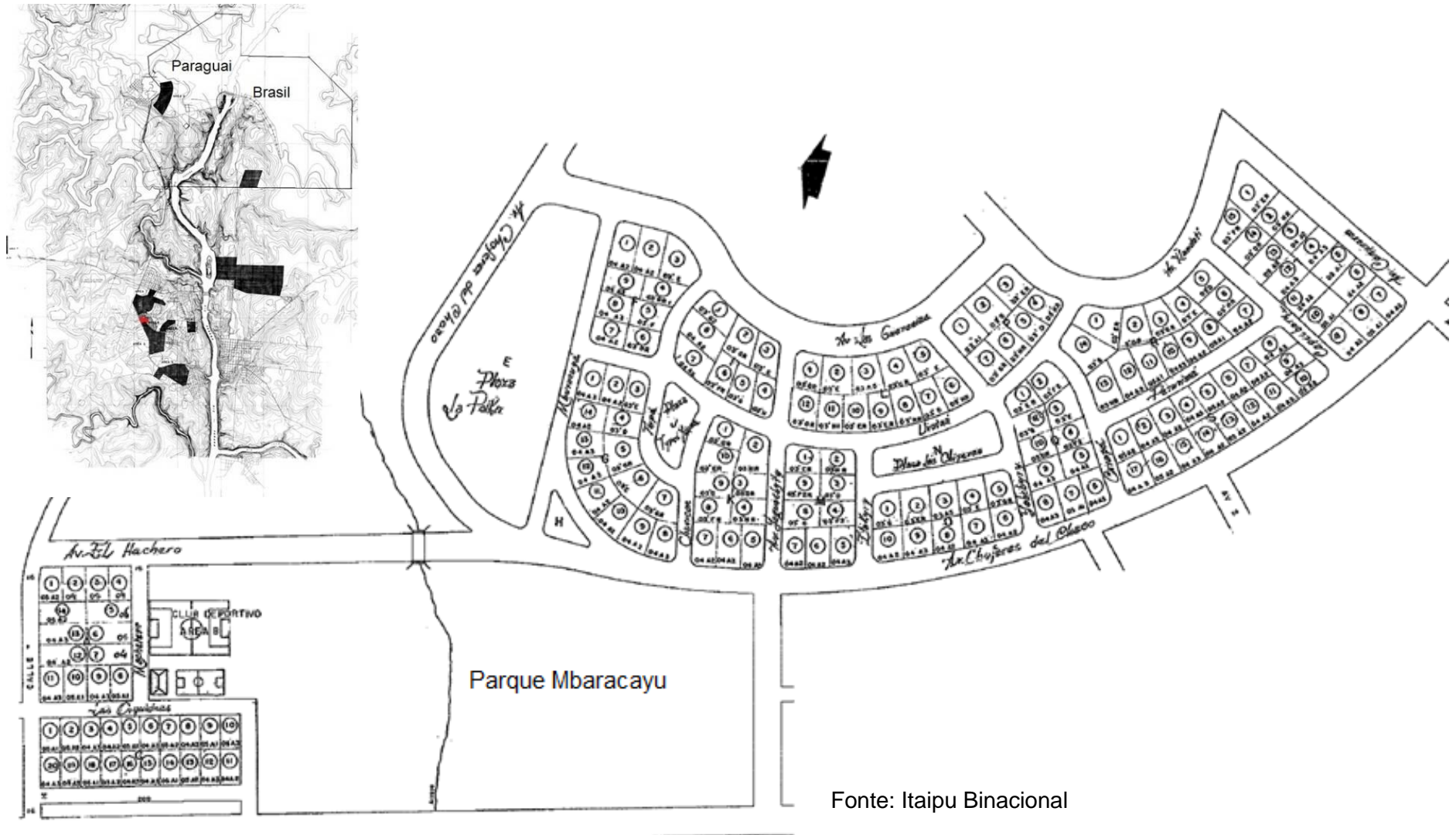
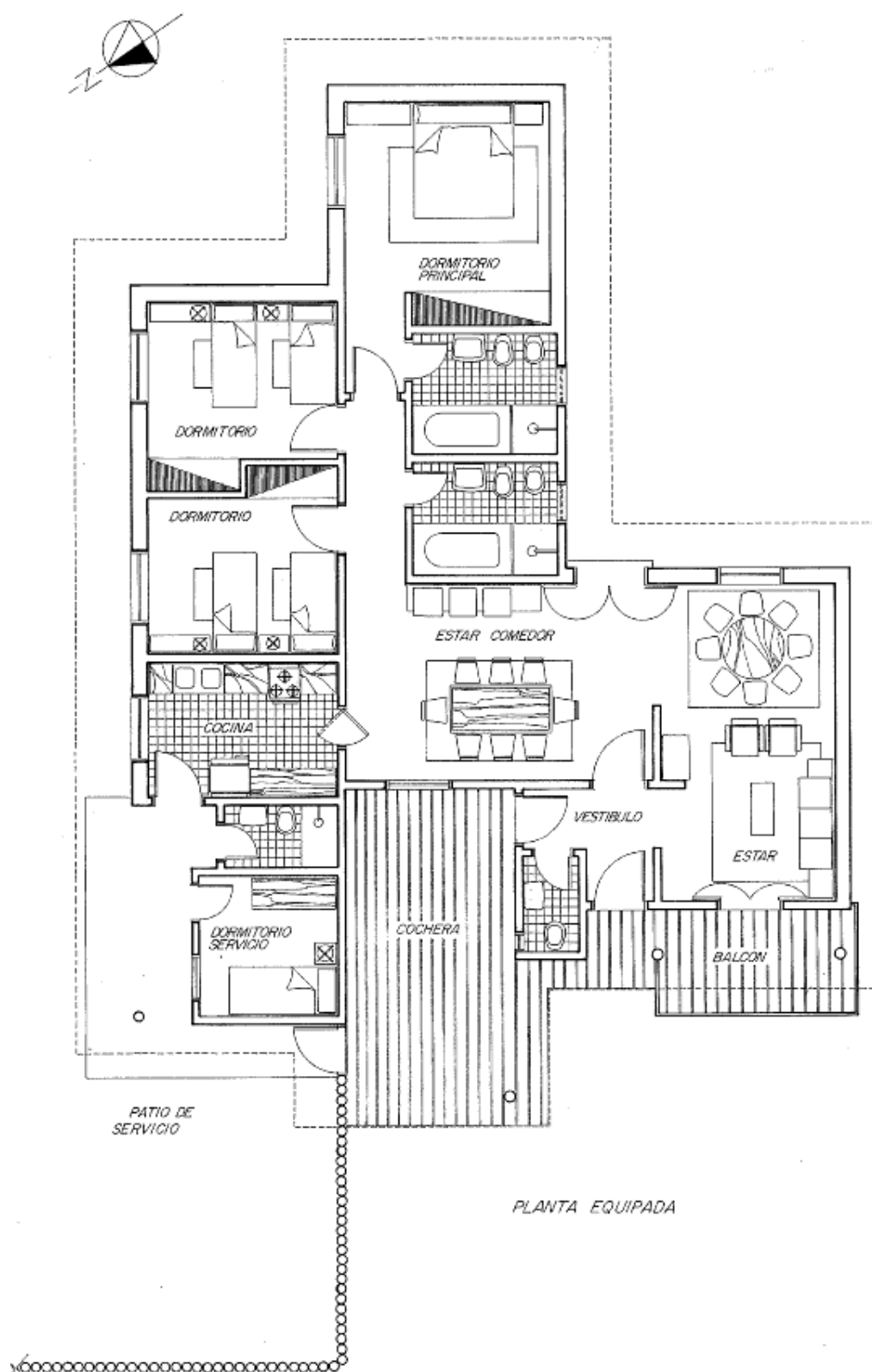


Figura 74. Planta baixa da unidade habitacional "unidade 3' A2" com 110m².

Fonte: Itaipu Binacional

3.3 A evolução da malha urbana nas cidades do Brasil e Paraguai

Segundo dados do censo do IBGE, em 1970 a população do município de Foz do Iguaçu somava 33.966 habitantes e na década de 1980, 06 anos após o início das obras de Itaipu, a população saltou para 136.321 habitantes. A Tabela 7 mostra a evolução da população de Foz do Iguaçu.

Tabela 7. Aumento populacional do município de Foz do Iguaçu

1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
16.412	28.080	33.966	136.321	190.194	258.368	256.081

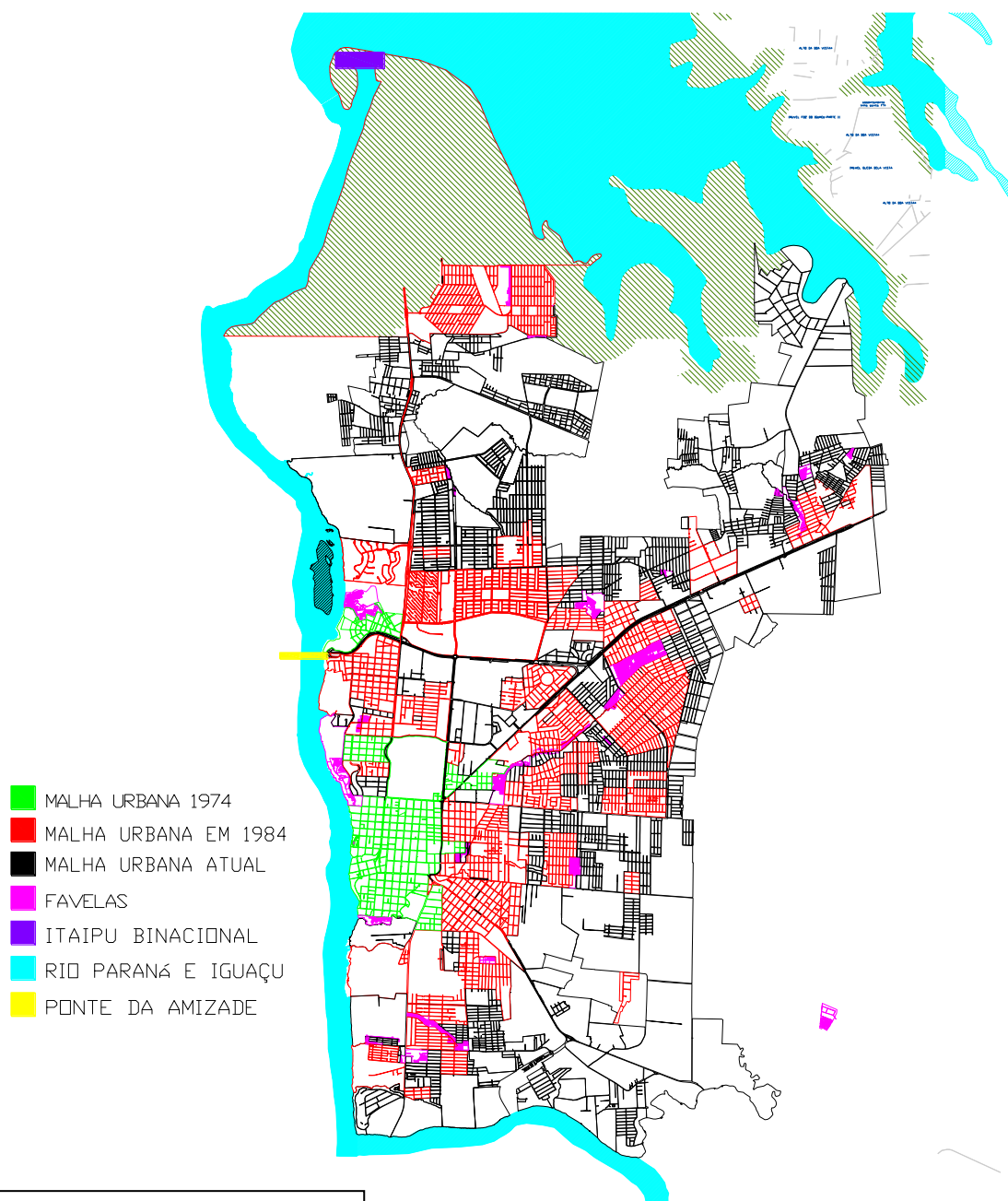
Fonte: IBGE

Entre 1970 e 1980 a cidade de Foz do Iguaçu recebeu mais de 100 mil habitantes e conforme os dados do relatório de Itaipu de 1984, apenas 25 mil pessoas moravam nos alojamentos e conjuntos habitacionais de Itaipu. O restante da população habitava outras áreas do município, que produziu diversos loteamentos a fim de absorver a demanda de habitação.

A Figura 75, apresenta a evolução da mancha urbana de Foz do Iguaçu entre 1974 e 1984, revelando o rápido crescimento do município a partir da execução de novos loteamentos aprovados durante a instalação da Usina de Itaipu Binacional. O traçado em verde mostra a malha urbana produzido até 1974, antes da vinda da Itaipu Binacional, e inclui o patrimônio histórico do município fundado pela colônia militar em 1889. A malha em vermelho representa os novos loteamentos produzidos nos dez anos subseqüentes ao início das obras, incluindo os bairros produzidos pela Itaipu (vila A, B e C). Depois do término das obras, o ritmo de urbanização foi reduzido conforme é possível observar no traçado da malha representada em preto, demonstrando a evolução dos loteamentos a partir de 1984.

Para realizar um levantamento das favelas, que desde a construção da barragem começaram a surgir, o município produziu em 2009 um mapeamento das áreas irregulares que podem ser observadas também na Figura 75.

Figura 75. Evolução da malha urbana de Foz do Iguaçu



Fonte: Base Espacial: Mapas Municipais
Organização: Adelita Araujo
Orientação: Jane Victal -
Dep. Urbanismo - PUC - Campinas

Alguns autores criticam a atuação do governo na época, afirmando que a Itaipu não trouxe apenas desenvolvimento, mas também sérios problemas de favelização e segregação do espaço, sendo tais problemas desconsiderados e omitidos nos planos urbanos.

Os discursos oficiais exaltavam o crescimento econômico do município e os benefícios oferecidos pela obra da Itaipu, para Foz do Iguaçu, que registrou, segundo os discursos oficiais, um acentuado “progresso” com as obras, no qual houve no período de quatro anos, um aumento do número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, aumento no número de casas ligadas por rede de esgotos, da rede de abastecimento de água e do número de telefones instalados. Tal crescimento colocava Foz do Iguaçu como um dos municípios de maior crescimento no Estado do Paraná, porém também em um processo progressivo de favelização ocorrendo de forma concomitante às obras, mas que eram ocultadas nestes discursos. (MASCARENHAS, 2009 p. 672)

No Paraguai os dados populacionais publicados pelo DGEEC apresentam-se incompletos e às vezes contraditórios, contudo, se analisarmos a evolução da população em um período de 20 anos, 1972/1982, conclui-se que também ocorreu um expressivo aumento. No ano de 1972 a população da fronteira estava calculada em 59.329 habitantes, passando em 1992 para 247.897 habitantes. A Tabela 8 apresenta a evolução populacional das cidades da fronteira Paraguaia.

Tabela 8. Aumento Populacional das cidades da fronteira Paraguaia

Cidades da Fronteira	População			
	1972	1982	1992	2002
Cidade de Leste	26.485	62.328	133.831	222.274
Porto P.Franco	-	23.695	40.408	52.826
Hernandarias	32.844	28.188	41.922	63.248
Minga Guaçu	-	-	31.736	48.006
Habitantes na Fronteira	59.329	114.211	247.897	386.354
Habitantes no Estado Alto Paraná	88.607	199.644	406.584	558.672

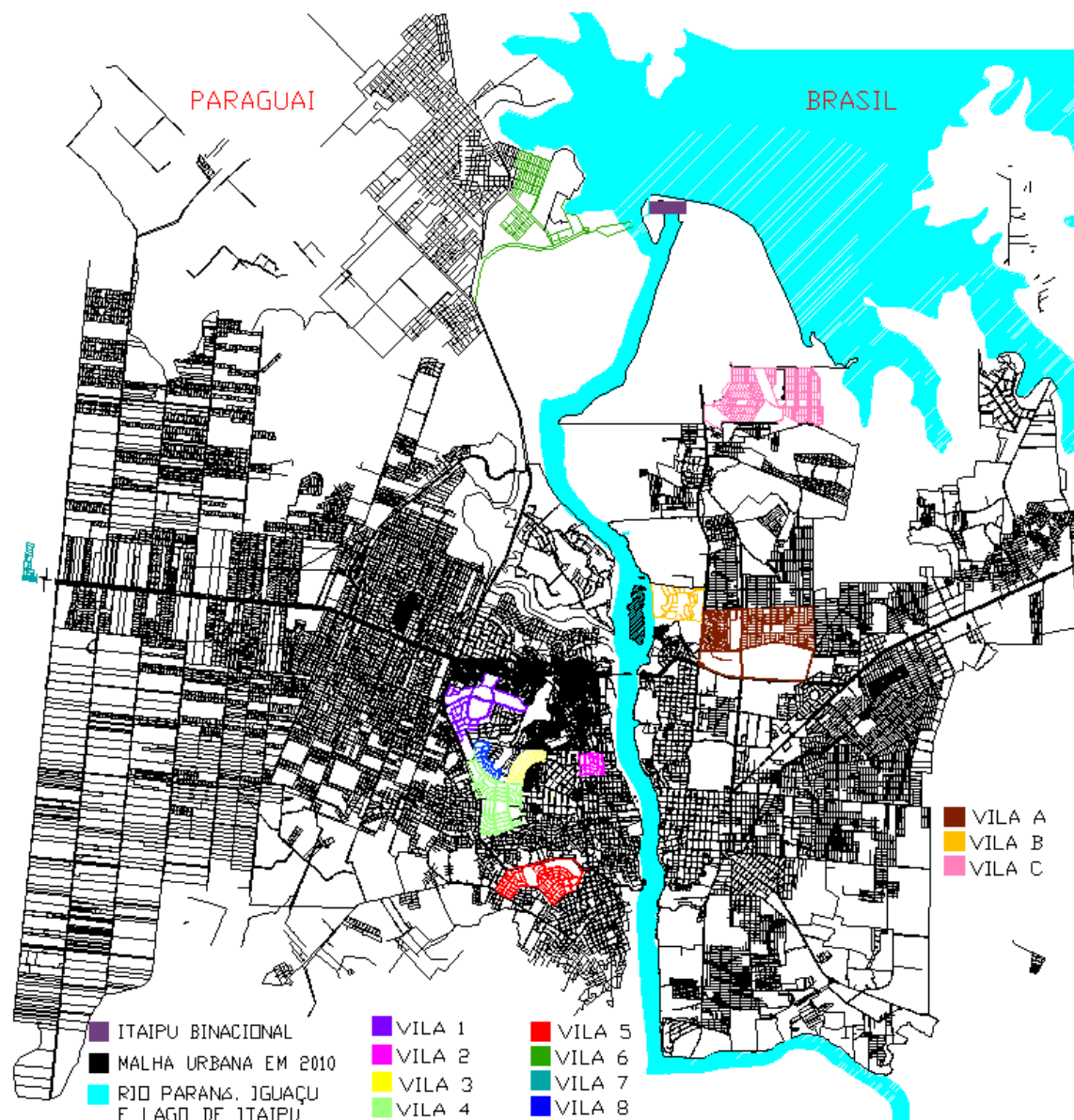
Sinal convencional - : sem dados oficiais

Fonte Base: DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos

Quanto aos conjuntos habitacionais de Itaipu, a maior proximidade com os núcleos urbanos existentes levou a criação de várias áreas conectadas,

formando um aglomerado urbano contínuo entre as cidades. Na Figura 76 é possível observar a posição dos conjuntos habitacionais e sua inserção atual na malha urbana das cidades Paraguaias e brasileiras.

Figura 76. Localização das vilas de Itaipu Binacional.



Fonte: Base Espacial: Mapas Municipais
 Organização: Adelita Araujo
 Orientação: Jane Victal -
 Dep. Urbanismo - PUC - Campinas

Em 1982 concluíram-se os trabalhos de construção da barragem e o fechamento do canal de desvio que produziu o lago de Itaipu com 290 km de extensão. Os impactos do alagamento afetaram diretamente 29 municípios brasileiros e paraguaios, inundando 1.460 quilômetros quadrados de áreas de plantio, estradas, e matas.

Em conjunto, os municípios atingidos perderam 13% da área cultivada na época, 15,17% da quantidade produzida e 14,32% do valor da produção global. Foz do Iguaçu, o mais prejudicado, perdeu 33% da sua produção agrícola; São Miguel do Iguaçu teve a área cultivada reduzida em 25%; Medianeira, 4,6% Guairá 10,7% e Mal. C. Rondon, 17,8%. (MAZZAROLLO, 2003 p. 32)

A partir desta data os funcionários passaram a ser dispensados, promovendo altas taxas de desemprego. A partir de 1982 inicia-se também um processo de alienação das casas localizadas nos conjuntos habitacionais, que englobou inicialmente a venda de 1.680 unidades. (ITAIPU, 1984)

No lado brasileiro algumas casas foram vendidas a antigos funcionários e entidades como a Receita Federal e as Universidades locais. Outras ainda estão em propriedade da Itaipu ou em processo de litígio, onde antigos funcionários requerem na justiça o direito de compra das residências.

Na década de 2000, a partir de um acordo firmado entre a Itaipu Binacional e a prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, a usina doou os espaços livres, ruas e calçadas, à prefeitura, repassando também a responsabilidade pela manutenção dos conjuntos. Conforme ficou acordado, a maioria dos espaços livres, que poderiam ser convertidos em uso coletivo, como praças, permaneceu de propriedade da Itaipu Binacional.

No lado Paraguaio, esse processo ainda não ocorreu e a Diretoria MD é responsável pela manutenção e cuidado de todas as áreas, o que também produz um efeito negativo às cidades, já que impede a definitiva integração destes espaços com a atual malha urbana.

CONCLUSÃO

As cidades de fronteira sempre foram vistas como lugares distantes, com pouco desenvolvimento econômico e ausência de lei e soberania. A grande dinâmica das cidades da zona de fronteira do Iguaçu se deve a um novo processo de desenvolvimento econômico das fronteiras, sendo também observado em outros pontos do território nacional.

Este processo tem relação direta com o desenvolvimento da malha rodoviária, facilitando o trânsito de bens e pessoas, como também pelo desenvolvimento tecnológico que acompanha os contextos contemporâneos do espaço globalizado.

O desenvolvimento destas cidades, estabelecidas no limite territorial do país, vem sempre acompanhado pelo surgimento de relações sociais e culturais com nível de contato vertical. Isso porque, o limite encontrado nestas cidades não é apenas o geográfico, mas também o limite entre a riqueza e a pobreza, entre o desenvolvimento e a estagnação, entre povos primitivos e povos globalizados. Assim, estudar estes espaços observando estes contatos de realidades extremas pode oferecer grande contribuição ao entendimento das relações humanas.

Como apresentado neste trabalho, o desenvolvimento das cidades da zona de fronteira do Iguaçu foi estimulado pela construção da barragem de Itaipu Binacional que durante quase duas décadas ficou envolvida em solucionar problemas internacionais relativos a localização da usina na fronteira.

A construção da usina esteve ligada a uma intensa polêmica envolvendo a Argentina e os acordos com o Paraguai, sendo o Brasil por diversas vezes acusado de utilizar a usina como estratégia geopolítica de domínio e controle da região platina.

Este trabalho, que investigou as relações urbanas entre as cidades da fronteira do Iguaçu, procurou entender os acontecimentos políticos da época da implantação da usina e as políticas nacionais em torno da geração de energia elétrica. Esta investigação contribuiu para a compreensão das motivações que produziram os espaços urbanos nas cidades da fronteira, revelando alguns

interesses quanto aos desenhos e formas urbanas, sua organização e suas definições sociais.

O certo é que as motivações urbanas desta época, tanto no Brasil quanto Paraguai, estavam ligadas aos objetivos de construir a usina de Itaipu Binacional. As decisões urbanas estavam centralizadas pelo comando e Interesse de Itaipu, que, detentora dos recursos financeiros, nem sempre considerou o interesse comum de construir uma cidade melhor e justa e sim as necessidades momentâneas da construção da Usina.

Muitos loteamentos produzidos nesta época, tanto os de autoria da Usina de Itaipu quanto os de autoria do município não contavam com condições mínimas de infraestrutura urbana, como redes de esgoto, calçadas ou ruas pavimentadas.

As necessidades momentâneas produziram uma malha urbana em benefício do fácil acesso à Itaipu, desconsiderando aspectos negativos como o esgarçamento da malha e a segregação de alguns loteamentos que ficaram isolados do centro das cidades.

A segregação gerada pelo empreendimento dizia respeito não apenas a condição social das pessoas, definindo seu lugar na cidade, mas também uma segregação quanto a sua condição cultural, já que separava os habitantes locais e os trabalhadores da usina, que foram apelidados de “forasteiros”.

Especificamente sobre os conjuntos habitacionais de Itaipu, observa-se que apesar de uma proposta de urbanização parecida no Brasil e Paraguai, existem significativas diferenças entre os projetos de cada país. A continuação desta pesquisa versará sobre tais diferenças, que dentre elas envolvem:

1. Diferenças entre o desenho urbano dos loteamentos, considerando a forma, o partido arquitetônico, a localização e a dimensão de cada um deles.
2. Diferenças e semelhanças nas propostas de equipamentos urbanos e infra-estrutura dos loteamentos. Considerando semelhanças entre os bairros da classe de barrageiros,

engenheiro e técnicos, bem como as diferenças e soluções propostas em virtude da condição cultural de cada país.

3. Semelhanças entre os projetos residenciais. Especialmente entre a Vila C, no Brasil, e Área 6, no Paraguai, que possuem a mesma casa geminada e desenho urbano de malha predominantemente ortogonal.
4. Diferenças quanto às técnicas construtivas, o partido arquitetônico e os materiais utilizados nas residências. Destaca-se aqui a construção de 600 casas em madeira do lado brasileiro, possivelmente executadas em virtude da arquitetura vernacular do Estado do Paraná.
5. Situação atual e relação destes conjuntos habitacionais com suas respectivas cidades. Considerando que no Paraguai os conjuntos ainda são administrados pela Usina de Itaipu Binacional, enquanto no Brasil os mesmos passaram por um processo de privatização que incluiu a venda das casas e a doação dos equipamentos e espaços públicos ao município.

A pesquisa demonstrou que a construção da usina de Itaipu Binacional induziu a um grande processo de urbanização destas cidades da fronteira, sendo o planejamento urbano insuficiente para atender a grande demanda populacional deste processo.

É certo que o rápido crescimento das cidades contribuiu para intensificar os atuais problemas de favelização, tráfico de drogas, violência e contra-bando que assolam ambos os lados da fronteira.

O reconhecimento das relações econômicas, sociais e culturais, praticadas entre as cidades da zona de fronteira poderia gerar uma prática que viabilizasse um modelo de desenvolvimento mais integrado às novas realidades, compartilhando experiências e soluções que poderiam ser eficientes em ambos os lados da fronteira.

BIBLIOGRAFIA

ALEGRIA T. Existem las metrópolis transfronteiras? El caso de Tijuana/São Domingo. Ciudades en la frontera. Santo Domingo: Manati, 2008.

ALFONSO, H. D. Las cidades em las fronteras: introduccion a um debate. In Ciudades en la frontera. Santo Domingo: Manati, 2008.

ALMEIDA, M. G. Fronteira, Territórios e Territorialidades. Disponível em: <http://www.anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/86/46> Acessado em abril 2010

ANDERSEN, S. Dificuldades da Gestão Ambiental em Áreas de Fronteira: Investigando a Origem dos Conflitos. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT2-849-562.pdf> Acessado em abril 2010

ANDRADE, M. C. Geopolítica do Brasil. São Paulo, Editora Ática, 1995, 64p.

ARREOLA, D. Boders-City: Idée Fixe, The Geographical Review, n. 86, pp. 356-369. 1996.

ARRUDA, M. T. A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 2007.

BARBOSA, M. G. Na diplomacia, o traço todo da vida. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARBUY, H., o Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.4 p.211-61 jan./dez. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a17v4n1.pdf>. acesso em: setembro 2011

BELLINGIERI J. C. A economia no governo militar (1964-1984): crescimento com endividamento. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/9/17052011165316.pdf> Acesso em: 22 junho de 2011

BELO, C. N. Supremacia regional no cone sul: a usina de Itaipu Como instrumento da luta diplomática entre Brasil e Argentina na década de 1970. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalho.php?tid=373>. Acessado em abril 2010.

BORGES, O. F. A questão da fronteira na construção do espaço da obra literária. Revista estudos lingüísticos e culturais, v.2, n.1, maio-out. 2008.

BRASIL e PARAGUAI. Tratado internacional para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o salto grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do Rio Iguaçu. Brasília, 1973.

BRASIL. Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973. Dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU e dá outras providências.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CARRÓN, M. J. SILVA M.R. La frontera Paraguay-Brasil, integración económica y desintegración social. In: revista Población y Desarrollo, número 33. Universidade Nacional de Assunción, 2008.

CAUBET, C. G. As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1991.

CIDADE. Disponível em <http://portaltabatinga.com.br/nossacidade.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2011.

CORRÊA. R. L. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do território. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p 1 - 24, 1992.

COTRIM, J. Notas sobre os antecedentes da Itaipu Binacional. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1999.

CURY M. J. F., Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (tti): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - foz do Iguaçu (br), Ciudad del Leste (py) e Puerto Iguazú (ar). Tese de doutorado. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 2010

CURVO, A. M. 1º Batalhão de Fronteira. Livro de ouro. Ministério da Guerra, III Exército, 5ª RM, 5ª DI, Foz do Iguaçu, 1965.

DGEEC. Anuarios Estadísticos do Paraguai, 2002. Disponível em: www.dgeec.gov.py

DGEEC. Atlas censal del Paraguay, número 13. Assuncion, 2005

DGEEC. Anuarios Estadísticos do Paraguai, 2008. Disponível em: www.dgeec.gov.py

DGEEC. Anuarios Estadísticos do Paraguai, 2009. Disponível em: www.dgeec.gov.py

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização do Brasil (1930 – 1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EHELERS N., J BUURSINK Y F. BOCKEMA. Binacional Cities and their Regions: From Diverging Cases to a Common Research Agenda, Geojournal. N 54, pp. 1-5. 2001.

ELETROSUL. Histórico do Desenvolvimento da Eletrosul. Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=857>, acesso em: 15 outubro de 2011.

FARO, L. P. J. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Martins, 1951, 246 p.

FAUSTO, B. História do Brasil. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

FERREIRA. L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. Revista território, Rio de Janeiro, ano V, n 9. pp. 65-83, jun/dez. 2000.

FILHO, A. R. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. Cad. AEL, v.8, n.14/15, 2001.

FILHO, C. P. C. Interações espaciais e cidades-gêmeas na fronteira Brasil-Argentina. Disponível em: http://www.iabpr.org.br/3conferencia/pps/trab_cient/05.pdf. Acesso em: 14 abril de 2011.

FOZ DO IGUAÇU, Plano Diretor Municipal, 2000

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.fozdoiguacu.pr.gov.br>. Acesso em 15 jan. 2011.

FREIRE A. O. G.; OLIVEIRA L. M. L. Memórias do Urbanismo Carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2008

FURTADO. C. O mito do desenvolvimento econômico. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUAÍRA, Prefeitura Municipal. Ponte Airton Senna. Disponível em: <http://www.guaira.pr.gov.br/?pg=ponte>. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2011.

GUAIRA, Prefeitura Municipal. Sete Quedas. Disponível em: <http://www.guaira.pr.gov.br/?pg=historia04> Acesso em: 13 de Fevereiro de 2010.

HAESBAERT, R. Identidade e migração em áreas de transfronteiriças. GEOgraphia Vol. 3, No 5 , 2001.

HAESBAERT. R. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Regiões Transfronteiriças e redes "Brasileiras MERCOSUL Disponível em: [http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografia socioeconomica/Geografiaregional/04.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografia%20socioeconomica/Geografiaregional/04.pdf). Acesso em: Abril de 2010a.

HAESBAERT, R. Regional-Global: dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro. Bertrant Brasil, 2010b.

HERZOG, L. Where North Meets South. University of Texas, Austin. 1990.

HISSA, C. E. V. A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

JAQUET, H. Más allá de la frontera, las fronteras: una aproximacion socioespacial a las situaciones fronteirizas de Misiones, Argentina. In: Ciudades em la frontera. p. 31, San Domingo: Manati, 2008

IBÉRICOS. Disponível em: <http://ibericos.wordpress.com/2008/09/27/portugal-e-espanha-vao-trabalhar-juntos-no-controlo-das-fronteiras/>. Acessado em: maio de 2010

IBGE, C. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em maio de 2010.

INDEC. Instituto Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina. Disponível em: www.indec.gov.ar. Acesso em março de 2011

IPARDES, Oeste paranaense: o 3º Espaço relevante: especialidades e diversidades/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Curitiba: IPARDES, 2008.

ITAIPU BINACIONAL. Cronograma Geral das Atividade Básicas Da Entidade Binacional Nos Primeiros Dez Anos Da Obra, 1974-1984. Itaipu, maio de 1984.

ITAIPU, BINACIONAL. Nossa História, disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>, acessado em: 10 de dezembro de 2010.

ITAIPU BINACIONAL. Revista Construção Pesada, 1979 179p.

KRUKOSKI W. R.M. Fronteiras e Limites. Disponível em: info.Incc.br/artigo.html. acesso em: março de 2010

LAFER C. JK e o programa de metas (1956 – 1961). Processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2002.

LIMA, I. T. C., Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984), Niterói, 2006, 433p.

MAZZAROLLO, J. A Taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: CPT-PR: Loyola, 2003

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras e redes. Fronteiras e Espaço Global, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49

MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: Silveira, Maria Laura (org.). Continentes em chamas. Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACHADO, L. O. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. Em A.Nuñes, M.M.Padoin, T.C.M.de Oliveira (Orgs.). Dilemas e Dialogos Plantinos. Fronteiras. Dourados: UFGD, pp. 59-72. 2010a

MACHADO, L. O. Sistemas, Fronteiras, e Território. Disponível em: acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/LIAconceitos.pdf Acessado em: Abril de 2010b.

MAGALHÃES G. Força e luz: eletricidade e modernização na república velha. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

MAGNOLI, D. O mundo Contemporâneo: uma visão completa e dinâmica dos grandes acontecimentos dos últimos 50 anos. São Paulo: Ática, 1990

MAGNOLI, D. O que é geopolítica. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991, 75p

MAGNOLI, D. O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808 – 1912). São Paulo: Moderna, 1997.

MANTEGA, G. A economia política brasileira. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTIN, A. R. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, J. S. A Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, HUCITEC, 1997.

MASCARENHAS M. C., Poeira x Unicon: confrontos e contrapontos entre atingidos e Itaipu. Anais do IV Congresso Internacional de História. Maringá, 2009.

MENDONÇA S.R. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal,1988.

MENDONÇA S.R.; FONTES, V. M. História do Brasil Recente: 1964 - 1980. 2. Ed. São Paulo: Ática: ABDR, 1996.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Lista dos municípios da faixa de fronteira. Disponível em: < http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/municipios.asp?area=spr_frenteira > Acesso em: 15 de setembro, 2011

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estudo da Demanda Turística Internacional do Brasil. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html> Acesso em: 15 agosto de 2011

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais, n 1, vol.1, 2007. Disponível em: < <http://www.uff.br/etc> >. Acesso em: 12 agosto 2011.

MYSKIW A. M. A Fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1876-1907). Qualificação de Doutorado, Programa de Pós graduação Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 2008.

NEVES C., WOLF A. C, SILVEIRA J. P., SILVEIRA V. P. Relações internacionais Brasil e Argentina durante o governo militar e o acordo Itaipu-Corpus. Revista Historiador - Ano 01 - Número 01 - Dezembro 2008

OLIVEIRA, M. M. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acessado em março/2010.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Disponível em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/parque.asp>. Acesso em: 15 agosto de 2011

PEREIRA, O. D. Itaipu: prós e contras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PORTO IGUAÇU. Municipalidad de Puerto Iguazu. Disponível em: <www.iguazu.gov.ar> Acesso em: 10 agosto 2011.

RABOSSI, F. Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REVISTA VEJA. Os brasileiros no Paraguai. 24 setembro 1975, pag. 46 disponível em: www.veja.com.br/acervodigital/home.aspx

RITT, E. e ARRUDA G. Colônia Militar de Foz do Iguaçu: Uma Experiência Administrativa do exercito brasileiro. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page5/page27/page38/page38.html>. Acessado em: Abril 2011.

SANTOS, M. Técnica Espaço Tempo – Globalização e meio técnico - científico informacional. São Paulo Ed. HUCITEC, 1998 4ª Edição.

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - São Paulo Ed. Universidade de São Paulo, 2002.

SECCHI B. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SECCHI B. A cidade do século XX. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ILVA, F. M. Alto Paraná su historia ciudades y recuerdos. Ciudad del Este: Sancho's, 2007, 657p.

SILVA, R. A. A. Brasil – Paraguai. Marcos da política Pragmática na Reaproximação Bilateral, 1954 – 1973. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2006.

SILVA, R. C. M. Reordenação de identidade de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. Campinas, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132008000200006&script=sci_arttext. Acessado em: agosto 2010.

STEIMAN, R. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Rio de Janeiro, UFRJ, 2002. x, 117 p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2002.

SZMRECSÁNYI T. Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939. Revista de Economia Política, Vol. 6, nº 1, janeiro-abril/ 1986.

SCHILLING V. Caderno de História, nº 12. Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/jk.pdf> acesso em: 12 de junho de 2011.

UFPR. Proposta de desenvolvimento urbano para a cidade de Foz do Iguaçu. 1974.

UNDANETA. A, Vecindad em la frontera colombo/venezolana: situaciones de cooperacion y conflicto y su insidencia en las relaciones bilaterales. In Silié y C Segura, eds. Hacia una nueva vision de las fronteras. Editora Buho, Santo Domingo, pp 105-126. 2002.

VALERO. M. Ciudad y fronteras, em revista Aldea Mundo, n. 17, CEFI-UCLA, pp. 120-144. 2004.

VICTAL, J. e Araujo, A. S. Itaipu Binacional e a Produção do Espaço de Fronteira. Anais XIV encontro nacional da Anpur, 2011.

WACHOWICZ, R. História do Paraná. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

ZIOBER B. R. E ZANIRATO S. H. Fronteiras naturais e políticas ambientais da Itaipu Binacional (1975 - 1987): discussão prévia. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/606.pdf>. Acessado em Agosto 2010.